

REVISTA

ENFRENTAMENTO!

AUTOGESTÃO
SOCIAL

MOVIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO

22

ISSN 1983-1684

CRÍTICA DA BUROCRACIA E REVOLUÇÃO RUSSA



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

CAPA

Mateus Orio

(Imagem retirada da internet).

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
A CONTRARREVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE na Rússia e o processo de BUCROCRATIZAÇÃO DOS SOVIETS	
<i>Oskar Anweiler</i>	9
As revoluções russa e alemã: a questão do estado, dos partidos, dos sindicatos e dos conselhos operários	
<i>Lucas Maia</i>	48
A escola do trabalho de Moisey Pistrak (1918-1929): crítica da educação POLITÉCNICA	
<i>Ricardo Golovaty.....</i>	79
Leninismo e Dominação Burocrática: Os Escritos de Lênin acerca do Taylorismo	
<i>Aline Ferreira e Gabriel Teles</i>	98
DITADURA DO PROLETARIADO: visões e revisões de uma querela marxista	
<i>Marcus Vinícius Costa da Conceição</i>	126

EDITORIAL

A revista *Enfrentamento* número 22 traz aos leitores debates e combates sobre burocracia e luta de classes. Dada a amplitude do assunto, haverá ainda outra edição dedicada ao problema da burocracia como classe social e suas práticas de regularização social, quando classe auxiliar da burguesia, ou práticas contrarrevolucionárias, quando presentes em variadas perspectivas pseudomarxistas.

A burocracia como classe social se apresenta nas lutas de classe. Sua gênese como entrave para o avanço do proletariado revolucionário, ou seja, da autogestão social como resultado das lutas autogestionárias, pode ser demarcada em vários momentos da história. Um deles, privilegiado, é a chamada revolução bolchevique, ou melhor, contrarrevolução bolchevique, contrarrevolução da classe burocrática.

Celebrada por grupos e instituições pseudomarxistas ao longo do ano de 2017, pela efeméride do seu centenário, o que a contrarrevolução bolchevique tem a nos oferecer? A experiência do proletariado revolucionário e dos soviets, bem como as lamentáveis heranças – “a tradição dos mortos que oprime o cérebro dos vivos” – do bolchevismo.

A contrarrevolução bolchevique consistiu no embate entre partido bolchevique e conselhos (soviets) ao longo dos anos 1917-1922, entretanto, sua gestação vinha há tempos, e esteve relacionada à maturação e hegemonia da vertente leninista no interior do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo). Ao vencer as tendências que disputavam o movimento operário russo entre as décadas de 1890 e 1910, o bolchevismo de Lenin, numa interpretação equivocada da concepção de ditadura do proletariado, renomeada como “período de transição”, com seu golpe de estado de outubro de 1917 – entrementes todas as dificuldades relacionadas ao pós-guerra e às tentativas de retomada do poder estatal pela burguesia nacional e internacional, aristocracia e monarquia russa, bem como à fome e às expectativas revolucionárias dos trabalhadores da cidade e do campo –, dá início à ditadura contrarrevolucionária de esgotamento das experiências autogestionárias que vinham acontecendo nos soviets ou conselhos de operários e de soldados.

Experiências essas que poderiam ter caminhado em direção a um autogoverno dos produtores ou autogestão social.

Dado que o estudo crítico do passado é determinado pelas questões levantadas no presente, e que toda escrita da história possui uma perspectiva de classe, os textos que trazemos no presente número estão construídos pelos enfrentamentos do proletariado revolucionário, em contraposição às posições da burocracia (bolchevismo), e da burguesia (liberalismo, conservantismo). As três perspectivas disputam as heranças sobre a revolução russa, bem como a luta de classes contemporânea.

O artigo *A contrarrevolução bolchevique na Rússia e o processo de burocratização dos soviets*, de Oskar Anweiler, tradução de trecho da obra *Los Soviets en Russia (1905-1921)*, por Edmílson Marques, apresenta como diferentes grupos lutaram contra tal processo. Ao descrever os conflitos dos socialrevolucionários de esquerda, socialrevolucionários de direita, socialrevolucionários maximalistas, mencheviques, comunistas revolucionários, comunistas populares e vários grupos anarquistas diante dos bolcheviques, o autor narra o processo pelo qual, no campo e na cidade, deu-se o fortalecimento dos últimos, pela “*continuação de velhas teses e formas de ação, como foram expostas e realizadas por Lenin desde o início de sua carreira política, logo, no início de 1905 e, sobretudo, no decorrer da Revolução de 1917*”. Ainda segundo Anweiler, “*com o triunfo do bolchevismo, a ideia conselhistas foi fundamentalmente alterada: de órgão da autonomia proletária e portadores de uma democracia radical, os conselhos russos se converteram em órgãos de direção de massas pela elite do partido.*”

No artigo *As revoluções russa e alemã: a questão do estado, dos partidos, dos sindicatos e dos conselhos operários*, Lucas Maia contribui para a expansão e aprofundamento desse debate ao traçar comparações entre as formações sociais russa e alemã, com reflexões sobre as semelhanças e diferenças de seus respectivos processos revolucionários e contrarrevolucionários. A partir da questão da organização e da estratégia revolucionárias, investiga como os sovietes tiveram papel de destaque em cada um desses países, bem como sindicatos, partidos e forma estatal se apresentaram como freios à revolução, no caso, mais sólidos na Alemanha

do que na Rússia. Ao apresentar o debate entre Lenin e Herman Gorter, bem como textos de Otto Ruhle e Anton Pannekoek, Lucas Maia traz à tona lições do passado, como a de que “os conselhos operários, organizações de fábrica, uniões operárias se repetiram em várias experiências posteriores”, para defender a tese de que “conhecer os significados das organizações dos trabalhadores ao longo de sua história de luta é ponto de partida fundamental para qualquer militante na contemporaneidade. Não repetirmos os mesmos erros é a tarefa de todo militante. Que cometamos outros erros, não os mesmos.”

A luta de classes permeada pelo processo de burocratização da contrarrevolução bolchevique se deu também na educação e escolarização. No texto *A escola do trabalho de Moisey Pistrak (1918-1929): crítica da educação politécnica bolchevique*, Ricardo Golovaty sintetiza os diferentes aspectos da chamada escola do trabalho de Pistrak, para demonstrar como reproduzia-se teses do partido bolchevique e de Lenin sobre a escolarização para a “nova” divisão do trabalho, correspondente aos papéis subalternos dos trabalhadores para a construção da União Soviética. Considerando que no Brasil contemporâneo há um movimento de publicação e reflexões sobre os pedagogos soviéticos, entre eles Pistrak, o autor alerta para a importância da perspectiva crítica e autogestionária sobre os mesmos, bem como procura apresentar elementos de superação das teses bolcheviques sobre educação e revolução, e educação politécnica, a partir de elementos da pedagogia autogestionária.

O ensaio *Leninismo e dominação burocrática: os escritos de Lênin acerca do Taylorismo*, de autoria de Aline Ferreira e Gabriel Teles, compõe parte de um projeto maior dos autores, quanto à crítica autogestionária de Lênin, ou melhor, da “ideologia leninista e seus desdobramentos contrarrevolucionários na luta pela transformação social a partir do movimento operário”. Nesse trabalho, os autores partem da “mentalidade burocrática” de Lênin para descortinarem os meandros pelos quais o líder bolchevique foi alterando suas concepções acerca do taylorismo ao longo dos anos 1913, 1914 e 1918, segundo os seus interesses. Partindo de uma bela síntese sobre a contrarrevolução bolchevique e sobre a natureza do taylorismo, chegam às concepções oportunistas de Lênin, numa crítica mordaz ao mascaramento que

tentou desenvolver quanto ao taylorismo como método capitalista de extração do mais-valor relativo, coerente com seus objetivos sobre o futuro da União Soviética. Nesse sentido, a crítica da questão da organização do trabalho em Lênin se desdobra numa visão sintética da totalidade do bolchevismo e da formação social que objetivaram construir, ao deixarem de lado a perspectiva revolucionária de que “*não é possível criar o novo reproduzindo o velho*”.

Fechando esta edição, temos o ensaio de Marcus Vinícius C. da Conceição, *Ditadura do proletariado: visões e revisões de uma querela marxista*. Segundo o autor, as interpretações e lutas em nome do conceito de ditadura do proletariado “*correspondem às respectivas mudanças pelas quais o próprio movimento operário europeu passou (...) resultando assim em uma dialética entre teoria e prática do movimento operário.*” O autor estuda os casos russo, alemão e italiano. Quanto à Rússia soviética, afirma que os bolcheviques criaram uma interpretação na qual a ditadura do proletariado se apresenta como forma de governo, estatal, não como forma de sociedade. No caso alemão, estudado a partir de Max Adler e Rosa Luxemburgo, a ditadura do proletariado é apresentada como síntese entre conselhos operários e democracia operária, portanto, mais próxima da concepção de Karl Marx. Por fim, o caso italiano, lido segundo textos de Antonio Gramsci, procurou uma síntese entre conselhos operários e partido comunista, resultando então em específicas contradições e limites. O autor conclui o ensaio alertando para a necessidade de atenção aos sentidos do conceito e sua evolução em Marx, para que não se cometam erros, tais como o da contrarrevolução bolchevique.

Esperamos que os textos reunidos neste volume contribuam para o avanço da luta cultural e autogestionária, rumo ao autogoverno dos produtores. Contra o estado e o capital, só nos resta o enfrentamento!

A CONTRARREVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE NA RÚSSIA E O PROCESSO DE BUROCRATIZAÇÃO DOS SOVIETS¹

Oskar Anweiler*

A Expansão do sistema conselhistas e a constituição soviética de 1918

Através da Revolução bolchevique de outubro, os sovietes russos se converteram de órgãos da luta revolucionária em portadores do novo poder estatal. A transformação dos conselhos em órgãos do poder revolucionário já estava em andamento em algumas regiões antes que os bolcheviques tomassem o poder². Os bolcheviques se encontraram em parte, portanto, como estruturas fechadas, que após a eliminação da “dualidade de poder” poderiam oferecer a base do novo estado. “Só precisamos fazer que alguns decretos do poder soviético passe de seu estado embrionário, no qual se encontrava nos primeiros meses da Revolução, para a estrutura reconhecida legalmente, que tem conservado sua expressão concreta no estado soviético – na República soviética russa”, disse Lênin no início de março de 1918³.

O II Congresso soviético de toda a Rússia havia decretado a transferência da autoridade no campo para os sovietes⁴. Em 18 de novembro, Lênin persuadiu os trabalhadores a “tomarem em suas próprias mãos todas as questões do governo: vossos sovietes são de agora em diante os mais poderosos e autodeterminados órgãos de governo”⁵. Nas semanas seguintes, foram publicados mais decretos do Conselho de comissários do povo e ordens dos comissários do povo do interior, que

¹ O presente texto se refere ao tópico II do capítulo V (A Construção da Ditadura Soviética), que integra a obra *Os Soviets na Rússia (1905-1921)*, autoria de Oskar Anweiler e publicada em 1958. É uma tradução realizada por Edmilson Marques de uma versão espanhola traduzida do alemão por Ana Pérez Figueras e publicada pela editora Zero em Madri, em fevereiro de 1975.

* Polonês, nascido na cidade de Rawicz, em setembro de 1925, atualmente com 92 anos, desenvolveu importante estudo sobre os sovietes na Rússia.

² Conferir na pág. 169 da edição espanhola.

³ Lênin *Ausgewahlte Werke II*, pág. 332.

⁴ Conferir na pág. 245 da edição espanhola.

⁵ Bunyan-Fisher, pág. 278.

afetaram o tipo de representação, a estrutura e competência de cada soviete (divisão de trabalhadores, soldados e camponeses em setores, eleição de uma presidência e de um Comitê Executivo etc.) bem como a formação de diferentes departamentos para cada campo de atividades⁶. Em uma circular do comissário do povo do interior, sobre a organização da autonomia local (de 5 de janeiro de 1918), afirma-se: “Em todos os lugares os soviets são os órgãos de poder e administração, aos quais devem subordinar-se todas as autoridades com funções administrativas, econômicas, financeiras e culturais. Todos os órgãos anteriores da administração local, como comissários municipais, regionais e distritais, os comitês de organizações sociais, a administração *Volost*⁷ etc., devem ser substituídos pelos conselhos de deputados dos operários, soldados, camponeses e agricultores. Todo o país deve ser coberto com uma rede de soviets, que manterá um contato próximo entre si. Cada uma destas organizações, até a menor delas, é completamente autônoma em questões de natureza local, porém, desenvolve sua atividade de acordo com os decretos e ordens gerais do poder central e da organização soviética superior. Desta forma, se criará um organismo firme e unificado em todas as partes da República soviética⁸”. Estas disposições do governo central, ocorreram antes do encontro do poder soviético local na constituição de 1918. Nos primeiros meses de 1918, foram fixados os princípios organizativos do poder soviético nos municípios, distritos e *Volost*, com os quais os novos órgãos se impuseram pouco a pouco, sobretudo no campo⁹. Na região de Perm, por exemplo, apareceram durante os três primeiros meses de 1918 aproximadamente 500 *volots*-conselhos, em Voronez, que tinha 8 distritos com 84

⁶ Veja J. M. Meisel-E. J. Kozera “Materiais para o Estudo do Sistema Soviet”. Michigan 1950, pág. 49, Freitag-Loringhoven, pág. 142, Sovety v oktjabre, pág. 297-300.

⁷ [N.T.] Segundo o Dicionário Político do MIA, o *Volost* é uma “pequena unidade territorial-administrativa rural da velha Rússia. Depois da Revolução de Outubro, que aboliu as subdivisões administrativas de tipo feudal da Rússia czarista, o *volost* tornou-se um centro de atividade econômica. Em seguida, foi absorvido pelo «*okrug*» (distrito)”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/v/volost.htm>. Acesso realizado em 11 de janeiro de 2018.

⁸ Chrinika sobytij VI, pág. 448-450; sovety v oktjabre, pág. 297.

⁹ Veja diferentes esquemas organizacionais dos sovietes municipais e regionais em Sovety v oktjabre p. 301-332.

Volosts, em janeiro 16, em fevereiro 46, em março 16 conselhos de aldeia¹⁰. Os conselhos de camponeses existentes separadamente em municípios e distritos foram fundidos com os correspondentes Conselhos de operários e soldados¹¹.

Em geral, nos primeiros meses após a Revolução bolchevique de outubro, reinava uma reunião diversificada de diferentes órgãos de administração locais, até que as velhas instituições fossem eliminadas pouco a pouco e substituídas pelos soviets, a única autoridade estatal. Sobretudo as *Zemtvias*¹² campesinas, que sob o Governo Provisório receberam alguns direitos de autonomia, e as Dumas urbanas, permaneceram durante meses juntas aos soviets. Os bolcheviques trataram os órgãos de autonomia rurais e urbanos de acordo com a sua atitude política. Nos lugares onde se destacaram como inimigos ativos dos bolcheviques, eram ou dissolvidos rapidamente, ou se realizavam novas eleições, que geralmente dava uma maioria pro-bolchevique. Em Petersburgo, a Duma¹³ da cidade foi dissolvida em 30 de novembro, que era um ponto central da oposição antibolchevique no mês de outubro, e nas semanas seguintes continuou organizando o abastecimento municipal. Nas novas eleições em que os partidos burgueses não podiam participar, apresentaram o resultado de 188 assentos para os bolcheviques, 10 para os socialistas revolucionários de esquerda e 2 para outros grupos insignificantes. Em fevereiro de

¹⁰ E. N. Gorodeckij, “Bor'ba narodnykh mass za sozdanie sovetskikh gosudarstvennykh organov (1917-1918gg)”, *Voprosy Istorii* 1955, 8, p. 26-39.

¹¹ Veja o informe da zona moscovita em: *Izvestija Mokovskogo* n° 2 (251) de 5 (18). 1. 1918.

¹² [N.T.] Segundo o Dicionário Político do MIA, *Zemtva* ou *Zemstvo* era uma “forma de auto-administração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, introduzida em 1864. A competência dos *zemstvos* era limitada às questões econômicas puramente locais (organização dos hospitais, construção de estradas, estatísticas, seguros). A sua atividade desenvolvia-se sob o controle dos governadores e do ministro do Interior, que podiam suspender as resoluções indesejáveis para o governo”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/z/zemstvo.htm>. Acesso realizado em 11 de janeiro de 2018.

¹³ [N.T.] Segundo o Dicionário Político do MIA, Duma era uma “instituição representativa que o governo czarista se viu obrigado a convocar em consequência dos acontecimentos revolucionários de 1905. Formalmente, a Duma de Estado era um órgão legislativo, mas de facto não tinha poder efetivo algum”. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/duma_de_estado.htm. Acesso realizado em 11 de janeiro de 2018.

1918, a Duma da cidade foi completamente revogada¹⁴. As Dumas e Zemtvias com uma maioria pró-soviética, trabalhavam em conjunto com os conselhos locais e se uniram voluntariamente com eles. Basicamente, em uma instrução de 9 de janeiro de 1918 foi decidido sobre o destino da antiga autonomia, na qual foi ordenada a transferência dos recursos e do inventário aos soviets¹⁵. Nas semanas e meses seguintes, entraram em funcionamento os conselhos locais, sucessivamente as Zemtvias e Dumas; em dezembro de 1917 foram dissolvidas as administrações das Zemtvias e em 8,1% de todos os Volosts, em janeiro de 1918 em 45,2%, em fevereiro em 32,2%, e de março a maio nas áreas restantes¹⁶. Parte dos funcionários na Zemtva foram admitidos na nova administração soviética como também nas cidades os funcionários municipais foram transferidos para o aparato soviético. Sem a colaboração das forças administrativas e técnicas, os soviets dificilmente teriam conseguido assumir imediatamente as novas e espessas obrigações, enquanto, por outro lado, a burocratização dos conselhos e seu despreendimento das massas foi, conseqüentemente, bastante apressado.

A transferência do governo local para os soviets era apenas uma parte da “destruição” da velha organização oficial levada a cabo conseqüentemente pelos bolcheviques nos primeiros meses após a Revolução de Outubro. Também no exército e na marinha, o princípio conselhistas foi radicalmente imposto. Por meio de decretos de 21 a 20 de dezembro de 1917, a totalidade do poder em cada parte da tropa foi transferida para os comitês de soldados, os quais também elegiam, por fim, dos superiores ao comandante do regimento. Na marinha, a administração geral incluindo a direção das operações militares foram transferidas para as juntas centrais da marinha, o cargo de chefe da marinha foi abolido¹⁷. Estas medidas representavam melhor uma simples aprovação do enorme processo de decomposição no exército russo pelos bolcheviques do que uma aplicação consciente dos princípios conselhistas desenvolvidos por Lênin em *O Estado e Revolução*. Soldados e

¹⁴ Veja Freitag-Loringhoven p. 152; Ryrkova-Williams p. 328-331; Cronika sobytii VI, p. 154, 242.

¹⁵ Sovety v Oktjabre, pág. 300.

¹⁶ Gorodekij, pág. 31.

¹⁷ Veja Freitag-Loringhoven, pág. 189; Dybenko, pág. 133; Bunyan Fisher, pág. 298.

marinheiros não podiam mais ter uma autoridade acima deles depois que os slogans bolcheviques haviam provocado o ódio contra os oficiais e a Revolução de Outubro havia proclamado a soberania das massas. A desmobilização independente do exército russo não pôde ser contida pela soberania dos conselhos dos soldados, no máximo puderam apenas levá-los aqui e acolá a uma forma menos caótica¹⁸.

Um movimento primitivo semelhante aconteceu com a apropriação de fábricas pelos operários. O controle da direção de fábrica propagada pelos bolcheviques antes da tomada do poder, decretado em 27 de novembro de 1917, se converteu em uma discreta administração operária pelos conselhos de fábrica. O decreto sobre o controle operário previa como instituições superiores, que os conselhos, forma essencial do controle operário, atuariam como órgãos de todos os soviets¹⁹. Contudo, estas determinações dificilmente foram aplicadas; na realidade reinava a anarquia produtiva ou, colocando de outro ponto de vista, “uma autêntica ditadura dos trabalhadores”²⁰. Os conselhos de fábrica, principais pontos de apoio dos bolcheviques nas massas operárias muito antes da Revolução de Outubro²¹, exigiam uma decisão única sobre todas as questões relativas à fábrica e tiveram pouca consideração com as necessidades da economia em geral. Algumas semanas após a transformação de outubro, instituíram conselhos centrais dos comitês de fábrica, existentes em várias cidades, erigiram uma organização nacional própria, que deveria garantir a sua ditadura econômica. Os bolcheviques se depararam aqui pela primeira vez com um perigo, provocado por eles mesmos com a democracia radical no campo industrial, que queria levar a cabo seriamente os *slogans* de Lênin da soberania conselhistas. Contra o desmembramento da economia em muitos setores industriais autônomos, os bolcheviques chamavam os sindicatos, nos quais agora possuíam a maioria e que de todos os modos rivalizavam com os conselhos de fábrica. Os sindicatos evitaram a convocação de um Congresso de conselhos de fábrica de

¹⁸ Sobre as condições em que o exército vermelho se encontrava veja H. Bermann -J. Smilga-L. Trotsky “Die russische sozialistische Rote Armee”, Zúrique, 1920.

¹⁹ Veja Frithagh-Loringhoven, pág. 227; Bunyan-Fisher, pág. 308.

²⁰ W. Koch “Die bolschewistische Gewerkschaften”, Jena, 1932, pág. 152.

²¹ Veja anteriormente, pág. 156.

toda a Rússia e conseguiram que em seu lugar se estruturasse os conselhos de fábrica como organizações inferiores²². O período de soberania direta dos conselhos de fábrica terminou em poucos meses, mas a direção bolchevique enfrentou com muitas dificuldades nos anos seguintes o novo problema das relações entre os sindicatos e o poder estatal²³.

Quiçá a mais clara expressão das tendências de soberania direta das massas implícitas no princípio conselhistas e, ao mesmo tempo, “a mais aberta medida sindicalista que já tenha sido contida na legislação soviética”²⁴, representava a ordenação publicada em 23 de janeiro de 1918 sobre o controle operário das ferrovias²⁵, segundo a qual deviam ser formados conselhos especiais dos deputados ferroviários com comitês executivos para a gestão das distintas linhas ferroviárias, que elegeriam o próximo órgão municipal e, por fim, um Soviet de ferroviários de toda a Rússia. Esta medida foi ditada pelos bolcheviques sobretudo para criar um contrapeso para o Vikzel (Comitê executivo do sindicato ferroviário) ainda dominado pelos socialrevolucionários, o qual havia mostrado uma posição neutra em Outubro e depois declarado a favor da Assembleia Constituinte. A situação caótica das comunicações, que foi agravada pela rivalidade entre os novos órgãos e os velhos Vikzel, levou Lênin, dois meses depois, a estabelecer a direção individual e a responsabilidade dos ferroviários e limitar os conselhos de ferroviários a uma função consultiva²⁶.

Em outras áreas da vida pública o princípio conselhistas também prevaleceu nos primeiros meses após a mudança de outubro. Para a direção da economia nacional russa foi formado um Soviet de economia política superior pelo decreto de 14 de dezembro de 1917, destinado a guiar e unificar os operários dos departamentos econômicos nos conselhos locais de operários, soldados e camponeses e mais tarde

²² Veja Deutscher “Soviet Trade Unions”, pág. 17s.; Losowski “DieGewerkschaften in Sowjetrussland”, pág. 51.

²³ Veja logo abaixo, pág. 308 da edição espanhola.

²⁴ E. H. Carr “The Bolshevik Revolution 1917-1923”, II, Londres, 1952, pág. 396.

²⁵ Bunyan-Fisher, pág. 653; Veja também a obra completa de Carr, pág. 394-397.

²⁶ Bunyan-Fisher, pág. 655.

também criou os próprios conselhos municipais de economia política²⁷. Por meio de outros decretos de dezembro de 1917 e de fevereiro de 1918, os velhos tribunais foram suprimidos e substituídos por tribunais do povo, cujos membros no princípio deviam ser eleitos por votações gerais, porém, posteriormente, foram nomeados pelos conselhos locais²⁸. Assim se criou o quadro de um sistema conselhistas de múltiplas estruturas, cujo eixo foi representado pelos conselhos políticos de operários, soldados e camponeses, aos quais foram anexados posteriormente os diversos conselhos econômicos e militares. Suas competências não estavam claramente limitadas entre eles; suas tarefas consistiam igualmente em liquidar a velha ordem política e social como na preparação, na tentativa, de uma nova, que os bolcheviques denominaram de “socialista”. O resultado da soberania conselhistas nos primeiros meses do poder soviético não era uma sujeição, mas um aumento do caos econômico causado pela guerra, pela Revolução e pelo colapso de toda organização fixa.

A revolução, que enfraqueceu o poder central, deu aos soviets locais um grande grau de soberania e independência política. Os bolcheviques com seu *slogan* “todo o poder aos soviets” agiram involuntariamente na mesma direção. Os direitos do governo soviético, que cedeu todo o poder aos soviets, significaram também um fortalecimento do poder conselhistas local. “No primeiro período da Revolução de Outubro apareceu em toda a parte como resultado da reação contra o velho estado burocratizado, a tendência, sem aspirar a eliminar a Rússia soviética, a ignorar o centro soviético de toda a Rússia e a resolver todos os problemas consequentes da revolução com as forças locais. Isto levou à formação de repúblicas semi-independentes, regiões autônomas etc”²⁹. As correspondentes “repúblicas soviéticas” fundaram seu próprio conselho de comissários do povo e muitas vezes pouco se preocupavam com os decretos de Petersburgo e Moscou. O conselho de comissários do povo da Sibéria foi declarado mesmo após o término do tratado de

²⁷ Veja “Die Organisation der Volkswirtschaft in Sowjetrussland”. “Gesetze und Verordnungen”, Berlim, 1919.

²⁸ Veja Freitag-Loringhoven, pág. 170.

²⁹ Sovety v epochu voennogo kommunizma I. Moscou, 1928, pág. 95.

paz de Brestlitowsk em guerra com as Potências Centrais³⁰. Assim a revolução criou um grande número de “comunas” independentes com direitos iguais entre si, que caracterizam a primeira fase da soberania conselhistas na Rússia.

Os principais representantes desta tendência anticentralista dentro dos soviets foram os socialrevolucionários de esquerda, que encontraram certo apoio nos comunistas de esquerda do partido bolchevique³¹. Eles temiam que um forte poder central com a prolongada autoridade de cima poderia colocar em perigo o tipo de “estado comunal” construído a partir de baixo e a independência dos soviets locais. “Os conselhos locais são portadores de todo o poder estatal, eles têm o direito de decidir sobre todos os assuntos, com exceção daqueles que se renderam livremente à competência exclusiva do poder central”, diz um projeto constitucional dos socialrevolucionários de esquerda³². Portanto, os distintos conselhos deveriam ser totalmente autônomos na determinação de seu sistema de eleições, nas normas de representatividade, de organização interior, etc.³³. Os socialrevolucionários-maximalistas, que já na primeira Revolução se apresentaram com o tema comunal³⁴, ergueram como ideal uma “República operária” (*trudovaja respublika*), “uma sociedade descentralizada com ampla autonomia das distintas regiões e nacionalidades”³⁵. Para eles e para os socialrevolucionários de esquerda, o sistema conselhistas era apenas um estágio de transição para a sociedade sem classes e para a “extinção do estado”, que eles – ao contrário de Lênin – viam como tarefa imediata. Juntamente com os conselhos de operários, soldados e camponeses, e absorvendo-os pouco a pouco, devia surgir uma “Federação de Soviets da Economia”, cuja unidade menor estava na fábrica e na aldeia. O socialrevolucionário de esquerda, e, durante um tempo, comissário do povo para a justiça, Reisner, apresentou à

³⁰ A. Vyshinsky “The Law of the Soviets State”, Nova Iorque, 1948, pág. 439.

³¹ Veja Schapiro, pág. 130-146; O programa dos comunistas de esquerda em Bunyan-Fisher, pág. 52.

³² A. Srejder “Federativnaja Sovetskaja Respublika” em Respublika sovetov (teorija i praktika sovetkago stroja. Vypusk), Berlim-Milão, 1920, pág. 53.

³³ Idem, pág. 59.

³⁴ Ver anteriormente, pág. 115 na edição espanhola.

³⁵ Maximalista nº 4 de 7-10-1918.

comissão, para a elaboração da constituição na primavera de 1918, um projeto que previa, em vez de uma estruturação municipal, a formação de uma “Federação de trabalhadores” em uma “Comuna-trabalhadora de toda a Rússia”³⁶. A relação das ideias do sindicalismo europeu ocidental com a velha constituição do Mir rural, que é interpretada pelos socialrevolucionários de esquerda como estágio anterior ao sistema conselhistas³⁷, devia ser criada em uma nova forma especificamente russa de socialismo, mas que de qualquer forma reivindicava validade universal³⁸.

As ideias anticentralistas e sindicalistas dos socialrevolucionários de esquerda não viram nenhuma derrota na elaboração definitiva da constituição da República federativa socialista de toda a Rússia, em 10 de julho de 1918. Aqui prevaleceu o centralismo estatal representado pelos bolcheviques – apesar das concessões formais à autonomia local dos soviets – e o princípio municipal. Como a primeira fixação do direito público do princípio conselhistas nascido na Revolução significava a constituição soviética de 1918, simultaneamente, há a institucionalização do movimento conselhistas. A transformação dos conselhos de simples órgãos da Revolução em detentores do poder estatal é legalizada por ela e determinante para toda a evolução posterior da Rússia soviética. De toda forma, a constituição de 1918 já oculta a autêntica realidade do estado soviético que só pode ser compreendida “na polaridade dialética de uma constituição de direito formal e de uma constituição política, na polaridade dialética dos soviets como transmissores e plataforma fundamentais e como a força dirigente do partido no sistema da Ditadura Proletária”³⁹. O papel decisivo do partido comunista encabeçado por Lênin, que já tinha o monopólio político no momento da entrada em vigor da constituição, não é visível em nenhuma de suas passagens. As peculiaridades jurídico-políticas do sistema conselhistas russo, que foram exageradas durante muito tempo, desempenharam por

³⁶ Veja G. Gurvic “Istorija sovetsoj konstituci”, Moscou, 1923, págs. 102-107, 142; Carr I. págs. 124-128.

³⁷ Veja Srijder, págs. 114.

³⁸ Veja Znamja, Organ levich socialistov-revoljucienerv Unternacionalistov) nº 1, abril, 1920, “A federação sindical corporativa abrangerá progressivamente toda a humanidade”.

³⁹ B. Meissner na introdução ao capítulo Russland em “Die Verfassungen der modernen Statten” editado por B. Dennewitz 1, Hamburgo, 1947, págs. 126.

isso um papel relativamente pequeno; aqui devem ser tratadas apenas porque suas raízes estão no movimento conselhistas revolucionário do período anterior⁴⁰.

Em sua parte organizacional, a constituição soviética de 1918 representa no essencial apenas a compilação jurídica das novas exigências políticas desenvolvidas a partir de baixo e após a Revolução de Outubro impostas de cima. A construção piramidal do sistema conselhistas com votos indiretos por graus dos conselhos, a limitação de operários, soldados e camponeses, a união do poder executivo e legislativo, constituem o resultado do desenvolvimento prático da Revolução e só posteriormente obtiveram uma “superestrutura” ideológica. A “Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado”, aceita já anteriormente no III Congresso de soviets, em janeiro de 1918, e colocada como princípio da constituição, era uma contradição consciente com respeito à Declaração dos direitos humanos da Revolução francesa⁴¹. No lugar dos direitos individuais burgueses, expuseram a soberania de classe do proletariado, com o objetivo “de eliminar toda exploração do homem pelo homem” e a “supressão total da divisão de classes”. O caráter transitório da “Ditadura do proletariado urbano e rural da classe camponesa empobrecida” é repetido com clareza na cláusula 9 da constituição. Mas para a permanência da ditadura do proletariado, no período “da luta decisiva entre o proletariado e seus exploradores”, não se pode “admitir nenhuma gestão de órgãos do governo por estes últimos” (cláusula 7). As normas de votação limitavam por isso o direito de voto passivo a “todos aqueles que cobriam seus custos de vida com trabalho produtivo e socialmente útil” (cláusula 64) e excluía todas as pessoas que empregavam trabalho assalariado, que viviam de renda sem trabalhar, comerciantes e sacerdotes (cláusula 65). Estas determinações ofereciam em sua aplicação a possibilidade de uma ampla margem de ação. Precisamente a classe operária era afetada em maior ou menor grau segundo a linha tática válida no momento.

⁴⁰ Veja M. Eljaschoff “Die grundzüge der Sowjetverfassung” Heidelberg, 1925; J. Neuberger “Die Verfassung der Russischen Föderativen Sowjetrepubf ik” Berlim-Bonn, 1926. O texto da Constituição, ver em Dennewitz, pág. 164-179.

⁴¹ Veja a explicação de Sverdlov durante a leitura da declaração na Assembleia Constituinte. Bunyan Fisher, pág. 372.

A limitação do direito ao voto ao proletariado urbano e rural (incluindo os empregados) assim como à classe camponesa pobre, foi uma consequência da ditadura do proletariado fundamentada teoricamente por Lênin antes de outubro de 1917. Mas Lênin não concedeu nenhuma importância principal ao problema do direito de todos ao voto e a sua eliminação. Após a constituição da ditadura soviética, Lênin apontou claramente que a eliminação do direito ao voto “é uma questão puramente russa e não uma questão da ditadura do proletariado”⁴². Ele deixou aberta a possibilidade de que em outros países a ditadura do proletariado fosse compatível com o sufrágio universal. A introdução na constituição soviética de 1936 do novo direito de todos ao voto e a situação nos estados comunistas da Europa oriental demonstram que um regime ditatorial também pode persistir com o sufrágio universal, se todos os demais meios de controle e repressão da opinião pública estiverem à sua disposição.

O direito ao voto classista da primeira constituição soviética teria junto às suas raízes teóricas, uma prática. Os conselhos de deputados operários, soldados e camponeses eram desde sempre limitadas organizações de classe, que estavam fechadas à burguesia, aos grandes proprietários e à intelectualidade não bolchevique. Na prática envolvia o sistema conselhistas por sua falta de ordenação organizativa fixa, mesmo que apenas a uma minoria das classes afetadas; assim, por exemplo, as pequenas fábricas de artesanato eram raramente representadas nos conselhos de deputados operários; em relação à classe operária, permaneceram calados, só depois da revolução de Outubro foi incluída em maior medida. Até mesmo a constituição de 1918 não realizou nenhuma mudança com ela; a participação nas votações soviéticas foi escassa por anos e atingiu 99% pela primeira vez com Stalin⁴³.

Outro aspecto característico das disposições da lei eleitoral também teve sua origem na praxis soviética, exercida no ano de 1917. A cláusula 25 da constituição fixou o número de delegados para o Congresso de Soviets de toda a Rússia em 1 por cada 25 mil eleitores para os conselhos urbanos e 1 por 25 mil habitantes para os

⁴² Lênin *Ausgewählte werke* II, pág. 435.

⁴³ Veja as mesas dos participantes nas eleições soviéticas desde 1922 em J. Teowster “Poder Político na WSSR 1917-1947, Nova Iorque, 1948, pág. 206.

congressos municipais de soviets, que por sua vez eram enviados pelos soviets regionais e os soviets urbanos. O regulamento se baseava na organização eleitoral do I Congresso de Conselhos de operários e de soldados de toda a Rússia (em junho de 1917) e nas determinações correspondentes do I Congresso camponês (em maio de 1917), que por cada 150 mil habitantes previam 1 delegado. Após a união de ambas as corporações soviéticas em janeiro de 1918, as distintas normas de representação continuaram em vigor. Para os congressos soviético municipais se elegia igualmente na relação de 1 deputado por 2.000 eleitores nas cidades e 1 por 10 mil habitantes no campo. Esta norma desigual de representatividade favorecia claramente os eleitores proletários e introduzia um censo na “democracia soviética”. A proporção de camponeses, numericamente muito maior, tinha que ser pelo menos parcialmente igualada e, ao mesmo tempo, devia ser documentada a resignação histórica do proletariado na construção do socialismo.

Dentro do seu raio de ação, os soviets de todas as fileiras reuniram o poder executivo e legislativo em uma mão. Karl Marx já havia elogiado o princípio da união de poderes como característica da Comuna de Paris⁴⁴. Lênin o tomou junto com a concepção do estado-comuna e o viu também colocado em prática nos soviets⁴⁵. Os soviets do ano de 1917 eram de fato órgãos “legislativos” (através das disposições do plenário ou do comitê executivo) e executores (já que os membros do soviet tomaram as disposições em suas mãos ou cuidaram de sua realização). A concentração de poderes estava também agora legalmente enraizada na constituição. A comparação realizada às vezes do Congresso soviético de toda a Rússia ou do Comitê Executivo Central com o parlamento (como poder legislativo) e do Conselho dos comissários do povo com o conselho de ministros (como executivo) não é, por isso, válida⁴⁶. Embora o Conselho dos comissários do povo na constituição seja designado como órgão de gestão e o Comitê Executivo Central, diante dele, como responsável, se encontra a importante delimitação, de que “medidas, que exigem realização urgente, podem ser dispostas diretamente pelo Soviet de

⁴⁴ Ver anteriormente, pág. 20 da edição espanhola.

⁴⁵ Veja Lênin *Sämtliche Werke* XXI, pág. 328.

⁴⁶ Veja Freitag-Loringhoven, pág. 145.

comissários do povo” (cláusula 41). Desde os primeiros dias da soberania bolchevique, o Conselho de comissários do povo havia emitido por si mesmo decretos de importância fundamental e sem a aprovação prévia do Comitê Executivo Central. Diante dos protestos referentes a isto dos socialrevolucionários de esquerda, a maioria bolchevique explicou: “O parlamento soviético (refere-se ao Congresso soviético de toda a Rússia) não pode negar ao conselho dos comissários do povo o direito de publicar decretos de necessidade urgente com o espírito do programa geral do Congresso soviético de toda a Rússia sem a apresentação prévia ao Comitê Executivo Central”⁴⁷. A “instituição superior”, segundo a constituição da República soviética, o Congresso de Conselhos de toda a Rússia, já havia colocado contra, desde o III Congresso de soviets (em janeiro de 1918), o seu papel político independente e se convertia progressivamente em um simples defensor das normas estabelecidas pela soberania bolchevique. Este desenvolvimento foi, sem dúvida, fomentado pelo fato de que o Congresso de soviets, em sua primeira reunião, em julho de 1917, era apenas uma assembleia irregular de delegados, reunida por um curto período de tempo, e não uma instituição duradoura com seus próprios comitês, regras de ações fixas etc.

A competência dos soviets locais foi diminuída ainda mais na constituição – diante das propostas dos socialrevolucionários de esquerda na comissão para elaborar a constituição – mas isto não correspondia à práxis da soberania conselhistas nos primeiros meses. Como primeira obrigação dos órgãos locais do poder soviético foi indicada: “Realização de todas as ordenações do correspondente órgão superior do poder soviético” (cláusula 61). Nos assuntos puramente locais, os soviets tinham o poder de decidir, mas estavam subordinados ao controle do órgão imediato superior, que tinha o direito sobre estes para fazer os acordos. No aspecto financeiro os conselhos locais estavam obrigados a aceitar a distribuição do Comitê Executivo Central e os departamentos locais dos conselhos eram dependentes das correspondentes comissões da comunidade central. Os soviets eram cada vez mais

⁴⁷ Bunyan-Fisher, pág. 189.

reduzidos a órgãos locais do poder soviético e perderam sua posição de órgão autônomo, que tinham no ano de 1917⁴⁸.

Os soviets na guerra civil e o caminho para um estado de partido único

A constituição da República soviética russa correspondia no momento de sua entrada em vigor apenas em parte às realidades políticas de meados do ano de 1918. Enquanto que os soviets foram erigidos formalmente na base do novo estado, perderam na práxis cada vez mais em importância. A constituição da ditadura do partido bolchevique, a guerra civil e o caos econômico derrubaram os princípios de uma autêntica democracia soviética, que havia se formado na Revolução de 1917 e que poderia ter continuado a se desenvolver. Ao mesmo tempo tornava-se cada vez maior o abismo entre a ideologia conselhistas oficial, como era propagada pelos bolcheviques, e a realidade soviética. No final deste período o conflito se encontrava aberto entre a viva e revolucionária ideia conselhistas e o “poder soviético”, que era na realidade uma ditadura de partido.

Os bolcheviques, que sob a bandeira dos conselhos haviam conquistado o poder em outubro de 1917, depois de algumas semanas se confrontavam com uma situação que exigia um rompimento com os princípios propagados antes por eles da soberania conselhistas. A dissolução prática da parte do império russo dominada pelos bolcheviques em inúmeras pequenas e minúsculas “comunas” independentes estava desde o princípio em contradição com os princípios centralistas do bolchevismo. Lênin havia exigido em 1917 a “autonomia revolucionária” e a ampla descentralização do poder estatal por razões táticas, mas com isso não abandonou suas concepções de que apenas o “centralismo proletário” poderia construir a ordem social socialista⁴⁹. Adicionaram-se a estas convicções dos bolcheviques, questões práticas – a ameaça militar e o caos econômico -, que conduziram a um regresso ao centralismo desde a primavera de 1918. Trotsky se converteu no defensor incondicional do

⁴⁸ Veja M. Vladimirkij “Organizacija sovetsoj vlasti na mestach”. Moscou, 1919.

⁴⁹ Ver anteriormente, pág. 205 da edição espanhola.

centralismo “revolucionário”, o qual, em seu discurso de 28 de março de 1918, com o título de “trabalho, disciplina e ordem salvarão a República socialista soviética”⁵⁰, assinalou o fim da soberania conselhistas direta em favor da autoridade enérgica do poder central e da ditadura do partido bolchevique⁵¹. Lênin (em abril de 1918) no texto *As tarefas imediatas do poder soviético*, apresentou o novo programa para a etapa seguinte da Revolução. A Rússia, escrevia Lênin, estava no início da tarefa histórica de construir uma nova sociedade socialista. No lugar da destruição da velha ordem, que havia estado até então em primeiro plano, da “expropriação imediata dos ex-proprietários”, teria que aparecer agora “a organização da contabilidade e do controle”. Isto não seria realizável sem a ajuda de “especialistas” burgueses, técnicos e economistas. Os operários teriam que aumentar a produtividade, organizar a concorrência entre eles e atender a uma severa disciplina de trabalho. Tudo isso não seria possível sem uma direção única. Com todo o vigor, Lênin expôs a seguinte questão: “Se o compromisso de pessoas isoladas, que obtêm poderes ilimitados de ditadores era conciliável com os princípios fundamentais do poder soviético”, e dava a isto a estrita resposta: “Se não somos anarquistas, teremos que reconhecer a necessidade do estado, quer dizer, a coação para a passagem do poder capitalista ao socialismo... por isso não existe mais a mínima contradição entre o democratismo soviético (isto é, socialista) e a utilização do poder ditatorial por parte de algumas pessoas”⁵². O momento atual exigia uma “subordinação forçada das massas sob a vontade unificada dos dirigentes das relações de trabalho no interesse do socialismo”⁵³. O partido teria que ensinar às massas a necessidade desta modificação, que ainda vivia no período “de uma manifestação ardente em todos os litorais”⁵⁴. O que Lênin destaca aqui enfaticamente como “manifestação democrática”, não era no fundo, senão, a mesma realidade dos soviets, que havia caracterizado no ano de 1917 como “a construção de toda a administração estatal pelas próprias massas, sua

⁵⁰ Editado como folheto, Berlim, 1919.

⁵¹ Veja W. Huhn “Trotsky Bonapartismus. Aufklärung II”, 1952, nº 2.

⁵² Lênin *Ausgewählte Werke II*, pág. 384.

⁵³ *Idem*, pág. 385 da edição espanhola.

⁵⁴ *Idem*, pág. 387 da edição espanhola.

participação ativa em cada etapa da vida”⁵⁵. Enquanto os bolcheviques começaram a disciplinar a espontânea soberania conselhistas eliminaram simultaneamente as condições indispensáveis de uma democracia soviética. Pois não só se ocuparam em reunir as forças divergentes e deslizantes para a anarquia, senão em assegurar-se, além deste poder soviético centralizado, a soberania absoluta do partido. Transformaram os soviets de verdadeiros corpos representativos democráticos em ramificações ampliadas da ditadura do partido.

A primeira irrupção no sistema conselhistas ocorreu na primeira metade do ano de 1918, na criação do exército vermelho⁵⁶. A elegibilidade dos dirigentes, principal característica do princípio conselhistas, foi suprimida, os direitos dos comitês de soldados foram limitados, ex-oficiais czaristas instalados cada vez mais em cargos de responsabilidade⁵⁷. O argumento bolchevique para tomar estas medidas, dizia: “Quando o poder pertencia aos grandes proprietários e à burguesia, o oficial era um inimigo do soldado. Por isso é completamente natural, que os soldados ao derrubar o czarismo exigissem a introdução do princípio eleitoral no exército. Algo distinto acontece agora em um sistema socialista. Aqui existe o governo pela vontade do proletariado... entende-se, portanto, que os trabalhadores, dada a confiança prestada ao governo, também lhe dão o direito de nomear funcionários e diversas autoridades. Da mesma forma era natural que o governo nomeasse também os comandantes no exército”⁵⁸. Compara-se com estas palavras as exigências de Lênin para a eleição de funcionários e oficiais pelo povo, a supressão do exército e da polícia e sua substituição pela milícia popular, via-se também brevemente todo o seu programa do estado conselhistas desenvolvido em 1917 para medir a distância entre a ideologia da Revolução de outubro e a evolução oposta imposta seis meses depois.

Equivalente à nova organização da segurança sob a direção central do comissariado de guerra seguiu desde o ano de 1918 a organização da indústria russa

⁵⁵ Lênin, *Sämtliche Werke* XX, I, pág. 269.

⁵⁶ Veja Rosenberg “Geschichte des Bolschewismus”, pág. 119.

⁵⁷ Veja a respeito da criação do exército vermelho, além do livro já citado: Antonow-Owsejenko “Der Aufbau der Roten Armee in der Revolution”. Hamburgo, 1923.

⁵⁸ Smilga, pág. 28 da edição espanhola.

sob o espírito de direção posta de cima, contrária à soberania aberta e direta nas fábricas por meio dos comitês de fábricas⁵⁹. A concentração pela criação de associações industriais para os diferentes ramos da produção foi acompanhada pela limitação do controle operário e pela nova instalação de diretores responsáveis nas fábricas⁶⁰. Tiveram que acrescentar a introdução do trabalho por peça, a obrigação de fazer horas extras, o rígido controle dos diversos postos de trabalho – medidas, que deveriam suprir o declínio catastrófico da classe operária urbana, devido ao serviço militar e a emigração para o campo⁶¹. O ponto culminante destas medidas político-econômicas, que posteriormente receberam o nome de “comunismo de guerra”, foi a constituição do plano de militarização do trabalho desenvolvido por Trotsky em 1919/20, que previa a criação de um exército de trabalho, que podia ser imposto aqui e acolá e levantados pela força⁶².

O desenvolvimento dos conselhos políticos de operários, soldados e camponeses nos anos de 1918/20 caracteriza-se por três coisas: a exclusão passo a passo dos partidos não bolcheviques, e em relação a isto a subordinação de fato sob a direção do partido comunista, e finalmente a crescente centralização e burocratização.

Os antigos partidos da maioria soviética, mencheviques e socialrevolucionários de direita, estavam em oposição radical ao governo soviético desde o II Congresso de Soviets de toda a Rússia, em outubro de 1917, no qual se tornaram uma minoria. Tendo colocado inicialmente suas esperanças na Assembleia Constituinte, viram depois sua dissolução retirando dela toda a possibilidade de uma atividade política, pública. É verdade que nem os mencheviques nem os socialrevolucionários de direita dos soviets locais não estavam oficialmente

⁵⁹ Veja L. Larin-L. Kritzmann “Wirtschaftsleben und wirtschaftlicher Aufbau in Sowjetrussland 1917-1920”. Hamburgo, 1921; S. N. Prokopovicz “Rosslands Volkswirtschaft unter den Sowjet”, Zuriq-Nova Iorque, 1944.

⁶⁰ Em dezembro de 1920, das 2.453 fábricas registradas eram administradas 2.183 por diretores nomeados e apenas 300 por associações. Th. Dan “Der Arbeiter em Sowjetrussland” Berlim-Stuttgart, 1923, pág. 15.

⁶¹ De acordo com relatórios oficiais no ano de 1921 não mais de 900 mil operários trabalharam na indústria. Dan, pág. 24.

⁶² Veja Chamberlin II, pág. 291; Carr. II, pág. 211-216.

excluídos, mesmo no IV Congresso de Soviets de toda a Rússia (em março de 1918) estavam representados por alguns delegados, mas sua imprensa era reprimida, muitos membros do partido foram presos e libertados novamente, a propaganda eleitoral para as votações do Soviet foi reprimida. Em particular, as relações nos primeiros meses do ano de 1918 eram muito diversificadas; considerando que em alguns lugares os mencheviques e os socialrevolucionários de direita se negaram a participar e a colaborar nos soviets, em outros foram reprimidos pelos bolcheviques. Frequentemente integravam os soviets como “independentes”⁶³. Em alguns lugares, na cidade de Tambo e em grandes zonas industriais de Izevsk, na região de Vjatka, ambos os partidos conseguiram a maioria nas novas eleições de ambos os soviets em abril e maio de 1918⁶⁴.

Entre a classe operária das cidades, os mencheviques ganharam seguidores na medida em que cresceu o descontentamento diante das necessidades econômicas existentes e a indignação diante das arbitrariedades bolcheviques. Em Petersburgo e em Moscou os mencheviques organizaram as chamadas “conferências independentes” na primavera de 1918, que elegiam “delegados das fábricas”. Uma vez que o Conselho operário e de soldados de Petersburgo era totalmente dominado pelos bolcheviques, estas assembleias de delegados deviam representar os reais interesses do proletariado. Os mencheviques explicaram em maio de 1918, que os soviets haviam se convertido, aos olhos das massas, em corporações da tirania intolerável e da opressão política e exigiam que fosse devolvido a eles o seu papel anterior de representantes operários⁶⁵.

Em 14 de junho de 1918, o Comitê Executivo Central de toda a Rússia decidiu excluir do estado os mencheviques e os socialrevolucionários de direita e instruir os

⁶³ Encontra-se documentação apenas sobre a força numérica dos partidos de oposição nos soviets na época posterior a 1918. Mas indicações indiretas e deduções nos dão muitas vezes um quadro aproximado.

⁶⁴ Veja *Sovety v Oktjabre*, pág. 357-363; *sovety e epochu voennogo komunizma*, vol. II, pág. 423-425; J. Bunyan “Intervention, Civil War and Communism in Russian. Abril-Dezembro, 1918”. Baltimore-Oxford, 1936, pág. 559.

⁶⁵ L. Vardin “Okt melkoburzuaznoj kontr-revoljucii k restavrácii kapitalizma (partija men'sevikov posle Oktjabrja) en Za pjat'let, 1917-1922. Sbornik CK REP. Moscoum 1922, pág. 34-35, aqui, pág. 38.

soviets locais a agir da mesma forma⁶⁶. Serviu como base a participação dos socialrevolucionários no levante da legião tchecoslovaca e a instalação do “Comitê de membros da Assembleia Constituinte” em Samara⁶⁷. Nas semanas e meses seguintes, ambos os partidos socialistas dos soviets locais foram expulsos, e nas novas eleições as suas candidaturas foram proibidas. Entretanto, a relação entre bolcheviques e socialrevolucionários de esquerda havia também mudado. Como protesto contra o fim do tratado de paz de Brestlitowsk, os socialrevolucionários de esquerda, em 19 de março de 1918, abandonaram o Conselho dos comissários do povo, mas continuaram no Comité Executivo Central⁶⁸. Por meio da propaganda no exército e entre os camponeses buscaram atrasar a realização do tratado de paz. Os conflitos com os bolcheviques sobre a política agrária e a pena de morte levaram a uma maior profundidade de oposições. O V Congresso de Soviets de toda a Rússia, inaugurado em 4 de julho de 1918, no qual os socialrevolucionários de esquerda tinham 470 delegados de um total de 1.425 (868 deles eram bolcheviques), foi mantido em uma atmosfera insegura e tensa⁶⁹. Em 6 de julho dois socialrevolucionários de esquerda foram assassinados em Moscou pelo enviado alemão de Mirbach; simultaneamente seguiu-se uma tentativa de golpe de estado contra a soberania bolchevique, mas foi rapidamente sufocada⁷⁰. Em consequência, em seguida a maioria dos delegados socialrevolucionários do Congresso de Soviets foram presos. A constituição da república soviética Russa foi votada em 10 de julho pelo Congresso sem o segundo maior partido. Antes se explicou em uma resolução, que aquelas partes do partido dos socialrevolucionários de esquerda que tiveram mais relação com o atentado e o levante, seriam excluídas dos soviets

⁶⁶ Bunyan, pág. 191.

⁶⁷ Veja Idem, pág. 283.

⁶⁸ No IV Congresso soviético de toda a Rússia que ratificou com 784 votos contra 281 o trabalho de Brest, havia 795 bolcheviques e 284 socialrevolucionários de esquerda. Veja Bunyan-Fisher, pág. 519-534; Towster, pág. 122.

⁶⁹ Nestes números estão incluídos também os delegados com voz consultiva. Dos 1.132 delegados com voz decisiva teriam os bolcheviques 745, os socialrevolucionários de esquerda 352. Pjatij vserossijskij s-ezd sovetov rabocich, kre st'janski soldatskich i kazac-ich depitatov. Moscou, 1918, pág. 163.

⁷⁰ Veja Bunyan, pág. 197-225.

posteriormente⁷¹. Em 15 de julho, o Comitê Executivo Central de toda a Rússia corroborava com esta resolução⁷². Com isso os bolcheviques eram o único partido legal na Rússia sem levar em conta os grupos insignificantes e de esquerda que eram tolerados⁷³.

As rebeliões e atentados dos socialrevolucionários em julho e agosto de 1918 e as represálias bolcheviques, que culminaram com a proclamação oficial do terror vermelho, prepararam simultaneamente o fim da democracia soviética, que antes já estava bastante restringida. Ainda em junho e julho os socialrevolucionários de esquerda estavam representados com bastante força numérica nos soviets locais, e nos lugares rurais dominavam inclusive em alguns lugares⁷⁴. Após a sua expulsão desde o outono de 1918, os conselhos locais estiveram sob rigoroso controle comunista. Assim, o soviet de Vjatka decidiu, por exemplo, em setembro de 1918, a proposta da fração bolchevique, que só podiam ser representados nos soviets os partidos dos comunistas (bolcheviques) e os comunistas populares (um grupo insignificante que desapareceu alguns meses depois). “Todos os demais partidos (também os socialrevolucionários de esquerda, os anarquistas e os socialistas-maximalistas) como partidos contrarrevolucionários não tinham o direito de apresentar candidatos. Nas fábricas e em tropas, onde existem células de partidos, estas eram apresentadas em listas, onde não existiam este tipo de células tinham que ser aceitas as listas de candidatos do comitê do partido. As organizações partidárias tinham direito a 10 delegados para enviar um representante oficial com voz e voto”⁷⁵. Os soviets eram continuamente exortados pelos órgãos superiores a cuidar de que não sofressem influência sob a “máscara dos simpatizantes ou inimigos independentes do poder soviético e especialmente dos Kulaken”⁷⁶.

⁷¹ Pjatij vserossijskij s-ezd sovetov, pág. 209.

⁷² Pjatij vserossijskogo centrlnogo isponitel'nogo komiteta. Moscou, 1919, pág. 7.

⁷³ Veja logo abaixo, pág. 295 da edição espanhola.

⁷⁴ Veja soveti v epochu voennogo kommunizma II, pág. 387-409.

⁷⁵ Veja soveti v'v epochu voennogo kommunizma I, pág. 258.

⁷⁶ Idem I, pág. 200.

Além destas intervenções diretas uma série de medidas e controle comunista era mantida sobre os soviets: os termos da votação eram frequentemente informados a curto prazo; deputados, pouco estimados, podiam ser destituídos; os soviets se completavam com representantes nomeados dos sindicatos, do exército vermelho etc.⁷⁷. Desta forma, os bolcheviques conseguiram obter uma maioria esmagadora em quase todos os lugares, nos soviets urbanos e nos congressos municipais. Dos 1.800 deputados do Conselho de operários e de soldados de Petersburgo, no final do ano de 1919 eram 1.500 comunistas, 300 independentes, 3 mencheviques e 10 socialrevolucionários⁷⁸. No soviet de Saratov havia em outubro de 1920, dos 644 delegados, 472 = 72,9% de comunistas, 172 = 26,5% de independentes e 4 = 0,6% de membros de outros partidos⁷⁹. Segundo um relatório oficial, a participação dos comunistas nos congressos de soviets comarcais da República soviética russa na primeira metade do ano de 1918, aumentou para 48,4% frente a 19,5% de outros partidos e de 32,1% de independentes. Na segunda metade de 1918, o número de comunistas aumentou para 72,8% e o de outros partidos caiu para 8,9% e os independentes para 18,3%. Nos congressos municipais os bolcheviques já tinham a maioria absoluta na primeira metade do ano de 1918 com 52,4% de todos os delegados frente a 24,5% de outros partidos (16,8% de socialrevolucionários de esquerda) e 23,1% de independentes. Após os acontecimentos do verão, a proporção de comunistas aumentou para 90,3%, os outros partidos tinham apenas 4% e os independentes 5,7% dos delegados⁸⁰. Nos anos seguintes, a proporção dos delegados soviéticos não bolcheviques aumentou ou diminuiu em alguma porcentagem, de acordo com a tática seguida pelos bolcheviques frente aos partidos socialistas e à classe camponesa⁸¹.

⁷⁷ Veja P. Miljukov “Russlands Zusammenbruch I”. Leipzig-Berlim, 1925, pág. 61; Th. Dan “Gewerkschaften und Politik in Sowjetrußland”. Berlím-Stuttgart, 1923, pág. 24.

⁷⁸ Sovety v epochu voennogo kommunizma I, pág. 116.

⁷⁹ Idem II, pág. 84.

⁸⁰ Sovety, s-ezdy sovetov i ispolkomy. Moscou, 1924, pág. 30-46.

⁸¹ Veja as tabelas no apêndice.

Os partidos excluídos dos soviets mantiveram uma existência mais ou menos legal⁸² até o final da guerra civil. A relação dos bolcheviques com eles se ajustava de acordo com a situação política e militar geral: em tempo de extrema tensão de forças, o comportamento leal e o apoio condicional destes grupos lhes era valioso, assim que diminuía o perigo não precisavam ter nenhuma consideração com eles. Por um lado, os partidos se encontravam em um desacordo interno: devia estar em primeiro plano a defesa da revolucionária República soviética diante dos Brancos e a intervenção estrangeira, ou estava em primeiro plano a luta contra a ditadura bolchevique, com a ajuda, em caso de necessidade, dos grupos não sindicais e do estrangeiro? Com exceção dos socialrevolucionários de direita, prevalecia a primeira tendência nos dois partidos socialistas remanescentes; a comum herança revolucionária e a ideia de defesa nacional eram mais fortes do que a inimizade com o bolchevismo. Por estas razões não se levou mais os grupos de oposição ao governo soviético a uma atuação conjunta, e os consideráveis seguidores em alguns momentos e em alguns lugares dos mencheviques e socialrevolucionários entre os operários e camponeses não podiam fazer-se notar politicamente.

Entre os partidos de oposição, que haviam sido deixados pelos bolcheviques em um estado de indecisão, estavam os socialrevolucionários de esquerda, fortes no solo do poder soviético. Eram seguidores incondicionais do sistema conselhistas em sua forma “pura” e acusavam Lênin e os bolcheviques de corromper os soviets e desacreditá-los aos olhos dos operários. Em uma “carta aberta” redigida na prisão no outono de 1918, Spiridonova escreveu que os bolcheviques, por sua atitude cínica em relação aos soviets e o desacato aos direitos constitucionais, eram “os autênticos rebeldes diante do poder soviético”. “Os conselhos tinham que ser um sensível barômetro ligado ao povo; por isso deve reinar uma indispensável liberdade nas votações, um jogo livre da vontade espontânea do povo; somente assim existirá força criativa, um organismo vivo. Só então o povo sentirá que tudo o que acontece no país é realmente assunto seu e não algo estranho. Por esta razão temos lutado

⁸² Veja em relação à guerra civil em geral: F. Borkenau “Der russische Bürgerkrieg 1918-1921”. Berlim, 1954. Sobre o destino dos partidos, o já citado livro Schapiro.

contra a exclusão dos socialrevolucionários de direita dos soviets”⁸³. Um grupo em torno de Steinberg, uma vez comissário do povo, publicou no ano de 1920 o periódico “Znamja” no qual, entre outras coisas, expressava seus planos para uma “verdadeira democracia soviética”, que para eles era idêntica à “ditadura das classes trabalhadoras”⁸⁴. Os socialrevolucionários de esquerda se manifestaram contra o monopólio do partido bolchevique e da traição aos “princípios socialistas da Revolução de Outubro”⁸⁵. Eles foram, junto com a oposição interna do partido, os Comunistas de Esquerda, os primeiros críticos essenciais do sistema conselhistas bolchevique, e estão situados em uma longa linha evolutiva que chega até Tito e ao outubro polaco de 1956.

A atitude dos socialrevolucionários de direita diante dos soviets existentes não foi homogênea. Antes de reunir-se a Assembleia Constituinte, Cernov defendeu uma atividade harmoniosa entre Assembleia Constituinte e conselhos⁸⁶, após a dissolução da Assembleia Nacional e no curso da crescente dominação dos conselhos pelos bolcheviques tornou sua posição decididamente antissoviética. Em uma carta circular de 24 de outubro de 1918, Cernov percebeu a guerra civil como uma “luta entre a Rússia soviética e a Rússia da Assembleia Constituinte, entre oclocracia e democracia”⁸⁷. Os governos bolcheviques de Samara, Omsk e Archangelsk, que surgiram no verão de 1918 e nos quais participavam com grande influência os socialrevolucionários de direita, ordenaram a dissolução dos soviets existentes em seus territórios e instalaram os antigos órgãos autônomos (Duma da cidade e Zemstva)⁸⁸. Mas uma parte do partido se opôs à luta armada contra o bolchevismo ao lado da reação direitista e admitiu uma proposta de compromisso bolchevique, que permitia a este grupo publicar por um curto período o velho periódico *Dela Naroda* e enviar alguns representantes para os próximos congressos soviéticos. Mas

⁸³ Citado em I. Steinberg “In the Workshop of the Revolution” Nova Iorque, 1953, pág. 248.

⁸⁴ Veja Znamja, nº I, abril, 1920.

⁸⁵ Steinberg, pág. 247.

⁸⁶ Ver anteriormente, pág. 269 da edição espanhola.

⁸⁷ Bynan, pág. 362.

⁸⁸ Veja Idem, pág. 283, 304-307, 331, 355.

a maioria do partido permaneceu firme em sua política de oposição ao regime soviético bolchevique e seguiu na clandestinidade. Parece que os socialrevolucionários de direita não sustentavam uma posição definitiva e sistemática em relação aos conselhos e ao sistema conselhistas, ainda que colocassem o peso fundamental na Assembleia Constituinte⁸⁹.

Os mencheviques se diferenciavam dos socialrevolucionários na medida em que levavam a cabo a luta armada contra a soberania bolchevique. No congresso do partido em maio de 1918, o grupo voltou a se unir em torno de Martov (menchevique internacionalista). O congresso julgou as intervenções aliadas e exigiu a convocação da Assembleia Constituinte assim como votações livres nos soviets⁹⁰. Apesar das restrições a uma oposição legal, em 4 de julho de 1918, os mencheviques foram excluídos dos soviets por decreto do Comitê Executivo Central de toda Rússia. Mas a intensificação das contradições pela guerra civil provocou um movimento da esquerda dos mencheviques, que foi impresso nas teses de seu Comitê Central em outubro de 1918, e levou à criação do decreto de exclusão em 30 de novembro. Nas teses de outubro era retirada a exigência de convocar ou chamar a novas votações para a Assembleia Constituinte, já que “no momento atual o tema da Assembleia Constituinte poderia ser utilizado como bandeira e máscara da contrarrevolução”. Admitia como ponto de partida de sua política “a forma de estado soviético como um fato existente e não como princípio”⁹¹. Apesar da readmissão nos conselhos o partido ainda era tolerado mas expostos a contínuas intervenções tirânicas dos bolcheviques⁹². Mas se manteve firme em sua orientação de oposição legal e tentou ligar a frente única com os bolcheviques para fora com a crítica para dentro. Em julho de 1919, os mencheviques publicaram um Manifesto intitulado *Que Fazer*, que devia servir de base para a união de todas as forças revolucionárias contra o movimento branco. Em primeiro lugar, pediam o sufrágio universal e eleições livres e secretas em todos os soviets das cidades e populações livres para realizarem campanhas prévias,

⁸⁹ Veja Schapiro, pág. 162-169.

⁹⁰ Veja Bunyan, pág. 187.

⁹¹ Varding, pág. 41.

⁹² Veja F. Dan, “Ova goda skitaniij (1919-1921)”. Berlim, 1922.

eleições periódicas nos soviets e comitês executivos, assim como o levantamento de todas as medidas discriminatórias contra delegados isolados ou grupos inteiros. Além disso, o Comitê Executivo Central de toda a Rússia devia voltar a funcionar como órgão supremo da República Soviética com seus antigos direitos, consultando e decidindo por si todas as leis. O restabelecimento da liberdade de imprensa, reunião e associação assim como a revisão da pena de morte e a dissolução da Ceka eram outras exigências contidas no manifesto⁹³. Os próprios bolcheviques tiveram que reconhecer que, quase todas as petições mencheviques correspondiam aos artigos da Constituição de 1918; ao mesmo tempo explicavam, que “não podia existir uma democracia desenvolvida em uma fortaleza sitiada”, e que os mencheviques com suas exigências “sabotavam a Revolução”⁹⁴.

O papel dos mencheviques como oposição legal no sistema soviético bolchevique (embora limitada por medida registrada) se expressou em sua participação e representação nos soviets. No VII Congresso de Soviets de toda a Rússia, realizado em dezembro de 1919, e no VIII Congresso soviético do ano seguinte, Martov e Dan participaram com voz consultiva, juntamente com alguns socialrevolucionários (entre eles Steinberg), anarquistas e maximalistas⁹⁵. Sua participação não foi capaz de mudar muito a “atmosfera inanimada” e o “caráter paralisado” do Congresso⁹⁶; de qualquer forma foram as últimas palavras livres pronunciadas na mais alta assembleia soviética. Em vários conselhos operários das cidades, os mencheviques conseguiram a vitória em uma proporção relativamente grande de deputados: na década de 1920 ganharam nas votações de Moscou 46 assentos (um para Martov), em Charkov conseguiram 205, em Ekaterinoslav 120, em Kremencug 78, em Tula 50 e em uma série de outras cidades mais de 30⁹⁷. Não se pode duvidar que com votações livres nos conselhos de deputados operários, os

⁹³ Vardin, pág. 46.

⁹⁴ Idem, pág. 47.

⁹⁵ Veja a narrativa de Dan, pág. 85-100.

⁹⁶ Idem, pág. 89.

⁹⁷ Martov-Dan “Geschichte der russischen Sozialdemokratie”, pág. 318. Os números em alguns casos surpreendentemente elevados não puderam ser comparados com dados de outras fontes.

mencheviques ganharam mais assentos que os bolcheviques no final da guerra civil; além disso, os próprios líderes bolcheviques reconheceram que a maioria da classe operária russa era anticomunista⁹⁸.

Junto com os partidos socialrevolucionários e os mencheviques, os demais pequenos grupos socialistas de esquerda desempenharam um papel pouco importante⁹⁹. Todos eles – socialrevolucionários-maximalistas, os comunistas revolucionários e os comunistas populares – eram sem exceção seguidores do sistema conselhistas e declaravam-se partidários do caráter de classe do novo estado soviético. Queriam “empurrar os bolcheviques para a esquerda, para o caminho da realização imediata do socialismo e da República operária”¹⁰⁰. Estavam a favor da administração direta das fábricas pelos trabalhadores “sob o controle dos soviets centrais e locais”¹⁰¹, comunas agrícolas e a reunião das associações produtivas da cidade com as do campo, das industriais com as agrárias em uma federação econômico-política¹⁰². Embora os três pequenos grupos não tenham sido reprimidos pelos bolcheviques – a maioria de seus membros passaram depois para o partido comunista – prevaleceu uma oposição aberta entre o bolchevismo e o anarquismo. A abordagem ideológica de Lênin ao programa do anarquismo em *O Estado e a Revolução* e a campanha bolchevique em 1917, que utilizou parte de *slogans* anarquistas, só podiam ocultar temporariamente a forte indisposição. Nos anos de 1918-20, os vários grupos anarquistas estavam submetidos, pois nunca se uniram em uma organização geral, as contínuas perseguições, que eram interrompidas por concessões temporárias¹⁰³. Ligados à hostilidade de Bakunin contra todo poder organizado, os anarquistas atacavam a “ditadura do proletariado” bolchevique em nome da liberdade, a qual viram ameaçada pelo centralismo, mando e terror.

⁹⁸ Veja Schapiro, pág. 201.

⁹⁹ Veja Idem, pág. 179-182.

¹⁰⁰ O trabalho alienado (panfleto dos maximalistas). Moscou, 1918, pág. 15.

¹⁰¹ Idem, pág. 11.

¹⁰² Veja Sbornik dokladov i rezoljucii pervogo vserossijskogo s-ezda Partii revoljucionogo kommumzmo (24-29 del 9.1918).

¹⁰³ Veja Schapiro, pág. 182-189. Do lado bolchevique: Ja. Jakovlev “Russkij anachirsm v velikoj russkoj revoljucii”. Charkov, 1921.

Precisamente porque consideravam os soviets a etapa anterior à comuna anarquista, criticavam em primeiro lugar os defeitos dos soviets existentes e quase sempre se recusavam a trabalhar com eles. Os anarquistas ucranianos, que foram muito importantes no movimento partidário de Nestor Makhno¹⁰⁴, expuseram o *slogan* “soviets livres sem poder governamental” (*volnye ibezvtastnye*), que se opôs aos “comandados e unilaterais conselhos bolcheviques”¹⁰⁵. O ativo grupo de anarcosindicalistas em Petersburgo e Moscou qualificava o poder soviético como “máquina de exploração e sujeição do grande número de trabalhadores por uma pequena camarilha”¹⁰⁶. Muitas coisas dos *slogans* e exigências anarquistas apareceriam mais tarde no levante de Kronstadt¹⁰⁷.

Sem levar em conta a expulsão dos partidos bolcheviques dos soviets, que significou o fim de uma verdadeira democracia, nos anos da guerra civil os conselhos perderam de todas as formas o seu caráter de ampla organização de massas. Mesmo antes da tomada do poder bolchevique, em outubro de 1917, o verdadeiro poder de decisão política havia sido depositado no Comitê Executivo, enquanto o plenário do soviets recebia apenas a aprovação ou desaprovação de resoluções preparadas e a decisão sobre questões fundamentais. Com o passar do tempo esta concentração continuou: junto ao Comitê Executivo e, em parte, diretamente em seu lugar, apareceu a presidência formada por apenas algumas pessoas, que dirigiam todos os assuntos existentes. Além disso, os soviets de diferentes categorias foram unidos, bem como os comitês executivos dos soviets urbanos nas cidades, do município e da região (com exceção de Moscou e Petersburgo) com os respectivos comitês executivos territoriais e regionais. Nas grandes cidades desapareceram os soviets de bairro¹⁰⁸. Nas áreas próximas e conquistadas pelo exército vermelho, no lugar dos órgãos soviéticos previstos pela constituição, deu-se lugar a comitês revolucionários

¹⁰⁴ Sobre o movimento Makhno, veja Chamberlin II, pág. 232-239.

¹⁰⁵ Atas de uma Conferência Política de delegados dos Makhno-sublevados, 12.2.1919, em *russkaja misl*, Sofia, 1921, pág. 226; Jakovlev, pág. 24.

¹⁰⁶ *Idem*, pág. 65.

¹⁰⁷ Ver mais abaixo, pág. 315 da edição espanhola.

¹⁰⁸ Veja *sovieti v epochu voennogo kommunizma I*, pág. 101.

especiais com poder ilimitado¹⁰⁹. Muitas vezes eram totalmente ou em grande parte idênticos aos comitês do partido bolchevique.

No VII Congresso dos Soviets de toda a Rússia (em dezembro de 1919), Kamenev descreveu o seguinte quadro sombrio sobre a existência dos soviets sob as condições da guerra civil: “Sabemos que, por causa da guerra, os melhores trabalhadores das cidades foram retirados em massa, e por isso às vezes surge uma situação complicada e nesta ou naquela região ou distrito forma um soviets e criam as bases para o trabalho regular... as assembleias plenárias dos soviets como órgãos políticos muitas vezes enfraquecem, uma vez que as pessoas se ocupam com trabalhos puramente técnicos... as assembleias soviéticas gerais raramente ocorrem, e quando os deputados são reunidos é apenas para receber um informe, ouvir um discurso, etc.”¹¹⁰. Em fevereiro de 1921, a Presidência do Comitê Executivo Central de toda a Rússia explicou em um escrito, que o fim das operações militares exigia agora “a formação de uma ampla massa de trabalhadores para o trabalho de construção com base na constituição”, e por isso os soviets seriam novamente votados no prazo fixado, que teriam que reunir-se regularmente e deliberar sobre todos os problemas importantes¹¹¹.

Junto à transferência de funções políticas e administrativas das amplas ou pequenas assembleias, houve uma crescente centralização do poder nas instituições centrais do estado à custa dos conselhos locais. Os novos negociadores centrais, especialmente na esfera econômica, criaram seus próprios órgãos subordinados, que se depararam com os direitos dos soviets locais¹¹². As tensões e conflitos que surgiram em consequência disto não poderiam ser eliminados nem com a limitação legal da área de competência nem com o princípio da dupla subordinação (sob o Comitê Executivo dos soviets e sob o correspondente órgão central especializado)¹¹³. O

¹⁰⁹ Veja Vladimirkij “Organizacija sovetskoj vlasti na mestach”, pág. 60063.

¹¹⁰ Veja sovety epochu voennogo kolmunizma I, pág. 31.

¹¹¹ Idem II, pág. 44.

¹¹² Veja Idem I, pág. 32.

¹¹³ Veja Carr. Vol. I, pág. 217.

exército vermelho e o Ceka, o poderoso instrumento do terror, estavam de todas as formas fora de qualquer controle pelos soviets.

Uma posição importante foi tomada antes e agora pelos soviets rurais. A organização conselhistas nas aldeias estava pouco desenvolvida quando os bolcheviques tomaram o poder¹¹⁴. Apesar de inúmeras ordens, determinações constitucionais e da campanha do partido, a organização soviética nos níveis inferiores foi sendo imposta lentamente. Nas instruções sobre a formação dos conselhos de aldeia eram associadas conscientemente com as antigas instituições dos “schod”, assembleias camponesas, para ajudar os camponeses a entender a nova forma soviética¹¹⁵. Os soviets de aldeia tampouco se diferenciavam dos anteriores “schody”, com a diferença de que não se admitia os camponeses ricos. As reclamações sobre a decadência da organização conselhistas nas cidades era completada com informes sobre a triste situação no campo, como, por exemplo, o seguinte informe de um membro do soviet regional de Jurevez: “Devo dizer com pesar, que em certos lugares de fato nem sequer existem soviets de aldeia, só existem no papel. E onde existem quase não há vida, não se fazem assembleias, não se chega a nenhum acordo ou decisão”¹¹⁶. Em geral reinava um caos administrativo no campo, as diferentes autoridades trabalhavam sem método, todos davam ordens, os Comitês Executivos Volost eram invadidos com papéis, etc. No Congresso dos presidentes dos Comitês Executivos regionais da região de Ivanovo-Voznesensk, em maio de 1919, houve um forte protesto de que faltavam colaboradores apropriados nos conselhos locais, os camponeses eram parcialmente hostis e os comissários se comportavam de forma grosseira¹¹⁷. O comitê revolucionário da região de Vjatka contou claramente como era a situação: “O destino dos povos é que nenhuma das autoridades tenta convencer-se da realização de suas ordens. Por isso o povo começou a levar uma vida totalmente independente... Em geral não se sabia nada no

¹¹⁴ Ver anteriormente, pág. 150.

¹¹⁵ Veja soveti v epochu voennogo kimmunizma I, pág. 198.

¹¹⁶ Idem I, pág. 189.

¹¹⁷ Idem, pág. 207-212.

campo do sistema conselhistas, das atividades do poder soviético e seus objetivos...”¹¹⁸.

A política agrária bolchevique colaborou para que o pensamento conselhista não fosse familiar entre os camponeses. Após a primeira fase da revolução agrária espontânea, liderada politicamente pelos socialrevolucionários de esquerda, os bolcheviques começaram a levar a Revolução “socialista” para o campo. Por um decreto de 11 de junho de 1918 foram criados “comitês especiais da pobreza aldeã”, cuja obrigação era requisitar dos setores armados dos operários industriais trigo dos camponeses ricos, exigir gado e ferramentas e reparti-las entre os camponeses pobres e até mesmo distribuir novamente o solo¹¹⁹. Os comitês de pobres, que eram denominados pelos bolcheviques de “órgãos da ditadura do proletariado”, desbancaram os soviets camponeses e ergueram seu próprio regime despótico. Muitas vezes não se contentavam somente com a expulsão dos Kulaks e de todos os demais elementos antibolcheviques do soviet, mas também dissolveram rapidamente os “soviets inimigos dos soviéticos”. Depois de alguns meses os próprios bolcheviques falavam de uma “dualidade de poder” nas vilas. Para superar esta situação, o Comitê Executivo Central de toda a Rússia ordenou novas eleições nas vilas e Volost em 2 de dezembro de 1918, nas quais os comitês de pobres deviam dirigir e fiscalizar as novas votações. Eles tinham o direito de excluir qualquer pessoa ingrata ou depois expulsá-los dos soviets. Desta forma, deviam ser eleitos os soviets “revolucionários”, nos quais somente estavam representados os camponeses pobres e as partes leais do camponês médio¹²⁰. Depois de dissolver os comitês dos pobres e a nova tática bolchevique, que procuravam conquistar o campesinato médio, os soviets também foram rejeitados pela maioria dos camponeses russos. A forma soviética, que precisamente por sua simplicidade e espontaneidade podia se unir com as antigas instituições da “democracia” camponesa, foi comprometida contra o campesinato por sua relação com a luta bolchevique. Durante anos o

¹¹⁸ Idem, pág. 313.

¹¹⁹ Texto original do decreto em Bunyan, pág. 472. Veja N. Murachver komiteti vednoti i razvertivanie sozialisticeskoj revoljucii v derezne (1918) Proletarskaja revoljucija, 1940, III, pág. 68-99.

¹²⁰ Sovety v epochu voennogo komunizma I, pág. 82.

campesinato perseverou em sua adversidade pelos soviets, os quais com razão viam como instrumento do partido comunista.

Os soviets no sistema da ditadura do proletariado

Os bolcheviques denominaram o estado erguido por eles após a Revolução de Outubro como “ditadura do proletariado” e os soviets como órgãos desta ditadura. As bases teóricas para isso haviam sido expostas por Lênin em seus escritos de 1917, sobretudo em *O Estado e a Revolução*¹²¹. Nos anos seguintes, foi desenvolvida por Lênin, Trotsky, Bukharin, Zinoviev, Stalin e por outros toda uma teoria do sistema conselhistas e do estado soviético, que foi assumida e ampliada pela propaganda estatal nos anos 20 e – com coerção stalinista – nos anos 30¹²². Ainda que a teoria conselhistas bolchevique estivesse muito longe da realidade com sua abstração idealista, mostrava suficientemente as tarefas e funções dos conselhos no sistema da ditadura do proletariado, assim como viram os próprios bolcheviques. Desta compreensão por si mesmo do sistema conselhistas pôde proceder também a sua crítica. Como problemas fundamentais, resultam disso a relação entre soviets e partido comunista e a questão da democracia soviética. Em ambos os casos não se trata de problemas que surgiram pela primeira vez após a tomada de poder bolchevique em Outubro de 1917, mas sim da continuação de velhas teses e formas de ação, como foram expostos e realizados por Lênin desde o início de sua carreira política, logo no ano de 1905 e, sobretudo, no decorrer da Revolução de 1917. Portanto, dada a exposição anterior da relação entre bolchevismo e conselhos em 1905 e 1917, basta limitar-nos aqui aos problemas mais importantes.

Lênin, na primavera de 1918, caracterizava o poder soviético como a “forma russa da ditadura do proletariado”¹²³ da seguinte forma: “O poder soviético não é outra coisa senão a forma de organização da ditadura do proletariado das classes progressistas, que leva milhões e milhões de trabalhadores e explorados para o novo

¹²¹ Ver anteriormente, pág. 197 da edição espanhola.

¹²² Veja A.I. Denisov “Istorija sovetskogo gosusarstba i prava”. Moscou, 1949.

¹²³ Lênin *Ausgewahlte wérke* II, pág. 437.

democratismo, para a participação autônoma na administração do estado, que baseada em sua própria experiência aprenderão a ver na vanguarda do proletariado, disciplinado e consciente de sua classe, sua fiel direção”¹²⁴. Em sua polêmica com Kautsky, Lênin escreveu alguns meses depois: “Os soviets são as imediatas organizações das próprias massas trabalhadoras e exploradas, que lhes facilitam a instituição do estado e a direção dentro de suas possibilidades. Precisamente o avanço dos trabalhadores e explorados, o proletariado urbano, tem aqui uma vantagem, uma vez que é mais fácil se associar por meio das grandes fábricas; é mais fácil para ele votar e controlar as eleições. A organização soviética facilita automaticamente a união de todos os trabalhadores e explorados em torno de sua vanguarda, em torno do proletariado”¹²⁵.

Lênin diferenciava claramente três esferas ou níveis, que constituem a consistência do poder soviético:

1. A massa dos trabalhadores e explorados, que devem ser “colocados de pé”, “atraídos”, “unidos”.
2. A vanguarda dos trabalhadores, o proletariado urbano.
3. O avanço do proletariado e a liderança das massas trabalhadoras, o partido comunista¹²⁶.

Estas são velhas concepções de Lênin desde antes da primeira Revolução Russa, que ele escreveu em *O Que Fazer?*, e expressou o seguinte em 1904: “Na verdade não se pode confundir o partido, como vanguarda da classe operária, com toda a classe operária... Nós somos o partido da classe e, portanto, toda a classe tem que agir sob a liderança de nosso partido (e em tempos de guerra, na guerra civil, a classe em sua totalidade)”¹²⁷.

Os soviets de deputados operários, camponeses e soldados têm, portanto, no período de transição do capitalismo ao comunismo (ditadura do proletariado) a obrigação de organizar as massas trabalhadoras (incluindo o proletariado), que por

¹²⁴ Idem, pág. 381.

¹²⁵ Idem, pág. 428.

¹²⁶ Veja P. Levi Introdução a Rosa Luxemburgo, “Die russischen Revolution”. Berlim, 1922, pág. 24.

¹²⁷ Lênin Ausgewählte Werke I, pág. 356.

si só ainda não está à altura da “consciência socialista”, sob a direção comunista e reuni-las em torno do partido. Os soviets não devem ser um meio de expressão à “flutuante” vontade política das massas, mas um meio de estabelecer a relação entre elas e sua “vanguarda”, o partido comunista. Além da concepção de Lênin, Stalin desenvolveu em 1929 sua “teoria da transmissão”, que definia a relação entre soviets e partido da seguinte forma: “O partido faz na realidade a ditadura do proletariado. Mas não a realiza diretamente, senão com a ajuda dos sindicatos, através dos soviets e suas ramificações. Sem estas “transmissões” qualquer ditadura possível seria impossível”¹²⁸. É reconhecido abertamente por outros dirigentes bolcheviques que a ditadura de um partido governava na Rússia soviética, que se servia dos soviets (junto com outras organizações) como alavanca de “transmissões”. Por exemplo, Trotsky explicou inexplicavelmente quando ainda estava no topo do poder: “nas mãos do partido se concentra a direção geral. Não governa diretamente, porque seu aparato não está estabelecido para isso. Mas a ele corresponde a palavra final em todos os problemas fundamentais. Além do mais, nossa práxis nos tem levado à questão da greve... a última palavra corresponde ao Comitê Central do partido... Fomos acusados de muitas coisas, de ter simulado a ditadura do proletariado, e na realidade de ter exercido a ditadura do nosso partido. Porém, pode-se dizer com toda a razão, que a ditadura dos soviets só foi possível através da ditadura do partido: graças à clareza de seus conhecimentos teóricos e sua forte organização revolucionária, o partido assegurou aos soviets a possibilidade de transformarem-se de alguns parlamentos de operários sem forma em um aparato de soberania operária”¹²⁹. Trotsky afirmou que os “parlamentos operários sem forma” eram livres organizações democráticas operárias e verdadeiros órgãos de administração autônoma, enquanto que os “aparatos da soberania operária” na realidade eram instrumentos da soberania do partido bolchevique. Zinoviev reconhecia abertamente, “que o poder soviético na Rússia não teria se mantido de pé durante três anos, nem sequer três semanas, sem a ditadura de ferro do partido comunista. Todo operário com consciência de classe

¹²⁸ J. Stalin “Probleme des Leninismus”. Viena-Berlim, 1926, pág. 26.

¹²⁹ L. Trotski “Terrorismus und Kommunismus”, em die Grundfragen der Revolution. Hamburgo, 1923, pág. 121-123.

deve entender que a ditadura da classe operária não pode materializar-se de outra maneira do que pela ditadura de sua vanguarda, isto é, pelo partido comunista... Todos os problemas da organização econômica e militar, a formação do povo, a política de provisionamento, etc., todas as questões, das quais depende totalmente a sorte da Revolução proletária, são decididas na Rússia antes de todas as outras coisas e quase sempre no âmbito da organização do partido... O controle do partido pelos órgãos soviéticos, pelos sindicatos, é a única garantia solidária de que não defendem interesses pessoais ou de grupos, senão os interesses de todo o proletariado”¹³⁰.

Para os bolcheviques, os conselhos operários de soldados do ano de 1917 foram o trampolim para a conquista do poder, que estavam determinados a manter sem consideração a uma possível mudança de tendências políticas da massa. Eles impediram uma maioria não bolchevique nos soviets mediante a proibição de outros partidos socialistas. A partir disso o partido bolchevique pôde governar só desde o verão de 1918 e sem os soviets. Na véspera da Revolução de Outubro Lênin havia escrito que os 240 mil membros do partido bolchevique estavam em posição de governar a Rússia como antes o havia feito 120 grandes proprietários¹³¹. Mas Lênin não eliminou os soviets, mesmo que fossem “desde o princípio organismos estranhos aos princípios do partido bolchevique”¹³². Era muito forte o vínculo da ideia dos soviets com o bolchevismo por meio da propaganda bolchevique sob o slogan de “todo o poder aos soviets”, era muito grande, ao mesmo tempo, a necessidade dos possuidores do poder de legitimar sua soberania democraticamente por meio dos soviets. Mas, ao mesmo tempo, com o triunfo do bolchevismo, a ideia conselhistas foi fundamentalmente alterada: de órgão da autonomia proletária e portadores de uma democracia radical, os conselhos russos se converteram em órgãos de direção de massas pela elite do partido. O partido como “força diretiva” e os soviets como “transições” são algo muito distinto da ideia de autonomia das massas com a superação da contradição entre “acima” e “abaixo”, como foi descrito na teoria de

¹³⁰ G. Sinowjew “Der Zentralismus, Kommunistische Rundschau” (1920), nº 1, pág. 26-28.

¹³¹ Lênin Samtliche Werke XXI, pág. 336.

¹³² Rosenberg, pág. 123.

Lênin de 1917, divulgado e propagado, mas nunca foi posto em prática pelo estado soviético.

No sistema conselhisto bolchevique, os soviets não estão, segundo palavra de Trotsky, para “refletir a maioria estática”, mas para formar-lhe com dinamismo”¹³³. Esta “formação dinâmica da maioria” é tarefa do partido comunista. Na resolução fundamental da VIII Assembleia do Partido, disse: “Ao partido comunista se impõe a tarefa de conquistar a influência decisiva e a direção total em todas as organizações dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comunas rurais etc. O partido comunista se esforça, acima de tudo, em realizar seu programa e a direção ilimitada nas atuais organizações estatais, nos soviets... Com um trabalho diário, prático e cheio de sacrifícios nos soviets e com a ocupação de todos os postos dos soviets pelos membros mais fiéis e melhores, o partido comunista russo deve conquistar toda a soberania política nos soviets e o controle prático sobre todo o seu trabalho”¹³⁴. Através do sistema de “centralismo democrático” as frações do partido comunista nos soviets estavam ligados às instruções das instâncias superiores do partido. Ainda que durante anos predominaram os independentes no nível inferior da pirâmide soviética, os comunistas dispunham da maioria nos Comitês Executivos¹³⁵. No cume havia uma intensa união pessoal entre os soviets e os órgãos do partido. Na práxis do estado soviético, havia continuamente dificuldades para separar as tarefas e atividades dos órgãos estatais e as do partido; o maior controle político, mas também o direito às intervenções imediatas do partido na atividade dos órgãos soviéticos permaneceu inalterado¹³⁶.

Uma das teses fundamentais da teoria conselhisto de Lênin era que os soviets como organizações democráticas das massas trabalhadoras estavam muito acima das correspondentes instituições da democracia parlamentar-burguesa”¹³⁷. Esta

¹³³ Trotsky, pág. 49.

¹³⁴ VKP (b) v rezoljucijach i resenijach s-ezdov, konferencii i plenumov CK 1. Moscou, 1931, pág. 356.

¹³⁵ Veja W. R. Batsell “Soviet Rule in Russia”. Nova Iorque, 1929, pág. 675, e as tabelas no apêndice.

¹³⁶ Veja R. Maurach “Handbuch der Sowjetverfassung”. Munique, 1955, pág. 29-31.

¹³⁷ Lênin Ausgewahlte Werke II, pág. 429.

“tremenda” superioridade da democracia soviética acabou, segundo o ponto de vista bolchevique, “por que os conselhos dirigentes estavam em contínua relação com as organizações de massas dos operários e camponeses e, deste modo, as mais amplas massas populares podiam participar durante todo o tempo na administração do estado operário e camponês”¹³⁸. Os métodos da democracia primitiva – um sinal dos conselhos revolucionários surgidos espontaneamente – deviam, segundo a teoria bolchevique, superar a contradição entre o povo e os governantes. “O sistema conselhistas tenta combater em todos os lugares ligando a atividade das pessoas com os assuntos gerais do estado, a economia, a cultura, etc., porque a administração de todas estas questões foram privilégio de uma camada burocrática, fechada, isolada da vida do conjunto da sociedade”¹³⁹. Lênin falava incansavelmente da necessidade de despertar a iniciativa das massas, de atrair os operários e os camponeses para a administração “espontânea”. O partido repetiu isso em centenas de resoluções.

A tentativa de converter os soviets em órgãos de um governo democrático fracassou pouco tempo depois da Revolução bolchevique. Os bolcheviques foram obrigados a readmitir imediatamente as mesmas pessoas que haviam considerado como inimigos da classe, para o estabelecimento das instituições depois da “destruição” do velho aparato estatal. Nos soviets, com seus inúmeros departamentos, os antigos funcionários administrativos eram indispensáveis e o aparato burocrático nas numerosas novas instituições centrais se expandiu enormemente. Na mesma relação, e não por falta de uma verdadeira oposição política, foi perdendo cada vez mais a possibilidade de controlar a nova burocracia, e a distância entre “povo” e “burocratas”, que deveria ser superada pelo sistema conselhistas, estava de novo presente. As reclamações por diferentes “abusos burocráticos”, a falta de contato entre os órgãos soviéticos e seus eleitores e a promoção do proletariado em novos burocratas da administração foram desde o ano

¹³⁸ N. Bukharin, “Das programm der Kommunisten (B)”. Berlim, 1919, pág. 34.

¹³⁹ G. Lukacs “Lênin”. Viena, 1924, pág. 59.

de 1918 cada vez mais percebidas¹⁴⁰; acompanham a história do estado soviético até os dias atuais.

Inclusive o próprio Lênin teve que reconhecer publicamente, nos últimos anos de sua vida, que havia fracassado na tentativa de suprimir a burocracia no primeiro levante revolucionário. Escreveu em 1922: “Nós praticamente herdamos o nosso aparato do antigo regime, uma vez que era completamente impossível para nós reorganizá-lo em tão pouco tempo, especialmente em um momento de guerra, de fome, etc.¹⁴¹. Por meio do aumento do número de membros da comissão central de controle (no nível do partido) bem como das inspeções de operários e camponeses (no nível do estado)¹⁴² os defeitos deviam ser eliminados, que segundo palavras de Lênin, aconteceu que “o mesmo aparato russo”, que havíamos tomado do czarismo, só havia sido ungido com o sagrado óleo soviético”¹⁴³. Lênin via a razão desta contínua existência da burocracia, em primeiro lugar, no baixo nível cultural da Rússia, que determinava “que os soviets, devendo ser segundo seu programa órgão do governo “pelos” trabalhadores, na realidade são órgãos do governo “para” os trabalhadores, um governo através de uma camada progressista do proletariado, mas não das próprias massas trabalhadoras”¹⁴⁴. Por isso, era necessário um longo esforço de treinamento para capacitar o atrasado povo russo, para que pudessem realizar os assuntos de governo e administração por conta própria. Stalin mais tarde qualificou os soviets como “faculdades da arte de governar para dez e cem mil operários e camponeses”¹⁴⁵.

Um rigoroso observador ocidental escreveu já no ano de 1919: “Quiçá sejam os conselhos, em última instância, apenas um incremento da burocracia... e um ponto

¹⁴⁰ Veja as resoluções e relatórios de diferentes órgãos soviéticos em *Sovety v epochu voennogo kommunisma I*, pág. 314, 11, pág. 68-70, 97-99.

¹⁴¹ Notas de Lênin de 26.12.1922, publicadas pela primeira vez por US State Department em 30-6.1956. *Ost-probleme 1956*, nº 28, pág. 965.

¹⁴² Veja Carr, vol. I, pág. 226-228.

¹⁴³ Notas de Lênin de 30-12-1922: “Uber die nationale Frage oder die “Autonomie””. *Ost. Probleme*, 1956, nº. 28, p. 968.

¹⁴⁴ Lênin *Ausgewahlte Werke II*, pág. 523.

¹⁴⁵ Citado segundo Towster, pág. 183.

de transição no caminho que conduz a um complemento e renovação da burocracia através dos operários”¹⁴⁶. O desenvolvimento posterior da Rússia soviética lhe deu razão. Os soviets, que com a ajuda do controle contínuo das votações, do direito de revogação dos deputados e da união do poder legislativo e executivo, deviam evitar uma burocratização, se converteram eles próprios em instituições burocráticas sem controle eficiente por baixo. Por que para isso seria necessário o livre jogo de forças políticas que os bolcheviques impediram com a construção do monopólio do partido. A idealização de Lênin da “democracia soviética e sua utopia de um estado sem funcionários e sem polícia estavam desde o princípio em uma contradição quase insolúvel com o ensinamento da imprescindível direção do partido e a práxis estatal. Os bolcheviques se encontravam diante de um verdadeiro dilema: “se queriam, segundo seu programa, atrair mais às massas para a administração e o governo, e afrouxaram por este motivo o rígido controle político sobre os soviets, então havia o perigo de que as forças de oposição ganhassem uma influência importante nos soviets. Mas, pelo contrário, a ditadura comunista fez com que a população participasse muito pouco nas eleições soviéticas, sobretudo o campesinato, já que nenhuma mudança ou melhoria era esperada por este caminho. Por um lado os bolcheviques estavam empenhados em elevar o interesse das massas por meio de “campanhas de vivificação” em “seus” órgãos; por outro lado não estavam dispostos a elevar sua soberania única e reestabelecer uma autêntica democracia soviética. Assim, os conselhos russos tornaram devedores da comprovação histórica como novas formas de uma democrática constituição representativa de sua capacidade de existência e possibilidade de direção. Os supostos governantes na Rússia desde 1918, os “soviets”, são apenas braços alongados da burocracia partidária, “estadistas silenciados”¹⁴⁷, sem poder real. É inimaginável uma dissolução do dominante partido comunista por um acordo democrático dos conselhos.

As causas deste desenvolvimento dos soviets em simples instituições decorativas não foram reveladas com tamanha clareza do que pelo próprio dirigente do partido bolchevique. Alexandra Kollontai escreveu durante a divisão interna do

¹⁴⁶ A. Paquet “Der Geist der russischen Revolution”. Leipzig, 1919, pág. 15,50.

¹⁴⁷ Eljaschoff, pág. 69.

partido em 1920: “Temos a espontaneidade das massas. Temos medo de dar às massas espaço livre para seu gênio criador. Nós temos a crítica. Já não temos confiança nas massas. Aqui... está a causa de nossa burocratização. A iniciativa é reduzida, o desejo de atuar, morre. Se é assim, os mesmos funcionários devem cuidar por nós. Desta forma, surge uma separação muito prejudicial: nós, isto é, os trabalhadores, e eles, quer dizer, os funcionários soviéticos, de quem depende tudo. Aqui está a raiz do mal”¹⁴⁸. E ninguém previu melhor a futura degeneração dos soviets, apenas alguns meses depois de seu estabelecimento no poder formal do estado, do que Rosa Luxemburgo, que manteve seu senso crítico no momento de todas as admirações e apreciações da Revolução bolchevique. Ela ditou com a seguinte frase a sentença do sistema conselhistas bolchevique: “Lênin e Trotsky colocaram, no lugar das corporações representativas surgidas do sufrágio universal do povo, os soviets como única representação real das classes trabalhadoras. Porém, com a repressão da vida política em todo o país, a vida nos soviets decaiu cada vez mais. Sem votações gerais, liberdade, e com o controle de imprensa e reunião, torna-se uma aparência onde a burocracia continua a ser o único elemento ativo. A vida pública adormece progressivamente, uma dúzia de dirigentes de partido de energia inesgotável e um idealismo sem fronteiras dirigem e governam; sob eles dirigem na realidade uma dúzia de cérebros privilegiados e uma elite de operários é convocada de tempos em tempos para as assembleias, para aplaudir com assentimento os discursos dos dirigentes, aprovar por unanimidade resoluções que lhe são dadas, no fundo, portanto um nepotismo – indubitavelmente uma ditadura, mas não a ditadura do proletariado, senão a ditadura de um punhado de políticos, isto é, ditadura no sentido burguês, no sentido da soberania jacobina”¹⁴⁹.

¹⁴⁸ A. Kollontai “die Arbeiteropposition in Russland 1921”, pág. 44.

¹⁴⁹ R. Luxemburgo “Die Russischen Revolution”, Hamelm, 1957, pág. 78. (Reedição do escrito de 1918, publicado por Paul Levi em 1922).

AS REVOLUÇÕES RUSSA E ALEMÃ: A QUESTÃO DO ESTADO, DOS PARTIDOS, DOS SINDICATOS E DOS CONSELHOS OPERÁRIOS¹

Lucas Maia²

Introdução

Uma análise da revolução russa é algo bastante complexo. Tal complexidade se deve à quantidade de obras existentes sobre o tema, sobre a diversidade de interpretações, por vezes contraditórias entre si. Tais divergências não surgem meramente a partir da aplicação de métodos de pesquisa diferentes, tal como pode acreditar um iniciante no estudo da metodologia científica. Em que pese isto possa ter algum significado, o elemento fundamental nas divergências interpretativas deve-se à posição de classe expressa na obra do analista em questão. Esquemáticamente, poderíamos dizer que pelo menos três perspectivas são perceptíveis: a) o ponto de vista burguês (as várias interpretações dos autores liberais sobre a revolução russa e a situação soviética o demonstram); b) o ponto de vista burocrático (as teses bolcheviques e socialdemocrata sobre a revolução russa o atestam; c) o ponto de vista proletário (as tendências marginalizadas na interpretação da revolução russa: o luxemburguismo, comunismo de conselhos, situacionismo, anarquismo etc.).

Obviamente que não entrarei nestas questões. Não é o propósito aqui estabelecido. Trouxe o problema para demonstrar a complexidade que o tema envolve. De outra parte, se a revolução russa é uma experiência amplamente documentada, interpretada de diferentes maneiras, existindo uma volumosa produção em língua portuguesa a seu respeito, no que toca à questão da revolução alemã, a situação é um pouco diferente. Embora tenha sido uma das experiências revolucionárias mais significativas do século 20, a quantidade de obras a seu respeito, em língua portuguesa, não é assim tão expressiva. Se a dificuldade de interpretar a revolução russa deriva em certa medida da quantidade de material, no que se refere à Alemanha, a situação é contrária. Existem vários textos importantes. Entretanto,

¹ Este texto foi escrito como base para uma conferência proferida no evento organizado pelo NEPSES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Educação e Sociedade, do Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, intitulado “Heranças da Revolução Russa: 100 anos depois”.

² Militante Autogestionário. Professor do IFG/Campus Aparecida de Goiânia.

ainda resta uma montanha de material em alemão, húngaro etc. que não foi traduzido. Eis aí um trabalho importante a ser feito pelas editoras, militantes, intelectuais engajados etc. nos dias de hoje.

Apesar das dificuldades apresentadas, o que existe é suficiente para se fazer uma leitura, mesmo que introdutória dos dois processos revolucionários. O que nos interessa aqui é discutir um aspecto específico, que esteve presente em ambas as revoluções: a questão da organização e da estratégia. Um estudo comparativo de ambas nos trás importantes contributos ao entendimento das lutas sociais, dos malogros das revoluções, dos avanços presentes em umas e massacrados em outras etc. Esta é a tarefa que me proponho investigar nesta conferência.

Quais eram os traços essenciais das relações sociais presentes na Rússia no momento que estoura a revolução em fevereiro de 1917? Em que as relações sociais presentes na Rússia distinguem-se das verificadas na Alemanha? Qual o significado, para a luta revolucionária, das organizações estatal, partidária e sindical? E os conselhos operários, que papel desempenharam na Rússia? Qual seu significado na revolução alemã?

Eis as questões a serem respondidas.

Rússia e Alemanha às portas da Revolução

Para iniciarmos nossa discussão convém situar estas sociedades tão distintas, mas que produziram processos de luta tão semelhantes. Por que isto se deu? Por que uma sociedade como a russa, com suas características peculiares, seu predomínio agrícola, a existência ainda do tzarismo, sua industrialização parcial, mas significativa em algumas cidades etc. produziu os soviets como forma de luta mais radical e eixo estruturante do processo revolucionário? Da mesma feita, por que a sociedade alemã, com uma poderosa industrialização, com a formação de uma classe capitalista consistente, com uma modernização estatal com vários traços liberais, com poderosas organizações partidárias e sindicais etc. também produziu os conselhos ou *räetes* como forma de luta e organização dos trabalhadores?

Uma sociedade parcialmente industrializada ainda com formas estatais pré-capitalistas como a russa e uma sociedade poderosamente industrializada com uma formação estatal tipicamente capitalista entraram ambas na mesma onda revolucionária. Assim, compreender as linhas gerais destas duas sociedades nos propiciam recursos heurísticos importantes para o entendimento do próprio processo revolucionário. A Rússia, às portas da revolução, é uma formação social específica. Esta sua especificidade, este seu desenvolvimento histórico peculiar construiu relações sociais que lhe são características. Conviviam, por exemplo, na segunda metade do século XIX na Rússia: servos (classe submetida ao sistema de servidão), camponeses (pequenos ou médios proprietários de terras), um proletariado urbano e rural nascente (embora numeroso em algumas cidades), uma massa de diaristas e desempregados perambulando pelos campos e cidades. Cada uma destas classes desprivilegiadas comportam estratos e frações diferenciadas. Por exemplo, para se ter uma ideia da complexidade do problema, os servos realizavam tanto trabalho agrícola, quanto nas fábricas têxteis. Mas tanto no campo quanto nas fábricas, as relações estabelecidas eram de servidão. Havia camponeses livres da relação de servidão que viviam na completa miséria enquanto outros eram mais abastados. No seio das comunidades rurais, havia a constituição da comuna russa, MIR. Esta era uma forma de organização do trabalho, de distribuição das terras, de uso dos bosques etc. que não era fundada na propriedade privada do solo, mas sim no uso coletivo. Percebe-se, assim, a complexidade do problema.

Entre as classes privilegiadas, também em finais do século XIX, pode-se perceber o Tzar e a família real. Toda uma corte de nobres vive ao seu redor. Os nobres eram também grandes proprietários de terras, logo, donos de servos. Mas havia também grandes proprietários que não eram nobres. Estes grandes proprietários eram também proprietários de servos. Quando se elimina em 1861 a servidão do território russo, a massa de servos passa a ser pequeno camponês proprietário. Contudo, este avanço na legislação russa foi acompanhado de um aumento da pobreza da população camponesa, pois as terras não foram distribuídas igualmente com justiça. Os grandes proprietários, a igreja, a nobreza não foram expropriados. Pelo contrário, as pequenas glebas de terras que os camponeses

(antigos servos) receberam significava na verdade um pesado fardo, pois eles tinham de pagar a indenização por elas, bem como tinham de pagar os impostos ao estado (coisa que os servos não faziam).

Ao lado do Tzar e sua família, desta nobreza (com toda a sua hierarquia), destes latifundiários, uma complexa burocracia administrativa e militar conformava parte das classes privilegiadas russas. A burocracia eclesial compõe aí também uma importante classe social na Rússia neste período. Com o processo de modernização realizado sobretudo na segunda metade do século XIX, ou seja, a introdução das relações de produção capitalistas no país, esta velha estrutura é complexificada ainda mais pelas relações capitalistas modernas (assalariamento, exigências liberais como direito de imprensa, de organização, eleições etc.).

O que se percebe, contudo, é que esta modernização, ou melhor, a introdução das relações de produção capitalistas na Rússia, não foi imediatamente acompanhada pela modernização das relações políticas ao nível estatal. Esta contradição russa permaneceu por bastante tempo, sendo efetivamente eliminada com a implantação do capitalismo de estado de caráter soviético.

A modernização do território russo se dá, sobretudo, pela cidade e com a implantação de indústrias nas principais aglomerações urbanas: Moscou, São Petersburgo, Karkov, Kiev, nos Urais etc. A esta crescente industrialização, é acompanhada também uma modernização do próprio território: ampliação da malha ferroviária a níveis nunca antes vistos na história da Rússia, melhora dos meios de comunicação, criação de universidades, de escolas técnicas, ampliação da rede educacional básica, bancária etc.

Toda esta modernização das relações de produção na Rússia se dá, sobretudo com capital estrangeiro: francês, inglês, alemão etc. Isto exige uma modernização financeira. A rede bancária é ampliada e modernizada em todas as principais zonas industriais do país. As relações comerciais, financeiras etc. empreendidas pela Rússia agora se dão já no nível de exigência do capital estrangeiro que se dissemina em seu território. Isto exige modernização da legislação aduaneira. A Rússia passa a comprar maquinário para suas indústrias, passa a exportar ferro em certa quantidade etc. Ou

seja, o que está a ocorrer no território é uma brusca transformação que o retirou de relações sociais de mudança lenta que predominou por séculos.

A conclusão de Tragtemberg (2010) é que a Rússia do início do século XX é atrasada em relação à Europa Ocidental. Contudo, em relação à Rússia de 1861 (fim da servidão), é uma Rússia já bem moderna. A questão que fica é: qual a natureza das relações de produção existentes na Rússia? Uma grande quantidade de autores, entre eles, por exemplo, Volin (1980), que embora revele vários elementos da *Revolução Desconhecida*, define a sociedade russa de finais do século XIX até às portas da Revolução de 1917 como sendo feudal. O mesmo se passa, por exemplo, com a volumosa obra de Trotsky (1967), que define a natureza feudal da sociedade russa, porém um feudalismo com particularidades, com um desenvolvimento histórico específico que coloca a Rússia a meio caminho da Europa Ocidental e da Ásia. Esse feudalismo com peculiaridades, segundo a concepção de Trotsky, é denominado por Tragtemberg (2010) de “Feudalismo de Estado”. Na verdade, trata-se de um outro tipo de sociedade. Não é feudal. Godellier (1969) a denominará, seguindo indicações de Karl Marx, como sendo uma sociedade fundada no modo de produção asiático.

Não é em hipótese alguma nosso objetivo aqui entrar nas minúcias desta polémica. Tendemos, contudo, a concordar com Tragtemberg e Godellier. Uma das características centrais do regime russo era exatamente o poder de sua burocracia e a centralização estatal. Este aspecto teve implicações sérias no desenvolvimento do processo revolucionário na Rússia e nas várias tendências políticas que ali existiram desde o século XIX até a onda revolucionária que alterou definitivamente os rumos de desenvolvimento da história russa.

A discussão viva de Volin (1980) destas correntes, de seus malogros, suas vitórias, seus mártires etc. é realmente de se levar em conta. Desde os Dezembristas de 1825, passando pela juventude *nihilista*, pelo “terrorismo” político do *Narodnaia Volia*, pela criação dos primeiros partidos de orientação socialista (Partido Socialdemocrata, Partido Socialista Revolucionário), pela tradição anarquista etc., até a criação dos soviets, demonstra que a modernização capitalista carrega em si suas contradições. Trotsky (1967), na sua *História da Revolução Russa*, tem uma interessante síntese sobre isto:

O Estado russo esbarrava contra as organizações militares das nações ocidentais, cujas bases econômicas, políticas e culturais, eram mais sólidas. Do mesmo modo, o capital russo, desde seus primeiros passos, chocou-se contra o capitalismo muito mais desenvolvido e muito mais poderoso do Ocidente, e foi submetido por este último. *Do mesmo modo, a classe operária russa, desde seus primeiros passos, encontrou instrumentos inteiramente acabados, devido à experiência do proletariado da Europa ocidental; teoria marxista, sindicatos, partido político* (TROTSKY, 1967, p. 391). (grifos meus)

Só é importante ressaltar desta citação aí, que o instrumento utilizado para realizar a revolução de 1905 (da qual Trotsky participou, chegando assumir a presidência do Soviete de São Petersburgo) e a revolução de 1917, da qual Trotsky também participou, mas agora como membro do Partido Comunista, depois como chefe do Exército Vermelho, quem realizou ambas as revoluções não foi nem o partido, nem sindicato (nem o marxismo), mas sim os sovietes. De qualquer forma, destaca-se desta discussão aqui o fato de a modernização capitalista do território russo ter criado novas situações políticas que não existiam antes. São estas novas situações que colocam a Rússia numa onda de revoluções que abalaram os principais países capitalistas da Europa ocidental: Alemanha, Hungria, Áustria, Itália etc. Em todos eles, processos revolucionários semelhantes foram concretizados. Cada um tendo, naturalmente suas peculiaridades.

Uma situação espetacular, nesta vaga revolucionária, é o caso alemão do qual trataremos agora. A Rússia inicia sua revolução em fevereiro 1917. A Alemanha em 1918. Cada uma ocorrendo em condições sociais completamente diferentes e ambas edificando formas de luta bastante semelhantes. Por que isto se deu desta maneira? Como se encontrava a Alemanha às portas da revolução, que se estendeu de 1918 a 1923?

Há algumas semelhanças entre os processos operados na Rússia e os ocorridos na Alemanha que merecem ser citados:

a) *ambas tiveram um intenso desenvolvimento industrial nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.* Destacar, contudo, que isto na Alemanha foi muito mais drástico e em proporções muito maiores do que o que se passou na Rússia. Desde a unificação alemã sob a hegemonia prussiana e de baixo da espada de Otto Von Bismarck, o desenvolvimento econômico alemão foi um dos maiores e ela se

tornou no período uma das maiores potências industriais europeias. Sua classe operária concentrou-se acerbamente nas cidades. Por exemplo, Berlim, por volta de 1914 tinha uma população de quatro milhões de habitantes. Contudo, desde finais do século XVIII, uma crescente industrialização já se estendia por várias cidades importantes.

b) *ambas comportam uma ambivalência entre o desenvolvimento econômico, social e cultural e uma estrutura política de modos de produção passados.* Como dissemos, no caso russo, as formas sociais típicas do tzarismo conviviam em certa contradição com a modernização capitalista ao nível das relações de produção. Esta ambivalência também é perceptível no caso alemão. Contudo, aqui o que se observa são os restos do feudalismo convivendo com uma modernização tipicamente capitalista. O estado alemão, criado após a unificação, o *Kaiserreich* é expressão desta ambivalência. Contrariamente à Rússia, que tinha uma forma estatal centralizada há séculos, que tinha uma população dispersa, a inexistência de movimento operário etc., no caso alemão, a unificação se deu por força dos latifundiários prussianos. Esta unificação, ou seja, a criação do estado alemão teve de lidar com principados constituídos, regiões autônomas, cidades independentes, um movimento operário constituído, que complexifica bastante a questão etc. Durante a unificação, as contradições típicas do capitalismo moderno já estavam estabelecidas na Alemanha. Tiveram uma ampliação considerável, pois o desenvolvimento capitalista exigia tal unificação e o *Kaiserreich* fez o desenvolvimento capitalista caminhar mais aceleradamente. A forma estatal que saiu deste processo teve de lidar com todas estas contradições.

Loureiro sintetiza isto da seguinte forma:

“O poder executivo estava nas mãos do imperador (Kaiser) e do chanceler, que respondia somente ao imperador. O poder legislativo era exercido na esfera do *Reich* pelo Conselho Federal (*Bundesrat*), formado por delegados dos 25 *Länder*, mas na prática dominado pela Prússia e pelo Parlamento (*Reichstag*), eleito pelo sufrágio universal masculino. Os poderes do *Reichstag* eram limitados – não podia propor leis, não podia votá-las sem a concordância do *Bundesrat* e não podia destituir o chanceler, mesmo que o pusesse em minoria, uma vez que este só respondia ao imperador (LOUREIRO, 2005, p. 29).

Era, pois, um regime monárquico extremamente centralizador, mesclado com elementos parlamentares (demandas da burguesia liberal, que embora fosse fraca para realizar sua revolução, obteve concessões). Esta realidade convivia, como dissemos, com um desenvolvimento industrial, uma urbanização galopante, um aumento da população, modernizações burguesas em várias áreas: criação de universidades, complexificação da sociedade civil etc.

c) *reconhecimento pelo estado de organizações da sociedade civil, sobretudo o Partido Socialdemocrata e os sindicatos.* Diferentemente da Rússia, na Alemanha, sobretudo após a saída de Bismarck e o fim das leis antissocialistas em 1890, houve uma grande ampliação do partido socialdemocrata, dos sindicatos sob seu controle e de outras tendências sindicais. O Partido Social-democrata passa a ser o maior partido no *Reichstag*, com uma imprensa gigantesca, controlando a maior central sindical do país, com membros nos parlamentos locais, com centenas de vereadores eleitos etc. Coisas que jamais ocorreriam na Rússia. Esta particularidade do caso alemão é de se levar em conta, pois dela saem consequências importantes para o desenvolvimento subsequente da revolução alemã de 1918, como demonstraremos mais à frente.

Assim, às portas das revoluções russa e alemã, estas duas nações apresentavam este conjunto de semelhanças, de diferenças e de contradições. Uma, a Rússia, um país atrasado em relação à Europa Ocidental, outra, a Alemanha, uma das maiores nações industriais do período. Uma, a Rússia, com um estado autoritário, centralizador que impedia qualquer tentativa de organização das classes trabalhadoras e agitações políticas subversivas; outra, a Alemanha com um estado autoritário composto por concessões parlamentares, permite ou não tem os meios de conter o desenvolvimento de um dos maiores partidos, à época entendido como socialista, do mundo: o Partido Social-democrata Alemão e numerosos sindicatos e centrais sindicais que aglutinavam em torno de si milhões de operários. Uma, a Rússia, cujo processo revolucionário encabeçado pelos soviets ou conselhos surge em 1917 mesmo havendo uma grande fraqueza das organizações operárias instituídas (partidos e sindicatos); outra, a Alemanha, cuja emergência dos *räets* ou conselhos

surge apesar da própria robustez, disseminação, grandeza e poder das organizações operárias instituídas (partidos e sindicatos).

Uma, a Rússia, encadeou a primeira revolução “vitoriosa” do mundo, que desembocou no capitalismo de estado soviético. Outra, a Alemanha, cuja derrota da revolução pavimentou o caminho para a emergência do Partido Nacional Socialista, logo, do Nazismo. Como explicar isto?

O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo, de Lênin X Carta Aberta ao Camarada Lênin, de Gorter

Dois documentos. *O Esquerdismo*, de Lênin, foi publicado em 1920. A *Carta Aberta ao Camarada Lênin*, de Herman Gorter, resposta imediata, também escrita em 1920. Estes dois documentos expressam bem os pontos de tensão que se apresentavam aos revolucionários. Qual o significado destes dois panfletos? O que cada um expressa em termos de entendimento do processo revolucionário? Qual o destino histórico de cada uma das teses ali desenvolvidas? Em que eles ajudam a compreender o desenvolvimento subsequente dos acontecimentos na Rússia e na Alemanha? Eis nossa tarefa agora.

Naturalmente, não intenciono aqui detalhar todo o conteúdo presente nas duas obras, o que me tomaria demasiado espaço. Minha intenção é outra. Trata-se de situar o próprio ambiente político, que sedimentava o teor da polêmica entre ambos. O tom crítico dos dois panfletos denuncia a situação limite pela qual passava o movimento operário e os revolucionários em geral naquele momento. A escolha destes dois textos serve-nos, portanto, de baliza ao entendimento das contradições e divergências do momento.

Lênin, desnecessário dizer, o maior expoente do bolchevismo. À altura da escrita deste texto, já era intelectual e político de renome internacional. Era visto na Europa Ocidental como o verdadeiro *leader* da revolução russa, personalidade sem a qual tal revolução jamais teria chegado aonde chegou. O exagero e o equívoco desta interpretação já era evidente para alguns, tal como o próprio Gorter, por exemplo. *O Esquerdismo*, de Lênin, tinha um claro caráter político. Ele escreveu o texto em abril

de 1920 e os apêndices em março. Fez publicar em russo imediatamente e em julho já tinha sido traduzido para outros idiomas (francês, alemão, inglês etc.). Tudo conduzido de modo a estar pronto antes da realização do II Congresso da III Internacional Comunista. Prova disto é que o panfleto foi distribuído para os delegados durante a realização do Congresso. A clara intenção do Partido Comunista Russo em hegemonizar a III Internacional era óbvio. Este panfleto, portanto, politicamente, era parte desta estratégia. Era parte do projeto de desacreditar o conjunto de dissidentes (na Europa Ocidental) aos métodos apregoados pelo PC russo e sua política dentro da Internacional.

Gorter³, por outro lado, menos, muito menos conhecido, poeta holandês e militante, à época da escrita de seu texto, do Partido Operário Comunista da Alemanha – KAPD (dissidência do Partido Comunista Alemão - KPD, que por sua vez era dissidência do Partido Social-democrata Independente da Alemanha – USPD, que por sua vez era dissidência do Partido Social-democrata Alemão – SPD). Gorter, juntamente com outros, militou à esquerda do Partido Comunista Holandês, coordenou um jornal chamado *Tribuna*, daí terem ganhado certa fama como Tribunistas. Em 1920, militando já na Alemanha, alinha-se a esta tendência política mais radicalizada, defendia a tese de que a classe operária deveria se articular em conselhos operários e a partir daí edificar uma nova forma de organização social, pensada, construída e controlada pelos próprios operários. O KAPD era a organização política que expressava este projeto. Contudo, como está escrito em seu texto inaugural, o KAPD “não é um partido propriamente dito”, porquanto utilize a palavra em sua denominação. Trata-se de uma organização de outra natureza. É exatamente esta outra natureza, esta nova organização, com seus objetivos, seus métodos, suas táticas etc. que desagradavam aos bolcheviques e sua III Internacional. O *Esquerdismo*, de Lênin, tem a clara intenção de desacreditar estes militantes e sua organização perante o movimento comunista internacional.

O objetivo declarado do panfleto de Lênin, ele mesmo o diz:

³ Uma breve biografia de Gorter, à guisa de necrológico, foi feita por Anton Pannekoek sob o título: “Uma vida militante: adeus a Herman Gorter (PANNEKOEK, 2004).

Para esclarecer o que digo, partirei de nossa própria experiência, de acordo com o plano geral deste folheto, *que tem por objetivo aplicar à Europa Ocidental o que a história e a tática atual do bolchevismo tem de aplicável*, importante e obrigatório em toda parte (LÊNIN, 1960, p. 45). (grifos meus)

Este é o centro de toda a discordância entre o que Lênin defende e o que Gorter responde. Este é o ponto nodal do desacordo. Desta questão central, desenvolve-se todo o resto. O que Gorter argumenta ao longo de todo o seu texto, é que a tática imposta por Lênin e acatada pela III Internacional, se teve alguma utilidade na Rússia, na Alemanha em particular e na Europa Ocidental em geral é completamente inútil. Na verdade, nociva ao movimento operário. Desta bifurcação, emerge toda a polêmica dos dois textos. Na verdade, tais textos são a expressão de tendências políticas concretas que conflitavam no seio da revolução alemã. Também ainda soçobravam dentro da revolução russa (veja o caso da esquerda dissidente na Rússia⁴, por exemplo, ou então, a rebelião e declaração de independência dos marinheiros de Kronstadt e dos camponeses na Ucrânia, ambos massacrados pelo exército vermelho).

Excetuando aqui a retórica de Lênin, que durante todo o texto substitui análises concretas por adjetivações e xingamentos, o livro gira em torno de alguns pontos, que destacarei à frente. O próprio título de seu panfleto já denuncia seu estilo: “doença”, “infantil”. Em seu texto, a palavra “esquerdismo” tem um tom depreciativo. O desenvolvimento histórico das tendências políticas ressignifica o sentido do termo esquerdismo, dando-lhe um caráter positivo que o distingue das tendências consideradas reformistas e conservadoras (entre elas o bolchevismo)⁵.

Os pontos em torno dos quais se desenvolve a exposição de Lênin e os quais Gorter rebate, são: a relação chefes/massas trabalhadoras; a questão sindical e o papel dos revolucionários dentro destas organizações; a atuação dos revolucionários no parlamento; a aliança dos partidos revolucionários com frações dos partidos burgueses, com os partidos reformistas etc. Os alvos de Lênin são os

⁴ Viana (2007) realiza esclarecedora análise desta esquerda dissidente na Rússia, que existiu antes da tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917 e continuou após isto. Uma dissidência que se constituiu no interior do partido, bem como fora dele. Foram todas derrotadas. Mas sua existência denuncia que o desenvolvimento subsequente da Rússia foi o resultado de uma luta intensa contra os bolcheviques.

⁵ Confira o texto de Gombim (1972), *As Origens do Esquerdismo*.

“independentes” na Alemanha, ou seja, o KAPD, dissidentes do partido comunista holandês, a esquerda abstencionista na Inglaterra, que se alinhava na defesa das organizações de fábrica, cuja principal expressão foi Sylvia Pankhurst, os abstencionistas na Itália, sobretudo Bordiga. Contudo, o centro mesmo da crítica é o KAPD e seus “representantes literários”, para utilizar aqui uma expressão de Marx, ou seja, Gorter, Rühle, Pannekoek etc.

Lênin, então, conforme demonstrado na citação anterior, defendia que os métodos utilizados pelo bolchevismo na Rússia deveriam ser empregados também pelos partidos revolucionários na Europa Ocidental, ou seja, Alemanha, Inglaterra, Itália etc. Ou seja, a revolução russa acaba por se confirmar como uma espécie de modelo revolucionário. Assim, a tática do bolchevismo na Rússia deve ser a tática da III Internacional, ou seja, do movimento revolucionário mundial. Eis o que quer Lênin com seu *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*.

Não irei me estender aqui sobre cada um deles, o que foge ao meu objetivo, mas tão somente enunciá-los, de forma esquemática. Sobre a questão chefes/massas, Lênin argumenta que isto é uma falsa questão, pois em todas as sociedades capitalistas, as classes possuem um partido que a representa. Este partido, um grupo de pessoas fieis e destemidas que leva a cabo a organização e a prática partidária. Assim, não há oposição entre massas (classe), partidos e chefes. Gorter, pelo contrário, afirma que se isto se deu na Rússia desta forma, isto está relacionada ao seu nível de desenvolvimento econômico e político. Na Alemanha, não tem mais o menor significado. Os chefes, líderes, donos de partidos são elemento de paralisia do movimento operário. Na verdade, foram tornados inúteis por ele. Gorter considera que, devido às características próprias da Rússia, um proletariado pequeno relativamente ao conjunto da população, uma massa de camponeses pobres, a presença dos chefes e dos partidos eram, até certo ponto indispensáveis. Na Alemanha, pelo contrário, a presença destas organizações e da necessidade de chefes políticos da classe operária tornou-se um obstáculo. Se na Rússia, eles foram fundamentais, na Alemanha, devido às condições históricas (um proletariado numeroso, um capital centralizado e poderoso, as demais classes, inclusive o campesinato, colocam-se contrários à revolução etc.), o proletariado deve, por ele

mesmo, encontrar seu próprio caminho, realizar suas próprias ações e decidi-las eles próprios por meio de suas organizações. Numa tal circunstância, os chefes são inúteis e elemento paralisante da ação operária. Eis por que, na Alemanha, o problema dos chefes não é algo tão simples, como acredita Lênin ao criticar o KAPD⁶.

Deste primeiro ponto de divergência entre Gorter e Lênin, um outro se precipita: a questão sindical. Os revolucionários devem participar dos “sindicatos reacionários?”, indaga Lênin. Sua resposta também não poderia ser outra: sim, obviamente que sim. Se o que ele denomina de “aristocracia operária profissional” (LENIN, 1960, p. 52), na verdade, a burocracia sindical, para utilizar uma terminologia mais adequada, é conservadora, isto não implica aos revolucionários “abandonarem as massas operárias insuficientemente desenvolvidas (...)” (LENIN, 1960, p. 53) aos reacionários, burgueses e conservadores. Agir desta maneira, argumenta o bolchevique, é prestar um grande desserviço ao comunismo e à luta proletária. Arremata dizendo que os sindicatos são fundamentais no desenvolvimento do nascente socialismo na Rússia, pois neles estão milhões de operários. Gorter, em contrapartida, afirma exatamente o contrário. Novamente salienta, que se na Rússia, tal tática teve um significado e certa importância (o que é questionável, pois como salienta Maurice Brinton, a relação entre sindicato, partido e soviets não foi marcada por esta pretensa harmonia anunciada por Lênin), na Alemanha já não tem mais a menor possibilidade de isto acontecer. Conforme o próprio Lênin constata (“os mencheviques do ocidente”) assumem na Europa Ocidental um significado muito mais problemático do que na Rússia, país no qual as chamadas “liberdades democráticas” eram quase inexistentes. Volin (1980), por exemplo, salienta que até 1905 não existia um único sindicato regular em toda a Rússia, mesmo nas cidades mais

⁶ Contudo, considero pertinente levantar uma objeção ao próprio Gorter. Devido às condições históricas em que escreveu e o ambiente político no qual estava inserido, esta consideração com relação ao bolchevismo na Rússia é aceitável. Contudo, nos dias de hoje, depois de todos os acontecimentos e interpretações históricas e teóricas sobre a Revolução Russa, uma tal leitura não procede mais. A questão da relação chefes/partido/classe foi também um problema e um empecilho ao desenvolvimento da luta proletária na Rússia. Os chefes, ou seja, a burocracia partidária bolchevique, não foi só elemento paralisante da atividade autônoma de classe na Rússia. Foi, pelo contrário, agente repressor de uma tal ação. Os exemplos de Kronstadt e Ucrânia em 1921 são somente os mais dramáticos. Para uma crítica consistente desta ação paralisante e repressiva do Partido Comunista sobre os soviets na Rússia, confira o excelente trabalho de Brinton (1975).

industrializadas. Na Alemanha, pelo contrário, os sindicatos profissionais, as centrais sindicais tornaram-se poderosas organizações, com uma imensa classe de dirigentes, administrando poderosos recursos, exercendo influência considerável sobre os operários. Esta burocracia, que Pannekoek (1977) irá ironizar e denominá-la “parlamentos do trabalho” exercia à época da revolução alemã uma força inercial considerável sobre os operários, mantendo-os no estrito seguimento das leis e da ordem (em que pese fossem fator de negociação do valor da força de trabalho)⁷.

Gorter demonstra como os sindicatos, as centrais sindicais militaram contra a ação autônoma e espontânea dos trabalhadores organizados nos conselhos. Se na Rússia, argumenta Gorter, os sindicatos tiveram a sua importância para a luta proletária, na Alemanha, eles são do partido da ordem, militam contra os trabalhadores. Sua estrutura organizacional, sua complexa burocracia, os poderes que tem inviabilizam o acesso dos meros proletários aos lugares de decisão dentro dos sindicatos. As assembleias manipuladas, os complexos, caros e não raras vezes fraudulentos processos de eleição de diretorias tornam inviável aos proletários controlarem esta organização. Quanto maior, mais rica, mais complexa etc. é a organização sindical, mais burocrática torna-se ela. Esta classe de dirigentes sindicais adquirem interesses próprios (mais poder, mais dinheiro, mais influência, fama em alguns círculos etc.). Estes interesses próprios são, não raras vezes, opostos aos dos trabalhadores aos quais representam. Esta realidade já era visível durante a revolução alemã. Como demonstramos em Maia (2016), agravou-se com o próprio desenvolvimento dos regimes de acumulação capitalistas. Os sindicatos são, pois, organizações inúteis à revolução. São organizações contrarrevolucionárias.

Lênin (1960, p. 48/49), ao descrever a organização do partido, a relação deste com os soviets e com os sindicatos demonstra claramente a estratégia que ele defendia há tempos: “os sindicatos como correia de transmissão do partido”. No

⁷ Em Maia (2016), realizamos uma discussão teórica a este respeito, demonstrando que com o desenvolvimento capitalista, as organizações sindicais tornaram-se completamente inúteis à luta proletária. Melhor, tornaram-se organizações contra os trabalhadores. À época da revolução alemã, tal situação já era dramática, daí o surgimento dos conselhos operários, da União Geral Operária (AAU, na sigla em alemão), pois foi necessário ao proletariado forjar organizações às quais eles controlassem. Os sindicatos já não lhes pertenciam mais.

contexto da revolução russa, nos embates com os soviéticos, basta consultar a referida obra de Brinton (1975), Volin (1980), Pannekoek (1977), Arvon (1984) etc., para se perceber que a relação entre tais organizações foi sempre marcada por intensos conflitos. A clara intenção do Partido Comunista Russo em controlar as forças independentes (tanto dentro do partido, quanto fora) demonstra o caráter burocrático desta organização e os meios burocráticos (e por vezes cruéis) de manutenção de seu poder. Assim, novamente, só podemos concordar em partes que a estratégia dos bolcheviques de controle dos sindicatos foi adequada à Rússia. Na verdade, a atividade sindical foi parte do processo de esvaziamento dos soviéticos (HORVART, 1990). Este processo culmina na implantação do taylorismo nas fábricas, na passagem da administração das fábricas das mãos dos soviéticos para a de um só homem, indicado pelo estado etc.

O que Gorter apregoa é o contrário de tal política. Não se trata do KAPD ou qualquer outra organização política controlar os operários. As organizações de fábrica são o lugar da revolução. É lá que os operários estão, é lá que eles lutam, é lá que eles se educam na luta, é de lá que pode sair qualquer alternativa de articulação nacional e internacional das lutas. A União Geral Operária é um exemplo disto, uma forma de articulação nacional das lutas locais do proletariado. Trata-se, portanto, de outra prática, de outra ação, de outra política. Isto exige também outra tática. A tática de caminhar para os sindicatos não é adequada para Alemanha. Os operários alemães necessitam de outras armas, mais eficazes, mais poderosas. Por maiores que sejam os sindicatos, são demasiado insuficientes para levar a cabo a revolução. É exatamente isto que Gorter quer demonstrar em sua resposta a Lênin.

Portanto, Lênin, embora não faça análises concretas da situação das organizações de fábrica, dos sindicatos na Europa Ocidental, não exita em recomendar estas organizações que ele próprio denomina contrarrevolucionárias, reacionárias. Mesmo havendo na Alemanha, por exemplo, organizações de caráter revolucionário (conselhos operários, União Geral Operária etc.), Lênin recomenda aos revolucionários, ao KAPD, que entrem nos sindicatos. Gorter demonstra ser isto impossível, inviável e indesejável, visto os proletários terem eles mesmos criado organizações mais avançadas. Não contente em recomendar os sindicatos aos

revolucionários, recomenda Lênin também o parlamento como esfera de propaganda, de ação e de trabalho dos revolucionários. Da mesma forma que fez com a questão sindical, ou seja, não analisar a situação concreta da Europa Ocidental, basear-se no exemplo russo, recomendou também o parlamento em Europa Ocidental como esfera de atuação dos comunistas. Repete durante todo o livro: “por que aqui na Rússia, os bolcheviques...” atuaram nos sindicatos, atuaram no parlamento, participaram das eleições etc. etc. etc. Se os bolcheviques na Rússia fizeram isto, também a III Internacional, os revolucionários na Europa Ocidental devem seguir a mesma tática.

Lênin retoma então o exemplo russo para dizer, que os bolcheviques participaram do parlamento, ou seja, da Duma, sobretudo no período de 1905 a 1917. Argumenta que isto contribuiu para que depois eles, os bolcheviques, conseguissem levar a cabo a revolução comunista, ou seja, o golpe de estado de outubro de 1917. Afirma que os revolucionários da Europa Ocidental não tem a experiência de combinar a luta ilegal com a luta legal. Isto é fundamental, sobretudo nos momentos revolucionários, nos quais os poderes estabelecidos estão abalados e tendem quase sempre a apertar o cerco contra as tendências subversivas e aumentam, em decorrência, a repressão. Assim, afirma que, tal como fizeram os bolcheviques na Rússia, também os revolucionários na Alemanha, na Inglaterra, na França etc. devem combinar a luta no parlamento com a luta junto às massas. Não fazer isto é demonstração de infantilismo, de esquerdismo, ou seja, de não compreensão do que seja o processo revolucionário. Chega a dizer que, sobretudo na Europa Ocidental, os revolucionários devem participar do parlamento para inclusive demonstrar às massas que o parlamento não serve para nada. Se as massas caminham para os sindicatos, se as massas caminham para o parlamento, devem os revolucionários abandonar estas arenas de luta? Fazer isto é uma clara demonstração de “estupidez”, de “esquerdismo doentio”.

Novamente Gorter irá ressaltar as enormes diferenças que separam a luta política na Rússia, das condições da Europa Ocidental. Uma Europa marcada já, em várias localidades, por décadas de liberdades burguesas (de imprensa, de organização legalizada, de expressão, direito a voto etc.), coisas que não existiam na

Rússia, imprimem nas classes trabalhadoras efeitos nefastos para a luta política revolucionária. Décadas e em alguns países já passando de um século (Inglaterra, França etc.), estas chamadas liberdades burguesas, entre elas a democracia, que apregoa o direito de eleger representantes tem significações importantes na consciência dos trabalhadores. Trabalhadores educados nestas realidades desenvolvem uma consciência ainda mais integrada na sociedade burguesa. A fé na democracia, por conseguinte no parlamento, por conseguinte no direito de eleger representantes tem implicações graves na luta política da classe operária (sobretudo num momento revolucionário, como era o que assolava a Alemanha neste momento). Assim, os valores, a consciência política, as concepções dos trabalhadores em ambientes com desenvolvidas instituições liberais conforma uma mentalidade burguesa na classe trabalhadora. Disputar, participar, utilizar tais ambientes não fortalece nem a consciência de classe do proletariado, muito menos suas organizações. Eis por que, também os parlamentos são inúteis à luta proletária.

O mesmo vale também para a defesa de Lênin de se utilizar as cisões e rachas nos partidos burgueses a favor da luta do proletariado. Gorter afirma que os exemplos citados por Lênin a respeito da Europa Ocidental (cita somente um caso de racha em partidos burgueses) são insuficientes e que o exemplo russo não serve para o caso da Europa Ocidental. Durante todo o texto, Gorter repete que na Rússia foi possível uma aliança de classe entre camponeses pobres e proletariado e marginalmente uma pequena burguesia que também oscilava de um e outro lado durante o processo revolucionário. Assim, o proletariado russo tinha ao seu lado uma imensa massa de camponeses pobres, a maioria esmagadora da população, além de armamentos que o “estado proletário” havia confiscado quando do golpe de estado bolchevique.

Pelo contrário, o proletariado na Europa Ocidental, embora fosse uma parte muito mais considerável da população, estava só em sua luta: nem os camponeses, os pequenos capitalistas, os sindicatos, os partidos etc. estavam ao seu lado. Por isto que a luta dos operários na Europa Ocidental era tão diferente da luta dos operários russos. Impor a mesma tática para realidades tão distintas é um imenso erro e Gorter

é firme em chamar isto de oportunismo por parte de Lênin, dos bolcheviques e da III Internacional.

Para Gorter: “Estas classes fazem agora, mais do que nunca, causa comum com o grande capital, porque também elas se veem confrontadas ante o perigo da revolução proletária” (GORTER, 2004, p. 197). Ou seja, o grande e pequeno camponês, o grande e pequeno capitalista, os intelectuais, os funcionários (burocratas) estão de tal sorte integrados na sociedade burguesa que uma revolução proletária os arrastaria para um movimento de transformação aos quais não estão dispostos, nem interessados, sobretudo, os estratos mais superiores e melhor remunerados. Assim, todas estas classes, na Europa Ocidental, são um bloco, juntamente com o grande capital, contra a classe operária. Os partidos políticos que representam explícita ou implicitamente cada uma destas classes (inclusive os autointitulados operários, trabalhistas, socialdemocratas, comunistas etc.) já representavam naquele contexto um fator contrarrevolucionário, pois alérgicos à ação espontânea e “selvagem” da classe operária.

Assim, no que concerne à tática de agitação e articulação política, Gorter conclui:

Não fazer nenhum acordo de apoio eleitoral a estes partidos é afastar-se de seus militantes? Combatê-los como inimigos? Não necessariamente, e nós tentamos na medida do possível unir-nos a eles. Em toda ocasião, chamamos-lhes à ação comum: à greve, ao boicote, à rebelião, ao combate de rua, e, sobretudo, a formar conselhos operários, comitês de fábrica. Esforçamo-nos nisto em toda parte. Porém, não como antes, no terreno do parlamentar. Mas sim nas fábricas, nas reuniões e nas ruas. Eis aí onde hoje podemos nos unirmos a eles. Eis aí, onde nós nos unimos aos operários. Esta é a prática nova, que sucede à prática socialdemocrata. A prática comunista (GORTER, 2004, p. 204) (grifos meus).

A conclusão geral da carta de Gorter a Lênin pode ser apreciada segundo estas palavras do comunista holandês ao bolchevique russo:

Você não quer ouvir falar de cisões, de formações novas, nem que sejam, mesmo assim, de nível superior!

Por que?

Porque você quer ver os grandes partidos e os grandes sindicatos membros da III Internacional.

Eis aí o que nos parece ser seu oportunismo, e oportunismo da pior espécie (GORTER, 2004, P. 174).

O estado, o partido, os sindicatos e os conselhos operários: o que ensinam as revoluções russa e alemã?

Um período revolucionário é sempre uma massa de contradições. É também um rio caudaloso, largo, denso, profundo e onerado de corredeiras e cachoeiras em seu percurso. A força de suas correntes arrasta tudo em seu leito e revolve as margens com violência. A metáfora de Brecht é exata. É comum criticar-se sempre a violência do rio, mas nunca a violência das margens que comprimem a corrente. Durante as revoluções, as margens são reviradas, agredidas, modificadas. Mas também o próprio rio, a própria corrente é transformada. A revolução é, pois, uma massa de transformações, de mudanças. Tudo é arrastado para seu torvelinho. Ela é um centro de gravidade que a tudo atrai. É também uma força centrífuga que expelle mudanças em todas as direções.

As mudanças operam-se em todas as esferas: organização da vida econômica da sociedade, das relações políticas, da vida sentimental e valorativa; das relações interpessoais, à estruturação de uma cidade, de um país; da produção de bens materiais à efervescência intelectual e cultural. As revoluções proletárias não são uma mera modificação política, uma mera troca de poderes no estado ou em qualquer outra instituição. São um processo global de alteração do conjunto da existência humana.

Uma tal mudança implica num intenso envolvimento da classe no próprio processo de mudança. Nenhuma outra classe social pode realizar tão profundas mudanças em nome da classe operária. Ela não é, certamente, a única classe oprimida nesta sociedade. Há outras: camponeses, lumpemproletários, serviçariado⁸ em geral (trabalhadores domésticos, serviços, comércio etc.). Contudo, nenhuma destas classes tem condições de alterar o modo de produção capitalista, as relações de produção. A única classe capaz de o fazer é a classe operária. Certamente ela não fará a revolução sozinha, mas com certeza ela será o centro de gravidade da mudança. Somente esta classe tem em suas mãos tal possibilidade. Desde que o capitalismo se estabeleceu como modo de produção dominante (e hoje isto ocorre em todos os

⁸ Para uma breve reflexão sobre esta classe, cf. (VIANA, 2016a)

lugares do mundo), as revoluções, ou seja, os processos radicais de mudança, só podem ocorrer via revolução proletária.

Esse é o ponto central de toda a questão. As experiências das Revoluções russa e alemã são ricas em evidenciar este aspecto. Ruhle (1975), em seu ensaio *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*, discute o que caracteriza cada um destes processos de transformação social. As revoluções burguesas foram efetivamente processos de transformação social que levaram a cabo mudanças profundas. Isto não se pode desconsiderar. Contudo, as revoluções burguesas levaram a cabo o projeto de emancipação burguesa e não da humanidade. Os interesses de classe da burguesia se manifestaram já em seus processos revolucionários (nos lugares, obviamente, onde a burguesia teve força para levar a cabo suas lutas). Este ponto é de interesse, na medida em que revela a natureza mesma destes processos. As revoluções burguesas são burguesas tanto na forma quanto em seu conteúdo.

Para efetivar os interesses de classe da burguesia em sua luta contra as classes ainda restantes do feudalismo, a classe capitalista, de diferentes maneiras, segundo o processo histórico particular de cada país, levou a cabo suas revoluções tendo em conta determinados tipos de organização. Para efetivar suas revoluções, a burguesia forjou um estado (e um parlamento) que lhes eram indispensáveis a fim de alcançar seus objetivos. Da mesma forma, foi indispensável à burguesia os sindicatos e os partidos políticos. Aqui, Ruhle tem em mente a revolução russa, que foi uma revolução burguesa sem burguesia. Deste modo, a centralização estatal, os partidos políticos, os sindicatos foram organizações que a burguesia lançou mão em sua luta.

Estas organizações são inúteis à classe operária. A revolução do futuro, a revolução proletária é eminentemente social. Não são meras trocas do poder político, já o dissemos. Por serem revoluções sociais, transformam a vida em sua totalidade, daí sua amplitude, daí sua radicalidade, daí também sua dificuldade. Qualquer tentativa de simplesmente trocar as formas de poder ou substituir os que estão no poder por outros é não-proletário. O que Ruhle defende é que na revolução proletária, a classe cria ela própria suas formas de organização, suas formas de atuação e é dentro destas organizações que a classe leva a cabo sua revolução, ou seja, eliminar o estado, o capital, as classes sociais e edificar uma sociedade

radicalmente diferente. Isto se coloca como problema histórico à classe operária e somente ela pode resolver esta equação. Nenhuma outra classe (camponeses, artesão, lumpemproletariado, serviçariado, burocracia, intelectualidade etc.), nenhum grupo social (negros, mulheres, homossexuais, jovens etc.) poderá realizar tal tarefa.

Ruhle, analisando a experiência da revolução alemã de 1918, encontra ali os elementos embrionários de uma revolução proletária. Ao invés do estado, dos partidos, dos sindicatos, dos chefes políticos, dos políticos profissionais e seus vícios de liderança e hierarquia, a classe operária construiu outras formas de organização, logo de ação e luta política, que são antagônicas às formas burguesas. As “organizações de fábrica”, “uniões operárias”, o “sistema de conselhos” são as formas pelas quais a classe operária pode construir outras relações sociais, novas, superiores às capitalistas.

Ruhle afirma:

A revolução proletária é completamente diferente no seu caráter da revolução burguesa.

A revolução proletária é, em primeiro lugar, uma questão econômica.

Pela revolução proletária não se pode lutar em organizações burguesas, só em organizações proletárias.

A revolução proletária tem que desenvolver suas próprias táticas de luta (RUHLE, 1975, p. 107).

Para as revoluções burguesas, a tomada do poder de estado, a redação de constituições, a elaboração das várias ideologias liberais etc. cumpriram um importante papel histórico de modernização dos países em direção às relações de produção capitalistas. O desenvolvimento das democracias, dos parlamentos, que exige em contrapartida o próprio desenvolvimento dos sistemas partidários são também parte da estratégia e das formas de luta da burguesia rumo à sua completa hegemonia.

Contudo, o desenvolvimento da classe operária como classe determinada pelo capital cria problemas sociais relevantes. Tais questões insuflam também a classe operária a se organizar em defesa de seus interesses. Surgem daí os sindicatos e também os partidos ditos socialistas, operários, comunistas etc., bem como um

conjunto de ideologias (partidárias, sindicais), bem como sistemas de ideias vinculados aos interesses da classe operária: num nível mais doutrinário, surge o anarquismo. Num nível mais teórico, o materialismo histórico-dialético ou, simplesmente, marxismo.

Como ressaltamos no tópico anterior, o nível de desenvolvimento capitalista dos países determina diferentes formas de luta proletária e de articulação num nível mais complexo de sua teoria. As experiências russa e alemã descritas anteriormente são suficientes para entender este processo. Contudo, apesar de todas as diferenças, os processos que as unificam são também de serem levados em conta. *O surgimento dos soviets na Rússia e dos Raets na Alemanha demonstram que estas revoluções tinham um forte conteúdo proletário.* O destino histórico de cada uma está determinado por um conjunto de processos que não convém analisar aqui. Mas tanto na Rússia, quanto na Alemanha, o partido político foi sujeito inimigo da classe operária, embora falasse em seu nome. Este é exatamente o problema, é um poderoso inimigo que se passa por aliado.

Na Rússia, os bolcheviques tomam o poder de estado em outubro de 1917 e conduzem a partir de então uma intensa luta contra os soviets, ou seja, contra a revolução proletária. O texto de Brinton (1975) é a melhor descrição deste movimento do Partido Comunista Russo rumo à eliminação dos soviets. Na Alemanha, as fortes tendências dos partidos Social-democrata, Comunista, Comunista Independente etc. em levar a luta operária para o âmbito estatal e parlamentar foi um atraso, um inimigo a mais que a classe operária teve que combater durante a revolução. Este inimigo dividiu esforços, cindiu a classe operária etc. O texto de Authier (1972) é uma excelente descrição destas correntes políticas dentro da revolução alemã.

Da mesma forma, os sindicatos. Na Rússia de 1905, conforme relata Volin (1980), não havia nenhum sindicato nas principais cidades industriais do país. O czarismo era implacável contra as organizações dos trabalhadores. Em 1917, devido às várias concessões que o governo czarista foi constrangido a fazer, havia alguns sindicatos, contudo na revolução de fevereiro de 1917, não são os sindicatos, mas sim os soviets que se articulam e se generalizam como rastilho de pólvora por todo o

território. Os soviets são, nas cidades, a verdadeira força revolucionária. Eles impulsionam o movimento político e a revolução social para adiante. Se na Rússia, os sindicatos padeciam ainda de certa debilidade, que se modifica no curso da revolução, na Alemanha, pelo contrário, como já dissemos, eram poderosas organizações que tinham milhões de filiados, administravam consideráveis recursos etc. Os maiores sindicatos, a principal central sindical era controlada pelo Partido Social-democrata. Como demonstram vários autores, os sindicatos foram fator de recuo das lutas. Sabotavam greves, moderavam as exigências, criavam dificuldades para o alargamento dos conselhos, em alguns lugares subordinavam as comissões de fábricas a si, tornando-as inúteis etc.

Na Rússia, o estado controlado pelo partido bolchevique foi elemento de desenvolvimento capitalista da Rússia. Abortou a revolução proletária, reprimindo os elementos mais avançados. Na Alemanha, os partidos, os sindicatos e o estado foram também elementos de desaceleração e de impedimento do desenvolvimento das organizações proletárias. Os partidos que falam em nome dos trabalhadores, os sindicatos falam em nome dos trabalhadores, o estado (“proletário” na Rússia, bem como a tentativa de estado Social-democrata na Alemanha) foi poderoso fator de moderação das lutas dos trabalhadores e no limite, de repressão e eliminação física daqueles que não se rendiam.

A conclusão de Ruhle, portanto, não poderia ser outra: o estado, os partidos políticos (de todas as bandeiras e cores ideológicas) e os sindicatos são organizações que serviram à burguesia em sua caminhada de tomada do poder estatal. A Rússia foi, portanto, a última revolução burguesa⁹. A classe capitalista, na defesa de seus interesses de classe, tolera governos (social-democratas, democrático-burgueses, ditatoriais etc.). Se a democracia e o parlamentarismo foram importantes na aurora

⁹ A tese de que o golpe de estado dado pelo Partido Comunista Russo em outubro de 1917 e que o prosseguimento das políticas bolcheviques até a consolidação do capitalismo de estado soviético não se aproxima aqui de algumas interpretações leninistas que visam com isto defender o tal “período de transição”, defendido por Lênin desde *O Estado e a Revolução*. Seguimos aqui os indicativos feitos por Ruhle ao distinguir as revoluções burguesas da revolução proletária. A revolução proletária deve ser feita pela classe operária, com seus métodos de lutas, suas formas organizativas, sendo a classe o sujeito do processo revolucionário. A revolução russa (bolchevique) é burguesa por que levou a cabo um projeto capitalista sem burguesia. Em tal empreita, lançou mão dos métodos burgueses (apropriação do estado, dos sindicatos, do partido e tudo que a isto se relaciona).

da burguesia, hoje, como elemento de transformação, já não o é mais. Pelo contrário, é elemento de conservação.

Assim, se o estado (democrático, ditatorial, social-democrata, comunista etc.), os partidos políticos (liberais, trabalhistas, social-democratas, comunistas, fascistas etc.) e os sindicatos (grandes, pequenos, pelegos, radicais, moderados etc.) não são instrumentos de luta do proletariado, o que resta então? Não há outra alternativa? O proletariado tem que forjar ele próprio suas formas de organização, suas táticas de luta e seus modos de ação. Eis a radicalidade do projeto autogestionário. A construção da nova sociedade passa necessariamente pela criação de novas formas de luta, novas formas de ação, novas organizações, uma nova ética (fundada na solidariedade). Meios e fins formam um todo indissolúvel. Não se chega à autogestão social utilizando os meios, os métodos, as táticas que a burguesia utilizou para consolidar o capitalismo. Eis a conclusão necessária que advém da análise não só das experiências russa e alemã, mas de todas as revoluções proletárias do século XX (Guerra Civil espanhola de 1936 a 1939; Maio de 1968 na França; Revolução Portuguesa em 1975; Primavera de Praga em 1968; Polônia em 1980 etc.). Tanto no capitalismo privado, quanto no capitalismo de estado, a resposta proletária foi sempre em oposição aos sindicatos, aos partidos e ao estado. Quando estas organizações submetem o proletariado, é por que a revolução foi derrotada. Depreende-se, portanto, que até o presente momento, todas as revoluções foram derrotadas. Tanto pelos inimigos declarados, quanto pelos falsos aliados.

A partir das experiências russa e alemã, mas também de algumas revoluções posteriores, desenvolveu-se um conjunto de concepções, que ficaram conhecidas como Comunistas Conselhistas, ou seja, que expressou teoricamente o movimento dos conselhos operários¹⁰. A produção destes autores permite compreender a natureza da revolução proletária, ou seja, que conduz à autogestão social. Numa tal revolução, não há lugar para compromissos de classe, oportunismo, vacilações. É uma luta dura, que compreenderá um certo período histórico e na qual muitas batalhas serão travadas. Nestas batalhas, o proletariado deve, para fazer valer seus

¹⁰ Para uma discussão mais detalhada desta corrente, confira nosso estudo Maia (2016). Pode-se consultar também Authier (1975), Viana (2015) entre outros.

interesses de classe e levar a bom termo a revolução, acreditar em sua própria potencialidade, criar suas próprias organizações, discutir ele próprio os dilemas cotidianos da revolução, deliberar ele mesmo e executar ele próprio as ações necessárias. Tarefa imensa, mas que o proletariado mesmo deve levar a cabo.

Ruhle (1975), tendo em vista esta questão, afirma que o proletariado só é efetivamente revolucionário quando na fábrica, submetido às relações de trabalho capitalistas. Quando fora, nas ruas, nas lojas, na família etc. ele é um “pequeno-burguês”. É um consumidor ávido, educado nas escolas burguesas, lê a imprensa burguesa, vai ao cinema burguês, frequenta a igreja não menos burguesa etc. Fora da fábrica, é completamente dominado por um conjunto de instituições tipicamente capitalistas, que imprime na classe operária os valores, a mentalidade, a consciência política etc. burgueses. Ruhle exagera neste particular, ao não perceber que também nos locais de moradia, por exemplo, a classe operária pode desenvolver formas de organização que se contraponha às organizações capitalistas. Também, nos dias de hoje (o texto de Ruhle é de 1924), a ideologia capitalista, os valores burgueses estão de tal modo articulados dentro da produção, que também, no cotidiano da fábrica, o operário pensa e age de uma forma burguesa. Exceto, naturalmente, quando luta.

Contudo, apesar destas observações, a correção das análises de Ruhle surpreende. A luta da classe operária deve ser feita com armas que ela mesma cria no próprio processo de luta. Os conselhos operários foram, até os dias de hoje, a sua forma mais desenvolvida. Analisando a experiência alemã, Ruhle demonstra como se pode criar uma forma de organização, que parta da base, da fábrica, até chegar a níveis de articulação regional e nacional, criando as condições para o desencadeamento de uma revolução de proporções mundiais.

A crítica central é quanto às organizações burocráticas (estado, partidos e sindicatos), bem como tudo que a isto se relaciona: parlamento, exército, políticas trabalhistas realizadas pelo estado etc. Outro elemento a isto relacionado é a questão dos chefes, dos líderes (da vanguarda política da classe operária). No movimento operário, quando se articula desde a fábrica, a presença destes líderes é contraproducente e serve mais à paralisia da classe do que ao seu desenvolvimento. Assim, todas estas ferramentas são imprestáveis. A classe operária precisa de suas

próprias e ela mesma as criou e utilizou quando ainda estava sob o ímpeto revolucionário.

Tanto Ruhle (1975), quanto Pannekoek (1977) entre vários outros autores vinculados ao Comunismo de Conselhos e correntes políticas próximas, o significado e o lugar dos conselhos operários é destacado como o instrumento adequado da classe operária no empreendimento de sua revolução. Contudo, não é qualquer conselho que serve a tal propósito. Quando os conselhos são legalizados, incorporados na legislação da empresa ou reconhecido pelo estado, quando passa ao controle de partidos políticos (o que aconteceu na Rússia, por exemplo) etc. deixam de ser organizações úteis à revolução proletária. Portanto, não basta se chamar “comitê de fábrica”, “organização de fábrica”, “conselho operário” e realizar um discurso progressista. É fundamental que a organização seja da classe, construída pela classe no interesse da classe. Os falsos conselhos operários, ou melhor, os conselhos burocratizados devem também ser combatidos.

A organização dos trabalhadores, portanto, tem de lidar com toda esta complexa estrutura social estabelecida, lidar com todos estes opositores, saber avaliar os verdadeiros aliados, em quem realmente pode confiar etc. Ela só pode fazer isto no seio de suas próprias organizações. Este é um ponto destacado de modo especial por Anton Pannekoek (1977). Afirma que a revolução proletária é, sobretudo, uma “revolução do espírito”. Se a classe operária, no processo de luta, não desenvolve formas de “autoeducação”, nas quais ela própria consiga se formar intelectualmente, a condução do processo revolucionário ficará inviabilizada. A classe operária deve ter os recursos intelectuais corretos para avaliar as situações dramáticas que se apresentam todos os dias aos trabalhadores em luta. No cotidiano burguês, tais meios são inviáveis: a escola não presta para este objetivo, a imprensa, os intelectuais burgueses etc. fazem a propaganda contrária à classe operária. Portanto, ela deve desenvolver estes recursos. Ela só pode fazer isto dentro de suas organizações.

A partir da fábrica, sugere Ruhle (1975), os operários devem ir paulatinamente ampliando seu campo de atuação política. Na verdade, as ações operárias só se convertem em movimento político quando se articulam em movimento para além de

uma mera fábrica. Deve se articular localmente (na escala do município), em seguida regionalmente para enfim adquirir uma organização nacional que seja construída de baixo para cima e na qual as “superestruturas” nacionais não sejam uma forma de poder sobre a base, local de atuação dos operários. Reforçando que tal ampliação de escala nem sempre segue esta lógica. A depender do contexto, rapidamente constrói-se formas nacionais de articulação sem passar pelas escalas intermediárias.

Analisando a experiência russa, afirma sobre esta estrutura organizacional:

Os revolucionários russos, os operários e pequenos camponeses, conquistaram o poder político com a ajuda dos conselhos. Tomaram o poder só para si, não o partilharam mais com nenhum resquício da burguesia. Dividiram a Rússia em distritos, nos quais os Sovietes eram eleitos pelos operários e camponeses pobres, primeiro para as áreas locais, depois para os distritos; os Sovietes Distritais elegiam o Soviete Central para o Estado e o Comitê Executivo saído do Congresso destes Sovietes. Todos os membros dos Sovietes Municipais, distritais e Central, tal como todos os funcionários e empregados só eram eleitos a curto prazo; permaneciam sempre dependentes do seu eleitorado, a quem prestavam contas (RUHLE, 1975, p. 123).

Não é objetivo aqui desenvolver detalhadamente a discussão. Só trouxemos esta citação do texto de Ruhle para demonstrar como sua discussão não parte de mera construção ideal de uma nova sociedade perfeita. Não é este o procedimento dele, nem, aliás, de nenhum dos autores conselhistas. A partir da análise da experiência russa de tentativa de construção nacional (que não é sinônimo de nacionalista) de um movimento fundado nos conselhos operários, ele visa ampliar a concepção marxista de revolução proletária. A base sobre a qual se ergue a revolução proletária, até a vitória, não pode ser outra que não as organizações autenticamente revolucionárias do proletariado.

Analisando a revolução alemã, ele identifica o mesmo processo:

As greves “selvagens” que rebentaram por toda a parte e eram desencadeadas contra a vontade dos sindicatos, deram lugar à eleição de comitês de ação revolucionária, aos quais em breve se seguiram conselhos operários revolucionários. Finalmente, o movimento cresceu, primeiro na região do Ruhr entre os mineiros, no sentido da luta por organizações de fábrica revolucionárias. Estas organizações de fábrica, agrupadas localmente e mais tarde unidas por áreas econômicas, estendendo por todo o país a sua construção e efetivação numa organização unitária de conselhos, em breve se tornaram a ideia principal e o objetivo primário do movimento que fluiu para a União como novo veículo organizacional da vontade da luta dos trabalhadores revolucionários (RUHLE, 1975, p. 108).

Descreve, neste parágrafo, o seguinte processo: da greve selvagem (contra o sindicato), à criação do comitê de fábrica (ou organização de fábrica), à criação de conselhos operários (estruturas mais amplas, que articulam várias fábricas, além de organizações territoriais também), até as estruturas regionais e nacional. Eis a escalada da ação revolucionária. Ao ler-se, por exemplo, as análises que Pannekoek (1977) faz do desenvolvimento da luta proletária (seu livro é de 1944), portanto, tem muito mais experiências e análises acumuladas que Otto Ruhle, chega-se, da mesma forma, a conclusões bastante semelhantes.

A revolução proletária, portanto, é um ato da classe operária. Os autores conselhistas não dão atenção às demais classes desprivilegiadas (lumpemproletariado, trabalhadores dos serviços, comércio, trabalhadores domésticos em geral etc.). Estas classes não tem, como já afirmamos, nenhuma possibilidade de levar a cabo uma revolução autogestionária, pois não estão na produção, logo, não podem expropriar a classe capitalista, não podem fazer a produção material caminhar por outras bases por que elas não estão na produção. Assim, a implantação da autogestão social é um ato da classe operária.

Contudo, a quantidade numérica destas classes, a importância que tem como elementos de empregabilidade da população trabalhadora, o crescimento que teve o lumpemproletariado nas últimas décadas etc. colocam este problema para os revolucionários de hoje. Mattick (1977), também um autor conselhistas, dá uma pequena contribuição nesta direção, ao discutir a questão da “divisão do trabalho e consciência de classe”, quando afirma que para o desenvolvimento de uma consciência de classe não é necessário ser trabalhador da esfera do capital produtivo (fração do capital onde se produz mais-valor). Também, trabalhadores das esferas do capital improdutivo (esferas do capital onde se realiza o mais-valor), como comércio, serviços em geral, finanças etc. é possível que os trabalhadores destas áreas, mesmo que não produzam mais-valor, são controlados, humilhados, aviltados etc. Isto permite o desenvolvimento de uma consciência política e em alguns momentos, também de forma de organização e luta destes trabalhadores. Contudo, daí não se depreende que seja possível uma radical alteração do modo de produção capitalista por meio da luta destes trabalhadores.

Também, na contemporaneidade, os movimentos sociais movimentam a cena política em vários países. Estes, muito menos, tem qualquer possibilidade de ser o eixo em torno do qual possa se efetivar uma revolução no modo de produção. Contudo, suas lutas (sem-tetos, sem-terras, juventude, ambientalistas etc.), no curso de uma revolução proletária, certamente cumprirão um papel. Alguns movimentos irão frear, se opor, atrapalhar o desenvolvimento da organização, da luta e, portanto, da consciência proletária (tendências reformistas e conservadoras de vários movimentos sociais)¹¹. Da mesma feita, as tendências revolucionárias dos movimentos progressistas, bem como os movimentos revolucionários poderão ter papel importante no curso da luta proletária em nossos dias.

Esses últimos pontos são interessantes flancos de pesquisa. Abre-e aqui portas para o início de reflexões para a estratégia revolucionária hoje.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Esperamos, com este texto, ter apresentado uma leitura das revoluções russa e alemã. A intenção, como anunciado, não era fazer uma pesquisa historiográfica sobre estes dois eventos históricos do século XX. Por conseguinte, não tinha também o objetivo de apresentar achados históricos novos.

Intencionei muito mais compreender o processo de emergência destas duas revoluções, que com condições históricas, sociais, políticas e econômicas bem distintas, desenvolveram formas de luta proletária muito semelhantes: os conselhos operários. As condições da luta em cada um destes países é completamente distinta, contudo, o centro de gravidade da ação proletária foi exatamente o mesmo tipo de organização. Esta constatação é interessante de tomar nota, por que os conselhos operários, organizações de fábrica, uniões operárias se repetiram em várias outras experiências posteriores. Este dado é importante de ser apreendido para os militantes de hoje, sobretudo os mais jovens e os que estão entrando agora na luta. Conhecer os significados das organizações dos trabalhadores ao longo de sua história

¹¹ Para uma esclarecedora discussão sobre os tipos e tendências de movimentos sociais, confira o livro Viana (2016).

de luta é o ponto de partida fundamental para qualquer militante na contemporaneidade. Não repetirmos os mesmos erros é a tarefa de todo militante. Que cometamos outros erros, não os mesmos.

Estudar, de uma perspectiva da classe proletária, as revoluções russa e alemã, significa desvelar, tornar público, o perigo que representam para os trabalhadores, as organizações partidárias (de todas as bandeiras e cores ideológicas), os sindicatos (de todos os matizes) e o estado (com suas artimanhas parlamentares, perigo de ditaduras, mentiras democráticas etc.). O legado que nos deixaram estas revoluções é um importante laboratório a todo aquele que queira compreender melhor as derrotas do passado para edificar as lutas no futuro.

Referências

- AUTHIER, Denis. *A esquerda Alemã (1918 – 1921): Doença Infantil ou Revolução?*. Porto: Afrontamento, 1975.
- ARVON, Henri. *A revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o controle operário*. Lisboa: Afrontamento, 1975.
- GODDELIER, Maurice. *Sobre el modo de producción asiático*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1969.
- GOMBIM, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.
- GORTER, Herman. *Carta abierta ao camarada Lenin*. Madrid: Espartaco Internacional, 2004.
- HORVART, Branko. *Socialismo autogestionário: origens e evolução*. Rio de Janeiro/São Leopoldo-RS. CECA/Centro de Cultura Socialista, 1990.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição Operária – 1920/1921*. São Paulo: Global, 1980.
- LÊNIN, Wladimir Ulianov Illich. *O esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Vitória: Escriba, 1960.
- LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã (1918 – 1923)*. São Paulo: Editor UNESP, 2005.
- MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.
- MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.

PANNEKOEK, Anton. *Una vida militante: adios a Herman Gorter*. In: GORTER, Herman. Carta abierta al camarada Lênin. Madrid: Espartaco Internacional, 2004.

RUHLE, Otto. *Da revolução burguesa à revolução proletária*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

TRAGTEMBERG, Maurício. *O capitalismo no século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TROTSKY, Leon. *A revolução russa: a queda do Tzarismo*. Tomo 1. Rio de Janeiro/Guanabara: Editora Saga, 1967.

VIANA, Nildo. *A esquerda dissidente e a revolução russa (1900-1923)*. In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio e LEMOS, Antonio Henrique. *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Editoras Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais populares*. In: VIANA, Nildo (org.). *Os movimentos sociais: questões teóricas e conceituais*. Goiânia: Edições Redelp, 2016a.

VIANA, Nildo. *Notas sobre história e significados do Comunismo de Conselhos*. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015.

VOLIN. *A revolução desconhecida*. São Paulo: Global, 1980.

A ESCOLA DO TRABALHO DE MOISEY PISTRAK (1918-1929): CRÍTICA DA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA BOLCHEVIQUE

Ricardo Golovaty ¹

Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante. (...)

Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos, numa palavra, muda a sua consciência?

Karl Marx e Friedrich Engels. Manifesto Comunista, 1848.

O estudo apresenta uma crítica da concepção de escola do trabalho ou escola politécnica de Moisey Pistrak a partir da luta de classes e dos processos de burocratização na sociedade russa entre 1917-1929. Para tal empreitada, a reflexão passa por quatro momentos. Primeiro momento, discussão sobre intelectualidade e burocracia como classes sociais. Segundo momento, síntese crítica da escola politécnica de Pistrak a partir do processo de burocratização e luta de classes na revolução russa de 1917. No terceiro momento, apontamento das contradições e limites da concepção de escola politécnica de Pistrak. Último momento, abertura de debate sobre pedagogia autogestionária como superação da escola politécnica.

A tese defendida no artigo é a de que Moisey Pistrak elaborou sua concepção de escola politécnica baseando-se na ideologia (falsa consciência sistematizada) do “período de transição” de Lenin. Entendemos tal fato como problemático, seja pelo debate sobre educação e revolução, seja pela atualidade conferida a Pistrak no Brasil, recentemente, com a edição de parte de suas obras, até então inéditas por aqui, ao lado da publicação de outros pedagogos e ideólogos bolcheviques, como Viktor Shulgin (1894-1965) e Nadezhda Krupskaya (1869-1939). ²

¹ Militante do Movimento Autogestionário. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Goiânia. Contato: ricardogolovaty@gmail.com

² Referimo-nos aos seguintes livros: PISTRAK, Moisey. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. PISTRAK, Moisey. (org). *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. PISTRAK, Moisey. *Ensaio sobre a Escola Politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. SHULGIN,

Intelectuais, burocracia e luta de classes

Com essa seção temos a intenção de esclarecer alguns elementos que serão substanciais para a crítica da produção teórica sobre escola e trabalho de Moisey Pistrak, contudo, realizaremos uma abordagem sintética sobre as relações entre intelectuais, burocracia e luta de classes, dado que não constituem nossa questão central.

Entender os intelectuais como classe social, e não como uma categoria social, é um primeiro passo. A concepção de que intelectuais, no sentido de pessoas que vivem do trabalho de criar ou reproduzir ideias, valores, teorias, ideologias, constituem uma classe social específica no modo de produção capitalista tem duas vantagens. A primeira, não se cai na ideologia de que intelectuais são uma categoria social que transita ou flutua entre distintas classes sociais e, por isso, teria uma autonomia relativa que lhe permitiria viver e compreender a realidade de forma objetiva, para além da luta de classes, ou seja, uma abordagem de legitimação dos intelectuais em lastro positivista. Já a segunda vantagem é central, pois, metodologicamente, podemos inserir os intelectuais na totalidade das relações sociais, realizando uma abordagem de suas vidas concretas, no caso, de suas posições e possibilidades na luta de classes (VIANA, 2010).

Entender que existe uma classe intelectual significa que possuem uma posição específica na divisão social do trabalho do modo de produção capitalista, oriunda da radicalização que foi operada na separação entre trabalho predominantemente físico e trabalho predominantemente intelectual. Significa entender que os intelectuais, ao

Viktor. *Rumo ao politecnismo (artigos e conferências)*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. KRUPSKAYA, Nadezhda. *A construção da Pedagogia Socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. Nossa síntese crítica aos estudos publicados no Brasil, sobretudo da área de Educação/Pedagogia, sobre parte desses autores, se encontra na terceira nota de rodapé do artigo GOLOVATY, Ricardo. A pedagogia socialista de Moisey Pistrak no centenário da revolução russa: contribuição pelo olhar da história e da sociologia da educação, In: *História e Cultura*. Unesp, Franca, v.6, n.1, março 2017, p.213-240.

realizarem trabalho improdutivo, no sentido de que não produzem mais-valor, vivem do mais-valor global produzido pelo proletariado e dividido nas inúmeras instituições (estatais ou privadas) onde trabalham. Os intelectuais possuem então um modo de vida comum, interesses comuns e, sobretudo, oposição a outras classes em decorrência desses interesses (VIANA, 2016, p.52-53). No modo de produção capitalista os intelectuais são uma classe social que exerce trabalho auxiliar a uma das classes fundamentais, a burguesia (sendo o proletariado a outra classe social fundamental). Nesse sentido, há certa exatidão quando se ressalta os intelectuais como “fração dominada da classe dominante” (BOURDIEU, 2004), porém, nossa perspectiva entende os intelectuais como classe social auxiliar da burguesia. Isso não significa afirmar que os intelectuais não possuem margem de autonomia. A margem de autonomia se dá sobretudo no plano individual, a partir das determinações que vivencia, isto é, aquele que se posiciona na perspectiva revolucionária enfrentará maiores dificuldades para desenvolver os seus trabalhos, como financiamento, espaços de divulgação e, sobretudo, legitimação por seus pares de profissão.

Sendo os intelectuais uma classe e o estado a instituição cuja tarefa central consiste em criar formas de regularização das relações sociais, ou seja, formas de controle sobre a luta de classes produzindo ciência, educação, valores, que procuram descaracterizá-la, notamos a dimensão conservadora ou reformista dos intelectuais (VIANA, 2007, p.74-75). Ao viverem do mais-valor global, seja como trabalhadores ligados ao estado ou trabalhadores ligados a empresas, os intelectuais produzem as ideologias que lhes dão subsídio. Uma delas é a própria autolegitimação de si mesmos, ou seja, a necessidade de se situarem como praticantes do “bem-comum”, da “vontade-popular”, de participarem de decisões que visam “a todas” as classes. Os intelectuais precisam apresentar a aparência de que são neutros, de que suas produções jurídicas, pedagógicas, sociológicas, médicas, farmacológicas, estéticas etc., estão acima das classes e da luta de classes.

No que interessa à reflexão em questão, nos resta esclarecer que a intelectualidade como classe social está sempre próxima de outra classe auxiliar da burguesia, a classe burocrática. Como produtores de ideias, valores, concepções, a intelectualidade é administrada pela classe burocrática. Portanto, nas disputas

internas da classe intelectual há concorrência pelas funções de comando de seus próprios trabalhos. Nesse sentido, os intelectuais possuem interesse em migrarem para a classe burocrática seja para tentar controlar com mais autonomia os seus próprios trabalhos, seja para dominarem o trabalho de seus concorrentes de classe, seja como projeto pessoal, individual, ou mesmo como projeto de classe, de radicalização de seus interesses (VIANA, 2006)³.

Nessa perspectiva, entendemos que Pistrak foi um intelectual que migrou à classe burocrática ao disputar espaços e projetos no NarKomPros (Comissariado Nacional de Educação) na Rússia entre os anos 1918-1937.

Quadro e síntese da escola do trabalho ou escola politécnica de Moisey Pistrak

Moisey Mikhailovich Pistrak nasceu em 1888, sendo preso e assassinado em 1937. Não há grandes informações sobre sua trajetória política e intelectual. Formou-se em Físico-Matemática no ano de 1914 e era doutor em Ciências Pedagógicas. Outras informações já decorrem de sua atuação após 1917. Em 1918 ingressou no Comissariado Nacional de Educação, o NarKomPros, quando trabalhou na Escola-Comuna Experimental-Demonstrativa Lepechinskiy. No mesmo ano em que ingressa no Partido Comunista publica *Fundamentos da escola do trabalho*. Outros dados são de 1931, quando atua no Instituto de Pedagogia do Norte do Cáucaso e 1936, quando se torna diretor do Instituto Central de Pesquisa Científica de Pedagogia, ligado ao Instituto Superior Comunista de Educação, órgão do PCUS.

Essas informações não contribuem significativamente para o aprofundamento da vida de Pistrak, contudo, demonstram uma grande imersão no campo da educação ao longo de 1918-1937, sobretudo, pelo ingresso no partido bolchevique. Podemos então definir Pistrak como intelectual que ingressou e atuou na classe burocrática da contrarrevolução bolchevique no campo da educação.

³ Como exemplo podemos citar a tentativa, divulgada recentemente na imprensa brasileira, de criação de um partido político formado por cientistas. Claro que tal projeto nasceu no cenário de corte de financiamentos a pesquisas, ou seja, em momento de recuo do estado em direção a tal fração da classe intelectual (os cientistas), bem como na precarização de seus trabalhos.

Pistrak disputou sua concepção de educação com outros grupos e, principalmente, com Alexei Kapitonovich Gastev (1882-1939), um dos maiores entusiastas da Organização Científica do Trabalho ou taylorismo, na educação soviética⁴ Gastev foi chefe do ICT, Instituto Central do Trabalho. Sabe-se que a concepção de Gastev tornou-se vencedora entre as distintas “politécnias” que disputavam a organização da educação na Rússia. Fato que contribui, hoje, para que Pistrak seja visto como ator da contracorrente bolchevique sobre educação. Contudo, essa não é nossa perspectiva. Entendemos Pistrak como pedagogo bolchevique. O fato de seu grupo ser derrotado deve-se às necessidades que foram estabelecidas no capitalismo de estado soviético, como o incremento das forças produtivas que determinava a formação rápida de quadros técnicos especializados.

A escola do trabalho ou escola politécnica de Pistrak alinhava-se às primeiras propostas educacionais de Lenin e Krupskaya. As mudanças na proposta de escola politécnica se desenrolaram ao lado da Nova Política Econômica e Planos quinquenais. A ideia de formação de profissionais que dominassem os princípios das ciências em suas respectivas aplicações às principais técnicas da moderna produção, e soubessem gerenciar e executar a mesma, sempre esbarrou em várias determinações. Nesse sentido, a argumentação de tais autores vai aos poucos

⁴ Segunda Freitas e Lazarev (2015, p.233), Gastev foi “Membro do PCUS(b) desde 1931 e um dos ideólogos da Proletkult, Gastev era chamado de o “Taylor russo”: engenheiro, executivo de negócios, um economista, ele estudou profundamente a ciência avançada Organização Científica do Trabalho e superou Taylor no desenvolvimento de métodos para a Organização Científica do Trabalho. (...) Antes da revolução, ele trabalhou como mecânico nas fábricas da Rússia e da França (onde ele se formou na Faculdade de Ciências Sociais), em 1913-1914 nas fábricas de Petrogrado “Ayvaz” em um laboratório de pesquisa, onde começou a introduzir o taylorismo.” Segundo Bryan (1992, p.475-476, grifos do autor), Gastev vence a disputa sobre controle operário (e, conseqüentemente, educação politécnica) por representar a ala contrária à autonomia operária para a produção, ou seja, por ficar ao lado de Lenin e dos bolcheviques. A disputa se dava com o grupo liderado por Kerzhentsev: “Gastev havia sido contra o controle operário da produção ensaiado logo após a revolução, conforme seu relatório do Congresso dos Conselhos de Economia, publicado no *Izvestia*, porque considerava que [citação de Gastev] – ‘as massas operárias não estão preparadas para a fixação de certa escala de produtividade do trabalho. A enorme maioria dos operários a recusa e infelizmente considera a indústria como um sistema de assistência social. No fim das contas, a classe operária se transforma pouco a pouco em um enorme exército de consumidores e fatalmente se desmoraliza’ – [fim da citação de Gastev] Kerzhentsev e seus companheiros da *Liga do Tempo*, por outro lado, eram partidários de basear a transformação da organização do trabalho em movimento de massa organizado em células nas fábricas, criticando Gastev por *preparar os aristocratas da classe operária, sacerdotes da administração científica* e de privar a massa de trabalhadores, num estilo puramente taylorista, da iniciativa e participação organizada na racionalização.”

definindo tal projeto como algo que se destinava ao futuro, como modalidade de ensino em construção, com a prerrogativa do necessário crescimento econômico soviético. Autores leninistas o confessam com naturalidade⁵.

O quadro abaixo proporciona uma síntese da escola do trabalho ou escola politécnica de Pistrak. A coluna da esquerda representa suas categorias e propostas para a prática escolar. Na coluna direita estão aspectos da sociedade russa e da conjuntura internacional, aos quais a escola desempenharia o papel de leitura e intervenção.

Quadro de síntese da escola do trabalho ou escola politécnica de Pistrak

ESCOLA	SOCIEDADE
Período de transição	Revolução Russa
Atualidade	Imperialismo x Revoluções proletárias
Currículo pelos complexos	Realidade, totalidade e dialética marxista
Politecnia (formação integral)	Quadros técnicos e científicos
Trabalho socialmente necessário	Estado soviético/Ditadura do Proletariado
Organização científica do trabalho	Planejamento/NEP/Planos quinquenais
Auto-organização escolar	Organização política, Juventude Comunista
Escolas urbanas	Mais um dos agentes culturais da revolução
Escolas rurais	Protagonismo cultural entre os camponeses

Pistrak elabora sua pedagogia estabelecendo mediações entre sociedade, escolarização e ação política. A noção de *período de transição* remete a posicionamentos anteriores e contemporâneos ao processo revolucionário de 1917. Ela teve origem nos debates sobre os perfis da sociedade pós-revolucionária,

⁵ Segundo Oyama (2014, p.166-167), “(...) a reconstrução da economia era uma reconstrução planificada sob a tutela do estado proletário e sob inspiração do conhecimento socialista, de modo que a ‘planificação da produção tem uma importância enorme’. (...) Mas o que significa exatamente a planificação? Já o dissemos: significa a organização planificada de todos os ramos da produção material (de forma diferente da produção capitalista, que é caótica), à qual a escola deve fazer parte. Ou seja, escola e produção não estão dissociadas nesse grande plano. É por isso que educação, cultura, produção, conhecimento técnico e politécnico devem estar integrados. Portanto, este é o contexto para se entender melhor o que Lenin escreveu sobre ensino politécnico, o qual, a nosso ver, visava a múltiplas finalidades (...)”. Argumento que é apresentado com naturalidade devido ao que o leninismo entende por desenvolvimento das forças produtivas (que, no final das contas, é parte da justificativa do controle operário pelo estado bolchevique). Nesse sentido, segundo Oyama (2014, p.196), “(...) talvez a maior dificuldade encontrava-se na inexistência das condições materiais para que a proposta da educação politécnica fosse colocada em prática. Em verdade, entrou-se num círculo vicioso, pois defendia-se a educação politécnica como uma das maneiras para se superar a ruína econômica, mas sem um desenvolvimento mínimo das condições materiais, ou do desenvolvimento das forças produtivas, também não era possível implantar a educação politécnica.”

sobretudo, quanto ao “que fazer” com o estado. Como se trata de um longo e intenso problema, podemos, no que tange aos limites desse trabalho, apontar o protagonismo ou hegemonia de Lenin tocando tal discussão após o golpe de estado bolchevique de outubro de 1917, sobretudo, pela publicação da obra *O Estado e a Revolução*, em 1918. Lenin (1979) se posiciona sobre o declínio progressivo do estado burguês (ou autocrático, no caso russo) e suas instituições e funções, ao longo da revolução, no que entendeu como resultado da ditadura do proletariado, qual seja, a tomada de poder pelos trabalhadores e a reorganização de sua administração, pela necessidade da manutenção de determinadas funções estatais. O processo de abolição do estado se daria progressivamente, alcançando a sociedade futura, quando do rompimento da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista, via superação das contradições entre trabalho físico e intelectual, dirigentes e dirigidos, planejadores e executores. Essa ideologia do período de transição, que é propriamente bolchevique, em contradição com o marxismo autêntico⁶, confere à educação/escolarização a função de construção de novos homens e trabalhadores. Esse ponto, educação/escolarização como formadora de novos homens, que obviamente não é exclusiva ao bolchevismo, pelo contrário, compõe o debate marxista sobre educação, tem em Pistrak um de seus articuladores.

⁶ Sobre bolchevismo e marxismo autêntico, concordamos com Marques (2014, p.23-24): “(...) o bolchevismo é uma concepção burocrática pautada na prática e na ideologia da representação, e se fundamenta na concepção leninista e na prática do partido bolchevique na Rússia. Esta concepção não considera a tarefa histórica do proletariado como agente da transformação social, e delega esta a um grupo de burocratas que se organizam em torno do estado, aos quais cabe a tarefa de dirigir este processo. Nesta concepção nega-se a autonomia da classe trabalhadora em detrimento do dirigismo do partido e de outras organizações burocráticas, a exemplo dos sindicatos. Para o bolchevismo, a revolução só pode ser alcançada através do poder estatal. Nesse sentido, nega-se a sua destruição e defende-se a submissão do proletariado às suas ordens. Esta concepção assume, portanto, a defesa de uma sociedade dividida em classes sociais, a manutenção da relação dirigentes-dirigidos. Não há espaço nesta concepção para a emancipação humana. Esta, pelo contrário, é convertida em emancipação do partido que assume o poder do estado e não emancipação da humanidade, cujo pressuposto é a abolição do capitalismo e de seu mantenedor, o estado. O bolchevismo, portanto, do ponto de vista do proletariado, é uma concepção a ser combatida. É um entrave para o avanço da luta revolucionária, e como tal, se colocará como um empecilho para a autogestão social, uma vez que em um processo revolucionário pode querer dirigir a classe operária. E neste processo a classe operária terá que esmagá-la e destruí-la. É preciso deixar claro, portanto, que bolchevismo não é o mesmo que marxismo. São concepções radicalmente diferentes.”

Nesse sentido, devemos analisar suas proposições, pelo enfrentamento crítico do seu “como” formar esses novos homens.

A noção de *atualidade* procura a concretização dos desafios do período de transição, qual seja, o diálogo e ação, no interior da escola, com as dificuldades da sociedade russa ou soviética a partir das diretrizes do Partido bolchevique, diante do Imperialismo e da necessária revolução mundial do proletariado.⁷ A escola dialoga com o presente preparando os homens do futuro, ao entender que formando aquele que sabe e que age, que planeja e executa, contribui para a ruptura das relações de poder do estado. A superação da dominação via burocracia, alçando progressivamente todos os membros da sociedade à administração da produção, leva à sociedade sem estado ou comunismo.

Quanto ao *currículo pelos complexos*, Pistrak elabora na mediação escola-sociedade a construção dos conteúdos e das práticas de ensino pelas categorias totalidade e dialética. O currículo pelos complexos objetiva o conhecimento das determinações da realidade natural e social, via trabalho como princípio educativo. Sendo o trabalho a atividade criativa de transformação da natureza e dos homens, ele se apresenta enquanto princípio pelo qual se constrói a escola do presente e do futuro, para o domínio das ciências e da organização social, das forças produtivas e da gestão da produção.

A *politecnicia* ou ensino politécnico direciona a formação via trabalho pelo domínio das diferentes técnicas e saberes que são aplicados nos principais ramos da produção. O desafio posto pela politecnicia conduz ao domínio da ciência como força produtiva, com a formação de quadros técnicos e científicos que saibam planejar e executar. A escola politécnica não desenvolveria especializações profissionais estreitas. Não se trataria, portanto, de educação profissionalizante, via

⁷ Quanto à dimensão mundial da revolução proletária e suas dificuldades, a obra de Pistrak acompanha o processo que culmina no “socialismo num só país”, ou seja, “Fundamentos da escola do trabalho”, publicado em 1924, discute a necessidade de revolução proletária internacional, esboçando as diretrizes da NEP (Nova Política Econômica). Já “Ensaio sobre a escola politécnica”, de 1929, toma partido dos Planos quinquenais, num ambiente político e intelectual mais próximo ao “socialismo num só país”.

especialização unilinear, reprodutora da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista. Trata-se, pelo contrário, da procura pela *formação integral*.

Como já assinalado acima, a noção de politecnicidade entrou em contradição com os imperativos colocados pelas diretrizes da NEP e dos planos quinquenais. A necessidade (defendida pelo bolchevismo) de formação rápida para a ampliação de técnicos da indústria e da agricultura para acumulação de capital e modernização acelerada não lhe correspondia. Encontra-se aqui, portanto, um núcleo de tensão na proposta de Pistrak, entre sua escola politécnica e as prerrogativas do estado bolchevique. Uma consequência dessa tensão se apresenta no que entendeu por *trabalho socialmente necessário*: as atividades educacionais e políticas que mediarão e construirão a nova sociedade. O trabalho socialmente necessário remete à incorporação das atividades produtivas e políticas como locais de concretização do aprendizado científico e social. A mediação escola/sociedade realiza-se pelo trabalho concreto dos estudantes, seja na produção industrial ou agrícola, seja nas tarefas do proletariado revolucionário, via grupos de pioneiros e juventude comunista (respectivamente, grupos de crianças e jovens organizados no interior do partido bolchevique).

A presença da *Organização Científica do Trabalho* ou taylorismo, na pedagogia de Pistrak, caracteriza novamente essa tensão e a direciona para as determinações do capitalismo de estado soviético. A utilização de jovens estudantes para o trabalho produtivo remete à concretização dessa atividade como trabalho especializado e alienado, como trabalho explorado e produtor de mais-valor, em consonância com as diretrizes da Nova Política Econômica e dos Planos quinquenais.

Um dos contornos que Pistrak procurou a tal impasse se apresenta na *auto-organização escolar*, tal como ressaltados por autores como Tragtenberg (2011), Rossi (1982) e Bryan (1992). O objetivo de formar dirigentes aparece no cotidiano escolar pelo suposto protagonismo estudantil nas atividades da instituição, desde pormenores cotidianos, como as regras de convivência e disciplina, caminhando da manutenção física do espaço (exemplo de “trabalho socialmente necessário”, na acepção do autor, portanto, distinta de Marx) à construção das atividades de ensino, como aprendizado de convivência e cooperação, de protagonismo político e

obediência ao coletivo: pressupondo que esses elementos, entre outros, propiciariam a integração autônoma da pessoa à sociedade, bem como, em contrapartida, acarretaria a eliminação progressiva da instituição escolar no período de transição ou comunismo. O papel conferido aos destacamentos de pioneiros (organizações políticas das crianças) e à Juventude Comunista ganha sentido nesse contexto, bem como, novamente, expressa a adesão de Pistrak ao bolchevismo. No caso, quanto à direção revolucionária pelo partido e seus quadros (intelectuais e vanguarda) no interior do que seria a democratização (e desburocratização) da escola.

Seguindo nas mediações entre escola e sociedade, Pistrak entendia que as *escolas urbanas* compunham mais uma dentre as demais instituições destinadas à propaganda e à expansão da revolução, supondo que a vida nas cidades conferia maior abertura ao processo revolucionário, além de possuírem outras instituições dedicadas à sua expansão e propaganda, ou seja, nas cidades, as escolas seriam mais um dos agentes revolucionários. Já nas *escolas rurais*, devido ao isolamento da população e tradições dos camponeses, haveria a missão e a chance de protagonismo cultural no processo revolucionário. Pistrak supunha que o fato dos filhos de camponeses possuírem contato mais concreto com o trabalho agrícola, pois o realizavam na divisão familiar do trabalho, faria com que, ao conhecerem métodos produtivos mais modernos na escola politécnica, os levariam a suas famílias, o que desencadearia o avanço do aspecto técnico da produção e, com este, o convencimento dos benefícios e, porventura, das ações do estado soviético e Partido bolchevique. Pistrak argumentava, ainda, que essa relação orgânica com o trabalho na cultura dos camponeses poderia potencializar as escolas politécnicas do campo em relação às das cidades.

Contradições e limites da escola do trabalho ou escola politécnica de Moisey Pistrak

Esboçado o quadro de síntese da escola do trabalho ou escola politécnica de Pistrak, passemos à exploração de suas contradições e limitações, que representam

sua adesão ao leninismo.⁸ Entendemos que tais contradições demarcam as posições que a classe intelectual foi chamada a desempenhar no interior da luta de classes ao longo dos anos 1917-1930 na sociedade russa: apoio à classe burocrática, aos quadros e diretrizes do Partido bolchevique e Lenin.

Apontamos cinco contradições de Pistrak.

A adesão à tese leninista da eliminação progressiva do estado como sustentáculo da tese da eliminação progressiva da instituição escolar na sociedade em transição. A tese da eliminação progressiva do estado conduz à formação de quadros dirigentes e a suposição da inserção progressiva da classe trabalhadora às questões e decisões da sociedade. Ora, no processo da revolução russa, malgrado as determinações vivenciadas – confrontos com o exército branco, fome, economia de guerra, resistências de trabalhadores e camponeses – o centro do impasse continua. A tese da eliminação progressiva do estado permitiu o fortalecimento da classe burocrática e do capitalismo de estado⁹.

⁸ Ao afirmarmos que Pistrak é um pedagogo leninista precisamos nos orientar historicamente sobre o termo, para não cairmos em anacronismo. No caso, entendemos que o termo “leninismo” surge, pelo menos, no ano de 1924, quando da publicação de “Fundamentos do leninismo”, por Stalin. Recordamos, ainda, que ao longo dos anos 1918-1923, ocorreram críticas e resistências ao bolchevismo e, conseqüentemente, ao leninismo, realizadas por alas, dissidências ou grupos externos ao Partido bolchevique, que remetem, então, à gênese do termo. Quanto ao que entendemos por leninismo, vale o trecho a seguir, com a ressalva de que a “consciência de classe” expressa pelo leninismo é a consciência da classe burocrática em sua fração radicalizada, e não a consciência do proletariado revolucionário. O que significa que o leninismo é contrarrevolucionário: “(...) Os leninistas enfatizam o papel do partido comunista como arma de luta. O partido é formado de militantes marxistas dotados de consciência de classe e organizado centralizadamente segundo o princípio do centralismo democrático. Para os leninistas, o problema do sindicalismo constituir a base de partidos socialistas está em que sua perspectiva é muito estreita e está voltada essencialmente para a melhoria das condições econômicas da classe trabalhadora e não para a atividade revolucionária. Em vez de confiar no desenvolvimento espontâneo da consciência da classe trabalhadora, os leninistas veem no partido um catalizador, que leva a teoria revolucionária e a organização política às massas exploradas.” (BOTTOMORE et alli, 2001, p.213).

⁹ Sobre a força da tese do período de transição de Lenin na proposição de escola do trabalho ou politécnica de Pistrak, e sua correspondente ideologia da derrubada progressiva do estado (e da instituição escolar), concordamos com Freitas (2013, p.68), que entende o pedagogo russo como reproduzidor das mesmas: “Pistrak, em minha opinião, está baseado na interpretação da posição de Lenin, pela qual o estado deve extinguir-se não antes de servir para que a classe trabalhadora firme seu poder hegemônico sobre a burguesia contrarrevolucionária. Daí que suas instituições, inclusive a escola, ainda precisem continuar a existir mesmo após a revolução.” E divergimos de Georges Snyders, que entendeu a adesão de Pistrak (e outros) à tese da eliminação da escola como reação radical à escola czarista, ou seja, como consequência de não ter vivenciado a dimensão contraditória da escola burguesa, de não ter vivenciado a luta de classes no interior da instituição escolar. Snyders não atrela

A contradição entre politecnicidade como quebra da divisão do trabalho (intelectual/manual, dirigente/dirigido, gestor/produtor) e as diretrizes da NEP e dos Planos quinquenais, ou seja, o deslize e o não enfrentamento desta contradição no planejamento da nova escola soviética, diluindo a radicalidade da própria noção, procurando contorná-la, como exposto acima, com a proposta de auto-organização escolar e trabalho socialmente necessário.

A adesão ao taylorismo. A Organização Científica do Trabalho, síntese das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista na organização e no centro do currículo escolar soviético (o papel da manutenção do trabalho alienado e do mais-valor na sociedade soviética). Acrescente-se, toda a carga moralizante que tal modo de racionalização pressupõe, no caso, a obediência ao regime e ao capitalismo de estado¹⁰.

à tese da eliminação progressiva da instituição escolar à ideologia do período de transição: “Um dos motivos essenciais dos seus erros parece provir da circunstância de terem de se opor à escola czarista, sem que a Rússia passasse pela fase da democracia burguesa; é preciso imaginar a influência total sobre a escola czarista de uma religião, de uma culpabilidade religiosa e também de uma severidade, até de uma desvalorização em relação à juventude, vindas diretamente de uma sociedade em que essa religião constituía a justificação teórica. Deste modo, parece que os nossos pedagogos entendem não poder lutar contra este pessimismo senão refugiando-se num otimismo impenitente.” (SNYDERS, 2005, p.257) Neste sentido, a imagem que Snyders desenvolve desses autores, sendo Pistrak um deles, é equivocada: mesmo escrevendo sobre a possibilidade da extinção da instituição escolar, e porventura da burocracia como forma de poder nas relações sociais, no caso, no aprendizado e na prática do conhecimento, tais autores acabaram por reforçá-la, dada a centralidade do Partido bolchevique nas decisões dos rumos da revolução.

¹⁰ Nossa crítica aos estudos de Tragtenberg (2011) e Rossi (1992), bem como de Bryan (1992), quanto às formas pelas quais Pistrak procura enfrentar a contradição entre ideal politécnico de formação integral, necessidade de formação de quadros técnicos especializados e Organização Científica do Trabalho (Taylorismo) se encontra na nota de rodapé 17 de GOLOVATY (2017). Em síntese, tanto Tragtenberg quanto Rossi se debruçaram apenas no livro “Fundamentos da escola do trabalho”, e não no livro “Ensaio sobre a escola politécnica”, no qual a adesão de Pistrak à formação de quadros técnicos especializados via planos quinquenais se torna mais explícita. Bryan (1992) contribui com o debate quando salienta que Lenin preferiu a proposta de politecnicidade de Alexei Gastev à proposta de Pistrak e seu grupo. Contudo, Bryan não aprofunda a concepção de taylorismo do pedagogo russo, aludindo, como argumento, ao mesmo trecho de Pistrak citado por Tragtenberg: “Se no capitalismo a organização científica do trabalho se faz de cima para baixo, segundo um plano determinado, fria e estritamente concebido, no sentido de extrair do operário em 8 horas (e, em muitos lugares, em 10 a 12 horas) o máximo que ele pode oferecer, quando está com plena saúde, mesmo que seja preciso depois jogá-lo na rua com 40 anos, incapaz de trabalhar (...), nós, ao contrário, só poderemos realizar a organização científica do trabalho *de baixo para cima*, atraindo a atenção das massas operárias para esse tipo de organização, suscitando um certo entusiasmo em torno desses problemas, figurando essa organização científica como um meio de consolidar o que já realizamos em termos de revolução social.” (PISTRAK, 2011, p.78, grifos do autor) Segundo Bryan, Pistrak “abala os fundamentos do taylorismo”, pois “é o coletivo que planeja, executa e avalia” (BRYAN, 1992, p.492), contudo, não

A auto-organização da escola e da comunidade a partir das diretrizes do Partido bolchevique, pela centralidade conferida aos órgãos do Partido, no caso, os grupos de pioneiros e a Juventude Comunista. A auto-organização, princípio de aprendizado da autonomia e da cooperação sem amarras burocráticas e hierarquias sofre um freio com estas instâncias, tanto do papel cultural, de propaganda, quanto das formas organizacionais. Nesse aspecto, o controle operário imposto aos Comitês de Fábrica e aos Soviets pelos bolcheviques (BRINTON, 1975) se reproduz na escola.

Por fim, a ilusão do “estado operário”. A ideologia de que o capitalismo de estado seria expressão do proletariado revolucionário e da gestão proletária da sociedade. Ao trabalhar suas propostas a partir do pressuposto do “estado operário”, Pistrak apresenta-se como pedagogo bolchevique, leninista.

Tomando essas cinco contradições ou impasses, entendemos que Pistrak, enquanto intelectual, atuou de forma ambígua e/ou alinhada à dominação de classe, portanto, como fração dominada da classe dominante ou classe auxiliar à classe dominante, como membro da classe intelectual resignado como auxiliar da classe burocrática ou *intelligentsia* bolchevique.

Contanto que ocorram adesões, não ditos e equívocos em Pistrak, podemos selecionar e refletir a partir de elementos interessantes de sua pedagogia.¹¹ Diante das heranças do autor, não podemos deixar de pensar nas *relações entre escolarização e divisão social do trabalho*, bem como na *ciência como força produtiva* e na *necessidade estratégica de seu conhecimento pelo proletariado contemporâneo*.

aborda duas importantes questões. A primeira: seria possível um taylorismo sem ruptura entre planejamento e execução, ou seja, sem o seu princípio primeiro? Complementando essa questão, acreditar na possibilidade de “reformular ou revolucionar”, proletariamente, o taylorismo, não cai numa ingenuidade de entendê-lo como ciência neutra, ou seja, ciência da racionalização da produção? Sabemos, e essa é uma crítica recorrente ao taylorismo, que ele foi/é uma racionalização da produção para potencializar a produção de mais-valor, ou seja, é uma prática burguesa, não uma racionalidade ausente de dado modo de produção. Segunda questão: Pistrak esboçar essas falas em livro não significa a concretização das mesmas, mas apenas sua suposição, o que, no caso das escolas russas, não aconteceu ou aconteceu apenas de forma embrionária.

¹¹ Entre esses elementos interessantes, não exploramos, por motivo de espaço e momento de nossa pesquisa, todo o debate levantado por Pistrak, sobre as dificuldades de elaboração, sistematização e concretização do currículo escolar pelos “complexos”, ou seja, a tentativa de construção de um currículo escolar de matriz marxista. Freitas (2013) apresenta um excelente estudo sobre o assunto.

Não podemos abrir mão do objetivo de uma educação que permita a *integração entre desenvolvimento físico e desenvolvimento intelectual* para a *quebra das contradições entre trabalho predominantemente manual e trabalho predominantemente intelectual*, entre dirigentes das relações de produção e trabalho alienado. Entretanto, o horizonte contemporâneo aponta pela intensificação dessa dualidade, com os modelos que o capitalismo projeta para a educação básica, mercantilizando e desfigurando como direito social. No Brasil, a atual Reforma do Ensino Médio traz esses elementos e reproduz a histórica *tensão entre formação propedêutica e formação profissionalizante*, enfatizando a segunda aos filhos dos trabalhadores, e a primeira, aos herdeiros da burguesia.

Ao refletirmos sobre a escola no modo de produção capitalista, precisamos descortinar, para além dos seus muros, e também no interior dos mesmos, elementos que apontam para formas de consciência da totalidade social e projetos revolucionários. Nossa última seção é um esboço dessa questão.

Pedagogia autogestionária como superação da escola politécnica

Para refletirmos sobre a superação da escola politécnica de matriz bolchevique ou leninista representada por Pistrak, pela pedagogia autogestionária, precisamos clarificar as diferenças entre o cenário vivenciado pelo pedagogo russo e a situação contemporânea.

Pistrak desenvolveu suas posições em meio às disputas dos intelectuais e burocratas bolcheviques sobre os rumos da Rússia pós-revolucionária (e contrarrevolucionária). As noções de instrução politécnica ou politecnicidade e auto-organização escolar forneciam a base de uma educação voltada para a formação ampla, do desenvolvimento técnico, científico e político. Contudo, como observamos, de um lado, Pistrak limitou-se a encontrar nos grupos de pioneiros e na juventude comunista as bases de tal democratização da burocracia escolar. Por outro lado, sua proposta politécnica esbarrava nas necessidades imediatas da acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da formação em curto período de tempo de técnicos e de operários. Daí sua relação contraditória com o

taylorismo, do qual acreditava, ingenuamente, poder depurar os elementos da dominação da gestão capitalista do trabalho, concentrando-se apenas nos elementos da racionalização. Uma ideologia, portanto.

O cenário contemporâneo não se dá num processo de contrarrevolução burocrática, contudo, a burocracia é a alma da escola burguesa. Seja nas chamadas escolas públicas (na verdade, estatais), seja nas escolas privadas, técnicas ou propedêuticas, a escola é o “paraíso da burocracia”, como afirmava Maurício Tragtenberg (1982). As relações de poder são permeadas pela desigualdade. Há separação nítida entre planejamento e execução. Mesmo o corpo docente, que possui, dependendo do local de trabalho, maior ou menor possibilidade de autonomia no arranjo de seu trabalho, está constantemente amarrado às avaliações externas, conteúdos (ementas), formas de avaliação dos estudantes formatadas pela instituição, etc. Quanto ao corpo administrativo da escola, encontramos o cenário, delineado na primeira parte, da migração (e gratificação financeira, política, social) do intelectual para o burocrata, do professor ao gestor, consolidando formas de manutenção e rodízio do poder (reitorias, diretorias, chefias, coordenações) em disputas interburocráticas que expressam como diferentes grupos lutam no interior de determinada instituição.

A burocracia como classe social faz parte da luta de classes. A classe burocrática é contrarrevolucionária. Seja na sua expressão como classe auxiliar da burguesia, seja na sua expressão radicalizada, com desejo de autonomizar-se, como é o caso da ideologia bolchevique – o que explica parte da crescente produção acadêmica sobre os pedagogos russos ou soviéticos, ou seja, a radicalização que se apresenta como revolucionária, contudo, objetivando a conquista do poder do estado.

Neste cenário, quais são as posições, os enfrentamentos, que o militante autogestionário deve realizar, como trabalhador da educação? O militante autogestionário reconhece a escola como espaço da luta cultural e política. Contudo, a ideia de busca de hegemonia em instituições de educação (escolas, Institutos Federais, Universidades), sobretudo pela tão propalada tese da “contra-hegemonia” interna, típica de burocratas, em busca de cargos, não é coerente. A luta cultural e

política se dá pela crítica radical do estado, das instituições, do modo de produção capitalista e da burocracia. Nesse sentido, a militância autogestionária pode estar na escola, contudo, não é ingênua e reconhece que precisa revolucionar a totalidade de instituição escolar com vistas à totalidade da sociedade capitalista:

(...) a autogestão pedagógica nas escolas é um projeto político que deve ser acompanhado não pelo isolamento e sim por outros projetos que envolvem questões como a democratização da escola, a unificação da luta de estudantes e professores, etc. Isto tudo, obviamente, junto com um projeto global de transformação social, buscando instaurar uma sociedade autogerida, onde a autogestão pedagógica é o modo de educação específico desta sociedade.” (VIANA, 2008, p.44)

Limitar a luta cultural e política ao espaço escolar é um erro. Desconsiderar a escola como espaço de luta, outro erro. A luta de classes é uma das determinações pelas quais o estado desenvolve suas práticas de regularização social, sendo a educação uma delas, central, para o incremento da força de trabalho adaptada às formas de acumulação de capital. Mesmo se em dado momento ocorrem políticas que instituem escolas com determinado perfil progressista, como podemos observar no recente projeto dos Institutos Federais no Brasil, são extremamente limitados, expressando, no máximo, formas híbridas ou falseadas de instrução integral, como os cursos técnicos integrados ao ensino médio, que tem por base o trabalho como princípio educativo. Lutar por espaços burocráticos (de menor ou maior poder) nesses projetos, como podemos observar em nosso cotidiano de trabalho, apenas expressa o desespero dos herdeiros do bolchevismo, hoje alocados em sindicatos e partidos. Há outros caminhos.

Nesse sentido, cabe ao militante autogestionário a ação no interior do espaço de trabalho pela crítica radical e pela demonstração da possibilidade de outra forma de sociedade, sobretudo, em momentos de radicalização da luta de classes ou das lutas na instituição escolar. Portanto,

Uma pedagogia autogestionária seria aquela que tem como projeto a autogestão pedagógica (efetiva) e que busca diversas formas de encaminhar a autonomização dos alunos e bombardear a burocracia escolar, mas, além disso, não abre mão de participar da luta de classes, de propor a autogestão social, bem como a pedagógica que lhe acompanha e, assim, realizar a luta cultural necessária para a transformação social. Não se trata do professor autogestionário ser um doutrinador, mas um orientador, que visa incentivar, possibilitar, proporcionar, colaborar, no processo de ampliação da consciência correta da realidade. Logo, a pedagogia autogestionária não é omissa e nem defende a neutralidade. O

professor autogestionário não é neutro e faz parte da luta de classes, sendo que sua omissão apenas serviria para a reprodução do mundo miserável em que vivemos. (VIANA, 2008, p.45)

A pedagogia autogestionária reconhece o tenso equilíbrio entre heterodidatismo e autodidatismo. Se procura a ruptura com os meios tradicionais do poder burocrático, necessita partir da escola rumo à sociedade, construindo uma cultura de autoformação, autenticamente revolucionária. Neste sentido,

(...) o autodidatismo é um risco. No entanto, é um risco que devemos correr, pois sem ele não teremos autonomia intelectual. Claro que não se deve confundir autonomia intelectual com presunção e outros problemas, que são mais de personalidade do que de aprendizagem. O autodidatismo pode existir junto com o heterodidatismo. O heterodidatismo pode ser útil ao apresentar métodos de leitura e escrita, por exemplo. Da mesma forma, quando o heterodidatismo ocorre numa relação com alguém com formação e compromisso com a verdade, ele pode ser bastante proveitoso.

Da perspectiva da pedagogia autogestionária, o desenvolvimento da consciência ocorre na vida social espontaneamente, mas para se desenvolver enquanto saber complexo é necessário um esforço intelectual. Assim, é necessária uma práxis intelectual, que pode ser a união entre heterodidatismo e autodidatismo, sendo que em alguns casos há uma maior necessidade do primeiro e em outros do segundo. A pedagogia autogestionária incentiva a autonomia intelectual e o autodidatismo. No entanto, não considera que isso significa abandonar totalmente o heterodidatismo em certas situações. (RODRIGUEZ, 2016, P.125-126)

Quanto ao trabalho como princípio educativo e toda a tradição que faz o seu elogio, entendemos, de um lado, a coerência com a tradição marxista, dado que o trabalho é a principal mediação entre os homens, e destes com a natureza. É inegável o seu potencial para a pedagogia autogestionária. *Por outro lado, não devemos nutrir ilusões. Ainda no século XIX, revolucionários como Marx, Bakunin e outros, ao analisarem as relações entre educação e revolução, já salientavam a primazia da revolução sobre a educação, ou seja, sempre deixaram claro que as escolas são espaços contraditórios, espaços de luta, e que a escolarização é importante aos trabalhadores, contudo, a revolução não começa na escolarização.*

Referências

BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Editora Imaginário, Instituto de Estudos Libertários (IEL), Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP (Nu-Sol), 2003.

BOTTOMORE, Tom (ed). Leninismo, In: *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.213-214.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte, In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp.169-180.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

BRYAN, Newton A. Paciulli. Os bolchevistas e a organização do trabalho: o taylorismo como tecnologia, In: *Educação, trabalho e tecnologia*. Tese (doutorado em Educação). Unicamp, 1992, p.448-495.

CALDART, Roseli. Apresentação. In: PISTRAK, Moisey. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.7-14.

CARR, Edward. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREITAS, Luiz Carlos de. A luta por uma Pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, Moisey (org). *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.9-108.

_____. Apresentação. In: PISTRAK, Moisey. *Ensaio sobre a Escola Politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.7-11.

GOLOVATY, Ricardo. A pedagogia socialista de Moisey Pistrak no centenário da revolução russa: contribuição pelo olhar da história e da sociologia da educação, In: **História e Cultura**. Unesp, Franca, v.6, n.1, março 2017, p.213-240. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1981/1925> Acesso em: 18/08/2017.

MARQUES, Edmilson. O que é bolchevismo?, In: *Enfrentamento*. Goiânia, ano 9, nº16, jul./ago. 2014, p.9-25. Disponível em: <http://www.enfrentamento.net/enf16.pdf> Acesso em: 10/12/2017.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro 1, volume 1. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.425-571.

_____. ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OYAMA, Edison Riuitiro. *Lenin, Educação e Revolução*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2014.

PISTRAK, Moisey. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. (org). *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Ensaio sobre a Escola Politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RAYNALD, Jean-Marc. Mikhail Bakunin e a Educação Libertária. In: BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Editora Imaginário, Instituto de Estudos Libertários (IEL), Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP (Nu-Sol), 2003, p.35-55.

RODRIGUEZ, Leon. Autodidatismo e Educação, In: *Marxismo e Autogestão*. Ano 3, nº5, jan./jun., 2016, p.121-127. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/12rodriguez05/511> Acesso em: 18/08/2017.

ROSSI, Wagner. Pistrak. In: *Pedagogia do trabalho. Caminhos da Educação Socialista*, volume II. São Paulo: Editora Moraes, 1982, p.11-62.

SNYDERS, Georges. Terceiro tema: a morte da escola para Illich e para os pedagogos soviéticos da primeira geração, In: *Escola, classe e luta de classes*. São Paulo: Centauro, 2005, p.252-266.

TRAGTENBERG, Maurício. O paraíso da burocracia, In: *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editores Associados: Cortez, 1982, p.159-163.

_____. Pistrak: uma pedagogia socialista. In: *Teoria e ação libertárias*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.197-212.

_____. Relações de poder na escola, In: *Educação e burocracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.77-84.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. Intelectual: pertencimento de classe e autonomia individual, In: *Perspectivas e tendências da autogestão social*. Goiânia/GO: UFG, 2010, pp. 172-188.

_____. Educação, sociedade e autogestão pedagógica. In: *Urutágua*. Maringá, UEM, n.16, agosto-novembro 2008, p.37-46. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/3689/3275> Acesso em: 18/08/2017.

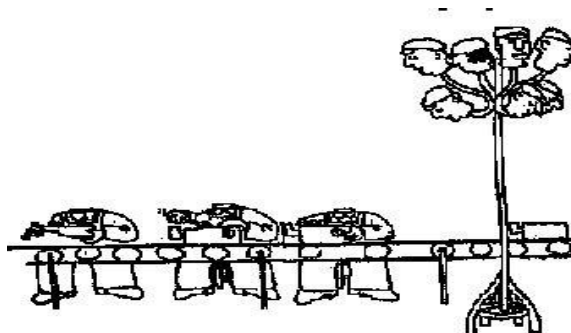
_____. *A consciência da história*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, 2ª edição revista.

_____. A intelectualidade como classe social, In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº63, agosto 2006, p.1-5. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2011/03/intelectualidade-como-classe-social.html> Acesso em: 18/08/2017.

LENINISMO E DOMINAÇÃO BUROCRÁTICA: OS ESCRITOS DE LÊNIN ACERCA DO TAYLORISMO

Aline Ferreira¹

Gabriel Teles²



“Cada cozinheiro deve aprender a administrar o Estado”.

Lênin em Estado e Revolução, 1918

“Está muito certo dizer como Lenine (no Estado e a Revolução) que cada cozinheiro deve aprender a administrar o Estado. Mas, o que acontecerá quando cada cozinheiro tiver um comissário nomeado a dirigi-lo?”

Bukharin em Kommunist (jornal) N. 1, abril de 1918

“Tinha-se proclamado em 1917 que “todos os cozinheiros deviam aprender a governar o Estado”. Em 1921 o estado era suficiente poderoso para mandar em todos os cozinheiros!”
Maurice Brinton em Os bolcheviques e o Controle Operário, 1975

A história é contada e escrita pelos vencedores, já dizia George Orwell. Na sociedade capitalista, acrescentaríamos: a história é contada pela classe dominante e suas classes auxiliares e escrita pelos seus representantes ideológicos. A experiência da Revolução Russa, uma das expressões históricas do proletariado revolucionário autodeterminado rumo à dissolução do capitalismo, não escapa desse processo. O que há de mais revolucionário é sumariamente deformado ou esquecido

¹ Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Contato: allinex3@gmail.com

² Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Contato: teles.gabriel@gmail.com

e, em seu lugar, é expresso o que há de mais contrarrevolucionário, louvando-o como se fosse uma vitória.

A contrarrevolução no contexto da experiência russa foi burocrática. A burocracia (enquanto classe social) teve papel fundamental nesse processo. Foi ela que contribuiu, de forma decisiva, para a manutenção do modo de produção capitalista, castrando e dominando o movimento operário e instaurando o capitalismo de Estado na Rússia e demais países sob sua influência. A classe burocrática, sobretudo sua fração radicalizada, bem como seus representantes ideológicos, colocava que seus interesses eram os mesmos que os interesses do proletariado; ou seja, seriam sua vanguarda, contribuiriam para a revolução dos trabalhadores.

Ledo engano. Apesar de muitos revolucionários, já antes, denunciarem esse tipo de proposta³, outros caíram no canto da sereia do conto burocrático, o que contribuiu para a consolidação do poder de um partido político no poder na Rússia de 1917: o Partido Bolchevique. Um dos principais nomes desse partido, tanto do ponto de vista intelectual (ideológico), quanto do ponto de vista da direção de ações políticas, foi o conhecido e famoso Lênin.

Sua ação política e seus escritos foram fundamentais para a consolidação de uma determinada fração da classe burocrática que buscava se autonomizar e tomar o poder do Estado. Com a tomada do poder em outubro de 1917, o Partido Bolchevique, já nos primeiros anos, foi corroendo as formas de auto-organização dos trabalhadores russos (soviets – conselhos operários), buscando controlá-los e dominá-los a partir dos moldes burocráticos. Depois do golpe de Estado bolchevique,

³ Marx, antes mesmo da própria experiência russa, cuja ideologia da vanguarda e sua proposição prática fora efetivada, já denunciava essa prática e forma de pensar: “Quanto ao que nos concerne, temos diante de nós, levando em conta todo nosso passado, um único caminho a seguir. Há quarenta anos, colocamos em primeiro plano a luta de classe como força motriz da história, em particular, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como a mais poderosa alavanca da revolução social. Portanto, é nos impossível caminhar junto com pessoas que tendam a suprimir do movimento essa luta de classes. Quando fundamos a Internacional lançamos em termos claros seu grito de guerra "a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária". Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatros cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que eles devem ser libertados pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses.” (MARX & ENGELS; 1978)

e do inicial entusiasmo (que durou poucos meses, diga-se de passagem), a desilusão começou a se desenvolver por parte de indivíduos e coletivos revolucionários e, sobretudo, pelos próprios trabalhadores, que sentiam na pele a perda de suas conquistas. Lênin foi o grande articulador político desse processo e igualmente o grande ideólogo que buscou legitimar as suas próprias práticas e de sua classe social.

Nesse sentido, buscamos neste texto dar continuidade à crítica que iniciamos em trabalho anterior⁴ (FERREIRA; TELES, 2017), focalizando a ideologia leninista e seus desdobramentos contrarrevolucionários na luta pela transformação social a partir do movimento operário. No trabalho prévio, buscamos colocar às claras o interesse burocrático em torno da ideia de “período de transição socialista” proposta por Lênin, expressando seu caráter antagônico à perspectiva e concepção marxista e suas consequências para o movimento operário. Além disso, esboçamos alguns desdobramentos dessa perspectiva leninista ao longo da história, suas tentativas de desenvolvimento ideológico e “atualização” histórica proposta por alguns intelectuais ou burocratas – tanto em nível nacional quanto internacional.

O foco no presente texto é outro, apesar de ainda estar assentado em uma crítica ao leninismo e sua base ideológica. Aqui buscamos evidenciar uma das formas de legitimação da dominação burocrática sobre o movimento operário proposta e legitimadas em alguns escritos de Lênin. O foco, então, recai sob um dos elementos dessa dominação burocrática: a organização do trabalho. Lênin, nesse sentido, coloca em seus escritos, ao longo de sua ação enquanto dirigente máximo do Partido Bolchevique, a necessidade de maior disciplina e produtividade entre os trabalhadores, a introdução do trabalho obrigatório (e posteriormente militarizado, proposta por Trotsky e acatada por Lênin) e o prolongamento do dia de trabalho, além do pagamento por peça. Uma das formas de se obter maior controle sobre a organização de trabalho e uma maior produtividade se deu através dos “métodos científicos” desta organização. Por isso Lênin resgata Taylor em seus escritos.

⁴ Cf. *Período de Transição ou Contrarrevolução Burocrática? Crítica ao Leninismo e seus desdobramentos Históricos* (FERREIRA; TELES, 2017).

Nesse sentido, o objetivo do presente texto é apresentar, criticamente, os escritos de Lênin sobre o sistema Taylor e sua implementação na Rússia, colocando como uma das formas de legitimação burocrática em torno do movimento operário.

Para tanto, realizaremos a seguinte trajetória: 1) breves apontamentos de como se deu o processo de dominação burocrática e o esvaziamento do conteúdo revolucionário dos soviets; 2) definição de taylorismo, apontando suas principais teses; 3) apresentação dos escritos de Lênin sobre o taylorismo, apontando algumas críticas; 4) considerações finais apontando para a nossa perspectiva de defesa à autogestão social.

A contrarrevolução burocrática

Os soviets (conselhos operários) surgiram na Revolução Russa de 1905 como expressão da autogestão das lutas do movimento operário. Portanto, eles não surgiram a partir de uma “invenção” proveniente da “mente” de determinado intelectual. Durante as diversas greves desencadeadas em 1905, “os grevistas escolhiam delegados que se organizavam em nome de toda uma cidade, ou ainda da indústria ou dos caminhos de ferro de toda uma província, a fim de provocar uma unidade no combate” (PANNEKOEK, 1936). Assim, havia discussões políticas contra o czarismo, defendendo os interesses dos trabalhadores. Esses delegados eram escolhidos por meio de assembleias gerais e compunham os soviets.

Eles [os soviets] tornaram-se assim o centro permanente da revolução; eram compostos pelos delegados de todas as fábricas quer elas estivessem em greve ou em funcionamento. Não podiam prever tornar-se alguma vez um poder independente, pois os respectivos membros nos sovietes eram muitas vezes mudados; por vezes era o próprio soviete que era inteiramente substituído. Sabiam por outro lado que todo o seu poder estava nas mãos dos trabalhadores; não podiam obrigá-los a entrar em greve e os seus apelos não eram seguidos se não coincidisse com os sentimentos instintivos dos operários que sabiam espontaneamente se estavam em situação de fora ou de fraqueza, se a hora era de paixão ou de prudência. Assim o sistema dos sovietes mostrou qual era a forma de organização mais apropriada para a classe operária revolucionária (PANNEKOEK, 1936).

Assim, os operários, por meio dos conselhos, participavam diretamente das discussões e decisões, sem precisar de uma vanguarda que falasse ou tomasse decisões por eles. Como explicitado no trecho acima, os delegados poderiam ser

revogados, assim como determinado soviets. Esse modo de auto-organização dos trabalhadores foi retomado em outros momentos, em diferentes países, como na Revolução Alemã (1918). Além disso, também esteve presente na Revolução Russa de 1917, antes da tomada do poder estatal pelos bolcheviques em outubro deste mesmo ano.

Ainda que o termo *soviet* fosse bastante utilizado, dando origem ao nome *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS), ou simplesmente *União Soviética*, ele, na verdade, tinha uma função apenas formal nesse país. Isso porque após a “Revolução de Outubro” (uma contrarrevolução burocrática) os *soviets* foram cada vez mais incorporados e controlados pelo estado. Ou seja, foram destruídos, existindo apenas como um nome, esvaziado de seu conteúdo revolucionário. Assim, se antes os trabalhadores possuíam autonomia para tomar suas próprias decisões, coletivamente, a partir desses acontecimentos tudo passou a ser ditado pelo Partido: “Os Sovietes tornaram-se meros órgãos de ratificação (simples distribuidores de carimbos oficiais)” (BRINTON, 1975, p. 140-141). Rago e Moreira (1984) resumem este processo:

Ao defender a ideia do reforço da disciplina dos trabalhadores e de sua submissão a uma “vontade única” no interior da fábrica, Lênin descreditava uma outra alternativa de construção do socialismo, realizada a partir das organizações de base. Por isso é fácil entender que logo após a revolução tenha sido criado o Controle Operário, órgão ao qual se deveriam subordinar os comitês de fábrica e, posteriormente, o Conselho Superior de Economia Nacional (*Vesenka*) ao qual o Controle Operário se subordinou num primeiro momento, sendo suprimido de vez logo depois. A *Vesenka* passou assim a centralizar progressivamente um imenso poder sobre toda a legislação da vida econômica na Rússia, o que resultou na eliminação dos comitês de fábrica e na pulverização dos *Soviets* (RAGO; MOREIRA, 1984, p. 87-88).

Esses acontecimentos são apresentados de forma minuciosa por Maurice Brinton (1975) em seu livro *Os Bolcheviques e o Controle Operário [1917-1921]*. Consideramos importante retomar alguns fatos apresentados por este autor, pois eles são importantes para embasarmos a crítica proposta neste artigo. O primeiro elemento a ser apontada é o modo como o Partido Bolchevique se utilizou dos sindicatos para efetivar o processo de destruição dos comitês de fábrica e, assim, dos *soviets*. Entre os dias 7 e 14 de janeiro de 1918, por exemplo, houve o Primeiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos. Nele, “com a sua esmagadora maioria

bolchevique, votou a transformação dos Comitês de Fábrica em órgãos sindicais” (BRINTON, 1975, p. 98). O argumento utilizado era o de que os sindicatos seriam mais “estáveis”, em contraposição à “anarquia” dos comitês. Isso significa dizer, na verdade, que os sindicatos eram mais controláveis. Assim, defendia-se que “Logo que os Comitês de Fábrica tenham sido ‘devorados’, os sindicatos serão os agentes intermediários através dos quais o controle operário será gradualmente convertido em controle estatal” (*ibidem*, p. 99).

Já em 1919 os Comitês de Fábrica estavam completamente esmagados. Desse modo, a expressão “Estado operário” torna-se uma contradição, já que os operários não comandavam o Estado, mas sim uma vanguarda que dizia representá-los⁵. Quem detinha o poder e comandava a URSS, desde o seu início, não eram os operários, mas sim os burocratas novos (bolcheviques), juntamente com membros do antigo regime (da época do czarismo): “Era indiscutível que os burocratas soviéticos destes primeiros anos eram, em regra, antigos membros da inteligentzia burguesa ou da classe dirigente, e trouxeram com eles muitas das tradições da antiga burocracia russa”⁶ (CARR *apud* BRINTON, 1975, p. 130).

Nesse sentido, o que vemos é um esvaziamento dos *soviets*, fazendo com que o poder de decisão dos próprios operários fosse relegado, enquanto uma vanguarda os dirigia. Houve, portanto, a concretização do poder da burocracia partidária bolchevique, que se tornou burocracia estatal e passou a governar a URSS. Por isso afirmamos que a Revolução de Outubro deve se denominar Contrarrevolução Burocrática, pois se tratou da tomada do poder do Estado pelo Partido Bolchevique.

⁵ Partimos da concepção de que é impossível existir um Estado operário. Se um operário começa a dirigir um Estado, ele deixa de ser operário para ser um burocrata. A emancipação humana só é possível a partir da criação de uma sociabilidade nova onde não haja uma relação entre dirigentes e dirigidos, ou seja, ela é possível apenas com a destruição completa do modo de produção capitalista como um todo – o que inclui o Estado. Isso significa a construção de uma sociedade sem Estado e livre de exploração – a autogestão social (comunismo). Uma das tarefas do movimento operário, portanto, não é tomar o poder e apoderar-se do aparelho estatal e sim destruí-lo.

⁶ A partir dessa citação percebemos que Carr (*apud* Brinton, 1975, p. 130) possui uma definição restrita de burocracia, já que não aponta que os bolcheviques, na verdade, também eram burocratas. Estes, primeiramente, formavam uma burocracia partidária, e, depois, também estatal, já que conseguiram tomar o poder. No entanto, é interessante perceber a partir dessa citação os interesses dos bolcheviques que, apesar de um discurso que condenava a burguesia, se apropriava de elementos dela, posto que queria tomar o seu posto.

Se antes os operários se auto-organizavam e decidiam coletivamente, os chefes de partido passaram a comandar o que deveria ou não fazer, subordinando esses operários a seu mando e dirigência.

Essa relação burocrática (isto é, uma relação entre dirigentes e dirigidos) está ligada diretamente à maneira como a organização do trabalho se configurará na União Soviética, reiterando as relações capitalistas de exploração e alienação, muito distantes da emancipação humana e reproduzindo, de forma exata, as relações de produção capitalista. Lênin apontará a necessidade de se implementar o taylorismo em território soviético, argumentando que isso não entraria em contradição com aquilo que ele chama de socialismo (que é, na verdade, um capitalismo estatal), já que se utilizado por um Estado “operário” esta organização do trabalho traria “benefícios”.

Assim, há um contexto de debate sobre como lidar com a organização do trabalho, perpassando tanto uma discussão ligada ao taylorismo quanto à militarização do trabalho. Isso não ocorreu com a abertura de discussão com os próprios trabalhadores, mas a partir de debates entre intelectuais e burocratas, vindos de cima para baixo, que realizariam uma imposição sob as indústrias. A implementação ocorreu também, da mesma maneira impositiva, a partir dos comandos dos sindicatos influenciados pelo Partido, excluindo possibilidades de manifestações contrárias.

Os sindicatos deviam “enviar todos os esforços para aumentar a produtividade do trabalho e criar de facto, nas fábricas e oficinas, as raízes indispensáveis à disciplina no trabalho”. Cada sindicato devia estabelecer uma comissão para “fixar as normas de produtividade para cada ofício e categoria de operários”. Estabeleceu-se o trabalho à peça “para aumentar a produtividade do trabalho”. Dizia-se que “os prêmios para aumentar a produtividade acima das normas estabelecidas podiam, dentro de certos limites, ser uma medida útil para o conseguir sem fatigar o operário”. Finalmente se “grupos independentes de operários” recusassem submeter-se à disciplina sindical, podiam, em último caso, ser expulsos dos sindicatos “com todas as consequências que isso acarreta” (BRINTON, 1975, p. 109).

É importante ressaltarmos essa ligação entre partido, sindicato e necessidade de controle do trabalho, pois isso nos ajudará a compreender melhor os textos de Lênin sobre taylorismo e sua aparente mudança de percepção. Mas antes de entrarmos em seus escritos sobre o taylorismo, é necessário explicitarmos o que

compreendemos por essa organização do trabalho e quais são os seus desdobramentos históricos. É o que efetivaremos no tópico a seguir.

Constituição histórica do taylorismo

O taylorismo é apresentado como uma organização científica do trabalho criada pelo norte-americano Frederick Taylor no final do século XIX e início do século XX. Este seria caracterizado por ser um “Método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho ‘economizando tempo’, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo” (RAGO; MOREIRA, 1984, p. 10)⁷.

Taylor trabalhou como operário, capataz e se tornou engenheiro. Ele sistematizou suas principais ideias no livro *Princípios da administração científica*, publicado em 1911. Tais ideias, que vieram da sistematização de práticas já existentes, influenciaram a burguesia norte-americana e europeia a implantar em suas indústrias.

Por focalizar no controle do tempo da produção, ele tentou atender às demandas capitalistas de extração de mais-valor.

A diminuição da jornada de trabalho significa uma queda na extração de mais-valor absoluto. A isto se respondeu com a busca de aumento da extração do mais-valor relativo. A obra de Friedrich Taylor representa a tentativa de realizar um aumento de produtividade, ou seja, de extração de mais-valor, através da organização do trabalho. A chamada “organização científica do trabalho”, ou simplesmente taylorismo, é o primeiro passo para se conseguir combater a tendência de queda da taxa de lucro médio. Tal tentativa de combater a tendência declinante da taxa de lucro acontecia espontaneamente, e foi com a obra de Taylor que surgiu uma concepção consciente e racionalizada de como fazer isto (VIANA, 2009, p. 65).

Isso revela a aproximação do engenheiro norte-americano com os interesses da classe burguesa, perpetuando o modo de produção capitalista, o que ficará evidente em seus escritos. Assim, o que vemos em *Princípios da administração*

⁷ Taylor também preconizava que o seu modo de organização se alastrasse pela sociedade, isto é, expandido-se para além dos muros das fábricas: “Esperamos, contudo, ter deixado claro que os mesmos princípios, com resultados iguais, podem ser aplicados em qualquer atividade social” (TAYLOR, 1995, p. 23). O interessante é notar que isso se concretizou de fato na sociedade capitalista. Assim, é que surge a ideia de “perda de tempo” ou da necessidade de se constituir um tempo específico para o lazer, dentre outras coisas. Nas palavras de Rago e Moreira (1984, p. 11) “há muito tempo guardamos um relógio moral que nos pressiona contra o ócio”.

científica são apontamentos sobre como o capitalista deve agir em relação à resistência operária, que é manifestada a partir do trabalho realizado, propositalmente, de forma lenta (“fazer cera”). O engenheiro norte-americano deixa claro que um dos principais males que impedem a maior produtividade industrial está relacionado a esses tipos de resistências. Na verdade, ele não enxerga essas atitudes como resistência, mas sim como *vadiagem do trabalho* – termo utilizado por ele. Assim, para resolver o “problema” da “vadiagem” é necessário criar e se utilizar de uma organização científica do trabalho – proposta por ele próprio.

Taylor sempre enfatizou a ideia de que sua organização do trabalho beneficiaria tanto o “patrão”, quanto o “trabalhador”. Assim, ele tenta apaziguar o conflito, apagando a existência real da luta de classes e, ainda, coloca a ciência e técnica como neutras.

A adoção generalizada da administração científica poderá, no futuro, prontamente dobrar a produtividade do homem médio, empregado no trabalho industrial. [...] A administração científica significará, para os patrões e operários que a adotarem – e particularmente para aqueles que a implantaram, em primeiro lugar – a eliminação de todas as causas de disputa e desentendimento entre si. A determinação duma tarefa diária de trabalho será uma questão científica, em lugar de objeto de negociações e de regateamento. O sistema de *fazer cera*⁸ cessará, porque não terá mais razão para subsistir (TAYLOR, 1995, p. 102).

Além disso, ele remete a origem dos baixos salários aos operários que “fazem cera”. Como já mencionado, uma das soluções para se acabar com este tipo de ação seria aplicar o seu método científico, que defende o controle do trabalhador (no sentido de vigiá-lo e instruí-lo rigidamente) para a “otimização” da velocidade de tempo do trabalho. Por isso a cronometragem é um elemento essencial do taylorismo.

Assim, Taylor propõe que haja uma divisão clara entre *concepção* e *execução*. Isso significa que se deve separar o trabalho intelectual do manual de forma ainda mais intensa do que já existe, concebendo-a em um sentido mais benéfico possível (do ponto de vista da produtividade) e, assim, naturalizando-a. Taylor presume que um operário não consegue compreender a ciência proposta por ele, havendo a necessidade de haver pessoas específicas que planejem e controlem aquilo que deve

⁸ Trabalhar lentamente ou destruir máquinas de maneira proposital.

ser feito. Tal separação entre dirigentes e dirigidos é a expressão de relações de classe e, no caso do modo de produção capitalista, de relações burocráticas. Aquele que dirige é o burocrata, tendo o controle de quem é dirigido, contribuindo para a sua alienação. Desse modo, percebemos uma aproximação entre taylorismo e a ideologia da vanguarda de Lênin, no sentido de que elas possuem semelhanças entre si.

Estabeleço como princípio geral [...] que, em quase todas as artes mecânicas, a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada que o operário, ainda mais competente, é incapaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por *capacidade mental insuficiente*. A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessária melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador do que a atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração (TAYLOR, 1995, p. 34, grifos nossos).

É assim que se cria a necessidade direção que, nesse caso, é representado pelo gerente que realiza um planejamento isoladamente, enquanto os operários têm a função apenas de executá-lo. Desse modo, “A direção deve fornecer professores para instruírem o novo trabalhador nos melhores e mais simples movimentos, e os operários lentos devem ser constantemente cronometrados e auxiliados, até atingirem a velocidade conveniente” (TAYLOR, 1995, p. 66). Se a grande preocupação é a questão do tempo de trabalho, então o que está em jogo é o processo de valorização e a extração do mais-valor.

Este processo de valorização se caracteriza por ser conflituoso, ou seja, há uma luta entre a classe capitalista, por um lado, e o proletariado, por outro. A luta se dá fundamentalmente em torno do tempo do trabalho. Isto se justifica pelo fato de que, tal como Marx havia colocado, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Daí a classe capitalista querer exercer um controle minucioso sobre o tempo de trabalho. Isto se revela não só na questão da jornada de trabalho, mas também na luta para diminuir o “tempo morto” levada a cabo pela classe capitalista e sistematizada como pensamento através da obra de F. W. Taylor (VIANA, 2009, p. 46-47).

Desse modo, a concepção taylorista é intrínseca aos interesses da classe burguesa para a perpetuação do modo de produção capitalista, a partir da continuidade da extração do mais-valor. Sendo que este aspecto se concretizaria a partir da mediação burocrática, que têm como objetivo controlar os trabalhadores, impedindo a tomada de consciência do trabalho alienado e, portanto, formando uma barreira para que haja uma revolução social. Por isso, não por acaso, existiram

diversas greves em reação à implantação do taylorismo. A principal rejeição se dava à implantação do *cronometrista*. E em algumas destas greves os operários deixavam explícita a percepção de como aquilo os prendiam (devido ao controle exacerbado) e os alienavam ainda mais.

Segundo o discurso operário [do periódico francês *La Bataille Syndicaliste*], o objetivo do patronato ao introduzir a cronometragem e o taylorismo era o de elevar a produção, privando o operário de toda a iniciativa e criatividade em sua atividade. Chegava mesmo a afirmar que para os patrões convinha abaixar o nível mental dos trabalhadores, destituindo-os de todo e qualquer ideal político. Explicando que o taylorismo desqualificaria o trabalho operário, o que resultaria na fácil substituição dos operários qualificados, sobretudo os mais velhos, o jornal exortava os trabalhadores a unirem-se na luta contra o “famoso método Taylor” (RAGO; MOREIRA, 1984, p. 53).

Nesse sentido, é impossível pensar no taylorismo de forma “neutra”, desvincilhada de suas origens e autor que possuía interesses específicos.

Com essa introdução acerca do taylorismo, podemos avançar para o entendimento deste sistema por Lênin.

Apontamentos críticos aos escritos de Lênin sobre o taylorismo

Lênin não escreveu muito sobre o taylorismo, seus textos sobre o assunto são poucos e não extensos, apesar da grande importância que ele dá para essa questão. Utilizaremos como base os seguintes textos: *Sistema “científico” de esmagar el sudor* [Sistema “científico” para esmagar o operário], de 1913; *El taylorismo es la esclavización del hombre por la máquina* [O taylorismo é a escravização do homem pela máquina], de 1914; e, por fim, *Tarefas imediatas do poder soviético* (última versão), de 1918.

Em 1913 o líder bolchevique afirmará que o taylorismo esmaga o operário três vezes mais na mesma jornada de trabalho, fadigando ainda mais o trabalhador (LENIN, 2013a). Além disso, ele chama a atenção para a o controle do tempo (provavelmente se referindo à cronometragem) em um sentido pejorativo, aspecto que se tornará positivo no seu texto de 1918.

Se hace trabajar al obrero más fuerte y hábil; se registra valiéndose de un reloj especial – em segundos y décimos de segundo el tiempo que invierte en cada operación, en cada movimiento; se elaboran los procedimientos

de trabalho más económico y productivos; se reproduce el trabajo del mejor obrero en una cinematográfica, etc. El resultado es que en las mismas 9 ó 10 horas de la jornada laboral se le estruja al obrero três veces más trabajo, se dilapidan despiadadamente todas sus energías, se absorbe con triplicada rapidez cada gota de energía nerviosa y muscular del esclavo asalariado (LÊNIN, 2013, p. 4).

Aqui, ele não aponta nenhuma brecha para quaisquer benefícios que essa técnica de organização do trabalho, intrinsecamente capitalista, possa oferecer: “El progreso de la técnica y de la ciencia es en la sociedad capitalista el progreso en el arte de estrujar sudor” (LÊNIN, 2013a, p. 4). Tal concepção mudará principalmente em seu texto de 1918. Trata-se, como na quase totalidade das ações de Lênin, de uma manobra oportunista como veremos a seguir.

Já em *El taylorismo es la esclavización del hombre por la máquina*, de 1914, ele afirma o seguinte:

La competencia, que se agudiza sobre todo en las épocas de crisis, como la que estamos sufriendo, le obliga a inventar nuevos y nuevos medios de abaratar la producción. Pero la dominación del capital convierte todos esos medios en instrumentos de opresión, cada vez mayor, del obrero. El taylorismo es uno de esos medios (LENIN, 2013b, p. 4).

Se nos atentarmos bem à sua afirmação, podemos concluir que a sua crítica ao taylorismo não é tão diferente daquilo que ele vai defender mais a frente, em 1918, onde prevê a existência de “pontos positivos” que podem ser aplicados ao socialismo. Este trecho já revela a sua visão fragmentada da realidade: a separação entre “instrumentos” (técnico) e “capitalismo”. Assim, não entendemos que há uma ruptura brusca entre este texto e o de 1918, mas mais um aprofundamento e necessidade de estabelecer interesses burocráticos, sobretudo se considerarmos os acontecimentos históricos deste ano. Mostraremos isso agora ao falar sobre o texto *Tarefas imediatas do poder soviético*, de 1918.

As *tarefas* que o título se refere são as de organização da administração russa, pós-tomada do poder do Estado em outubro de 1917. Neste texto, Lênin aponta para a necessidade de reestabelecimento das forças produtivas, arruinadas pela guerra. Ele também argumenta que para o “socialismo” se tornar melhor que o capitalismo é necessário que haja uma produtividade maior e que este seria o momento para colocar isso em prática.

Uma das condições de concretização disso seria a “condição do ascendo econômico a *elevação da disciplina dos trabalhadores*, a habilidade no trabalho, a eficácia, a *intensidade do trabalho*, a sua melhor organização” (LENIN, 2017, p. 331, grifos nossos). E é nesse momento que ele sugere “aplicar na prática e experimentar o salário à peça, aplicar muito do que há de científico e progressista no sistema de Taylor, regular o salário com os balanços gerais da produção ou com os resultados da exploração do transporte ferroviário, por barco etc. etc.” (LENIN, 2017, p. 332). Ele ainda afirma que “o russo é um mau trabalhador” (idem), por culpa do tsarismo; e, assim, “Aprender a trabalhar – essa é a tarefa que o Poder Soviético deve colocar em toda a sua envergadura perante o povo” (idem).

Desse modo, Lênin sequer menciona a questão do trabalho alienado, oportunisticamente. A justificativa sempre recai em um relativismo que atribui a “culpa” ao “contexto histórico”. No entanto, o que há por detrás disso é a necessidade de estabelecimento do poder bolchevique que não está preocupado com a transformação social via movimento operário, mas sim em dar continuidade à exploração e a dominação – ainda que o discurso consistisse no oposto. O trabalho alienado aparece como algo central e imprescindível. A construção da União Soviética está acima de tudo.

Dando continuidade às suas argumentações nesse sentido, ele afirma o seguinte:

A última palavra do capitalismo nesse aspecto, o sistema de Taylor – tal como todos os progressos do capitalismo –, reúne em si toda a *refinada crueldade da exploração burguesa* e uma série de *riquíssimas conquistas científicas* no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registros e controle etc. (LENIN, 2017, p. 332-333, grifos nossos).

Na citação acima vemos que Lenin, de modo bastante claro, considera o taylorismo como algo que reúne elementos que podem ser pensadas separadamente: “refinada crueldade” e “riquíssimas conquistas científicas”. No entanto, ele não percebe que é impossível isolar essas duas coisas. Pela sua própria descrição do que consistem as “riquíssimas conquistas científicas” torna-se evidente que elas não podem ser dissociadas da “exploração burguesa”. Por exemplo, “a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos” são “corretos” tão somente em

relação à otimização do tempo para a produção de mercadorias. Sem considerar isso, o leitor pode ter a impressão de que aquilo seria *inerentemente* o “correto”, sem considerar os interesses burgueses por trás do desenvolvimento dos métodos tayloristas. Ou seja: é o “correto” caso se tenha como objetivo a intensificação da extração do mais-valor, mas não é o “correto” se partirmos do pressuposto do processo da destruição da alienação do trabalho e a possibilidade de emancipação humana.

Outro exemplo é a afirmação que dá continuidade a anterior: “a introdução dos *melhores* sistemas de registros e controle”. Ao afirmar isso, ele está se referindo, por exemplo, à cronometragem, que foi duramente criticada pelos operários submetidos ao taylorismo, e tem como função regular o tempo. Quem possui o interesse em regular o tempo minuciosamente é aquele que está interessado na extração do mais-valor e na maior produtividade. Portanto, ele não é o “melhor” sistema de controle para os operários, principalmente se partirmos do pressuposto de que uma sociedade emancipada deve, necessariamente, se livrar do trabalho alienado.

Dando continuidade à sua argumentação, que parte de uma perspectiva fragmentada da realidade, Lenin deixa clara a ideia de que seria possível tomar alguns elementos do taylorismo que agiriam, supostamente, “a favor” dos trabalhadores, desde que houvesse adaptações. Tal aspecto é confirmado no seguinte trecho:

A República Soviética deve adotar a todo o custo as conquistas mais valiosas da ciência e da técnica neste domínio. A possibilidade de realizar o socialismo é determinada precisa pelos nossos êxitos na combinação do Poder Soviético e da organização soviética da administração com os últimos progressos do capitalismo. Tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino do sistema de Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemáticas (LENIN, 2017, p. 332-333).

Lenin enfatiza a preocupação com a administração (“política e econômica”), mas apontando que a administração econômica e a sua emulação são coisas mais difíceis de ser concretizadas. Por isso ele aponta para a necessidade de se criar dirigentes que saibam guiar o trabalho do “povo”.

Nós continuaremos no nosso caminho, tentando pôr à prova e identificar, com o maior cuidado e circunspeção possíveis, os verdadeiros organizadores, os homens de bom senso e com sagacidade prática, os homens que reúnam a fidelidade ao socialismo com a capacidade de

organizar sem barulho (e apesar da barafunda e do barulho) o trabalho comum, firme e concertado de grande quantidade de pessoas no âmbito da organização soviética. Só essas pessoas, depois de provadas dez vezes e elevando-as das tarefas mais simples às mais difíceis, devemos promover os postos responsáveis de dirigentes do trabalho do povo, de *dirigentes da administração*. Ainda não aprendemos a fazê-lo. Mas aprenderemos (LENIN, 2017, p. 337, grifos nossos).

Assim, a ideia é fazer não com que os trabalhadores se (auto-)organizem, mas sim que alguém saiba dirigi-los de forma “científica” e racional. Essa é a expressão da constituição de relações burocráticas, de divisão entre o trabalho intelectual e o manual (exatamente como Taylor concebia sua organização do trabalho). Nesse sentido, a figura do líder que dirige a população é enfatizada em outros momentos deste texto, não apenas em relação à direção política, mas também à das indústrias:

Quanto à segunda questão, do significado precisamente do poder ditatorial unipessoal do ponto de vista das tarefas específicas do momento presente, devemos dizer eu toda a grande indústria mecanizada – isto é, precisamente a fonte e a base material, produtiva, do socialismo – exige uma *unidade de vontade* absoluta e rigorosíssima que dirija o trabalho comum de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas. Tanto tecnicamente como economicamente e historicamente essa necessidade é evidente e quantos pensaram no socialismo sempre a reconheceram como sua condição. Mas como pode ser assegurada a mais rigorosa unidade de vontade? Por meio da subordinação da vontade de milhares à vontade de um só (LENIN, 2017, p. 345, grifos do autor).

Lênin não aponta apenas a necessidade de se estabelecer uma autoridade dirigente para guiar os trabalhadores, subtendo-os a vontade de um só indivíduo, mas também à disciplina do trabalho.

É preciso consolidar que nós próprios conquistamos, o que nós próprios decretamos, legalizamos, discutimos, projetamos, consolidar em formas estáveis de uma *disciplina do trabalho diária*. Esta é a tarefa mais difícil, mas também a mais grata, pois só a sua resolução nos dará a ordem socialista. É preciso aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras, tempestuoso, que corre como a cheia primaveril, que transpõe todas as margens, com a disciplina *férrea* durante o trabalho, com a *obediência sem reservas* à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético, durante o trabalho (LENIN, 2017, p. 348-349, grifos do autor).

Desse modo, não é surpreendente a simpatia do líder russo em relação a Taylor, já que um dos principais fatores que fez com que o engenheiro norte-americano começasse a constituir sua ideologia foi a necessidade de acabar com o que ele denomina de “vadiagem do trabalho”. Por isso Taylor também enfatiza a disciplina e o controle dos dirigentes da indústria sob ela, onde os operários deveriam

se subordinar totalmente aos ditames de como trabalhar. As atitudes dos trabalhadores deveriam ser sempre vigiadas e fiscalizadas.

Outro elemento que é citado por Lênin e que também está em consonância com Taylor é a justificativa de que essas atitudes levariam à “ordem social”. Mas, no fim, todas essas concepções comuns às duas figuras têm como origem a valorização e constituição de relações burocráticas caracterizadas pela separação entre dirigidos e dirigentes; entre trabalho intelectual e trabalho manual. A reprodução, enfim, das relações de produção capitalistas e o aumento da produtividade a partir destes moldes.

Mas, além disso, o líder russo argumentava que com a introdução do taylorismo, seria possível que os operários trabalhassem menos e assim conseguiriam participar da “vida política” (na verdade, das decisões do falso “Estado Operário”). O que é uma piada de mau gosto, levando em consideração todos os elementos já apontados neste texto. Quem participava dessa “política” era a cúpula partidária (comitê central), e não os trabalhadores, sendo que essa ideia era intrínseca ao bolchevismo pela sua própria ideologia da vanguarda.

Em última instância, o elemento mais importante colocado pelo argumento de Lênin versa sobre o pretenso e aparente caráter neutro da técnica e ciência. No caso do taylorismo, para ele, seria possível separar a “refinada crueldade” da “riquíssimas conquistas científicas” deste sistema de organização do trabalho. A pretensa neutralidade das “conquistas científicas” que Lênin tanto se apoia não existe. Aqui, trata-se da questão entre técnica e ciência, enquanto saberes que, independente da sociedade a qual se encontram, possuem autonomia do social. Ou seja, a pretensa neutralidade faz com que determinada técnica possa ser utilizado para outros fins que não seja aquele para o qual ele foi criado.

Não cabe aqui resgatar todo o acúmulo sobre a discussão acerca da neutralidade científica; já é claro que essa pretensão é impossível e serve a determinados interesses de classe. Mas a crítica a neutralidade técnica é um passo ainda nebuloso para alguns. Nesse sentido, Herbert Marcuse nos fornece alguns elementos importantes sobre essa questão. Em seu livro *A Ideologia da Sociedade*

Industrial: O Homem Unidimensional, o autor coloca que é impossível retirar o caráter histórico e social de qualquer produção técnica humana. Isto significa dizer que a técnica (e um de seus produtos: a tecnologia) materializam interesses e perspectiva de classe, etc.

A noção tradicional de “neutralidade” da tecnologia não mais pode ser sustentada. A tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas. [...] O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tomada racionalidade política (MARCUSE, 1982, p. 19-20).

A concepção de qualquer técnica ou tecnologia está, diretamente, moldada pelas relações instituídas na sociedade. E se vivemos em uma sociedade de classe, é impossível que a produção do produto técnico não esteja moldada por essas mesmas relações e suas finalidades:

[...] em cada escolha técnica está presente um olhar específico do (a) engenheiro(a) sobre a interação de seu “modelo”, seja com o mercado, com o Estado, com a sociedade, com o capital, com o trabalho, ou na relação entre eles. Seria lícito inferir que em cada projeto elaborado por um(a) engenheiro(a), estaria implícita – ou explícita – uma ideologia, expressa num modelo técnico, numa concepção de tecnologia ou numa política de gestão de pessoas e de relações de trabalho, baseadas em relações de poder restabelecidas de uma suposta neutralidade técnica de estudos sobre os processos de produção e do trabalho (RUTKOWSKI; LIANZA, 2004, p.16).

Nesse sentido, não é possível desvincular a “refinada crueldade” das “riquíssimas conquistas científicas”, pois esta última só existe para fundamentar e contribuir com a primeira. Ou seja, é impossível desvincular meio e fins. O taylorismo, por tudo o que já foi dito, foi uma forma, sistemática de aumentar a produtividade e, portanto, de maior extração de mais-valor dos trabalhadores. É, logo, uma técnica de organização de trabalho essencialmente capitalista, feita para a exploração e dominação.

Um dos artifícios discursivos utilizados por Lênin para fazer essa inversão é a sua “argumentação” que o sistema Taylor seria utilizado e controlado pelos próprios trabalhadores. Isso entra em contradição⁹ com suas próprias formulações e ações

⁹ Uma constância no pensamento de Lênin, que servia para justificar seus interesses de forma pragmática e oportunista.

anteriores, onde, deliberadamente, contribuiu para o esvaziamento do poder dos *soviets* e, portanto, dos próprios trabalhadores. Na verdade, mesmo que isso fosse levada em consideração, como fazer com que o taylorismo esteja sob controle dos trabalhadores sendo que sua característica fundamental é justamente a perda de controle dos trabalhadores?

A ambição de Lênin de instaurar o taylorismo no capitalismo estatal russo é fracassado um pouco antes do lançamento da NEP (Nova Política Econômica) em 1921, após o período da guerra. No entanto, o taylorismo teve papel importante, norteador e influenciador, para o ataque que o partido bolchevique deferiu na autonomia dos trabalhadores. Citemos alguns deles.

No IV Congresso Pan-Russo dos Soviéticos¹⁰ em março de 1921, por exemplo, foi tomada as medidas imediatas para reforçar a autoridade empresarial, restabelecendo a disciplina no trabalho e do uso de incentivos materiais sob a supervisão das organizações ligadas diretamente ao partido (BRINTON, 1975).

Em abril do mesmo ano, o Conselho Central dos Sindicatos, emanado do Conselhos dos Comissários dos Povos, colocava que era objetivo dos sindicatos “envidar os esforços para aumentar a produtividade do trabalho e criar de fato, nas fábricas e oficinas, as raízes indispensáveis a disciplina [...] fixar as normas de produtividade para cada ofício e categoria de operários” (NARODNOYE KHOZYAISTVO, 1918 apud BRINTON, 1975, p. 109). Além disso, incentivava os trabalhadores com “prêmios para aumentar a produtividade acima das normas estabelecidas” e que “podiam, dentro de certos limites, ser uma medida útil para o conseguir sem fatigar o operário” (NARODNOYE KHOZYAISTVO, 1918 apud BRINTON, 1975, p. 109).

Neste mesmo mês, publica-se na *Isvestya* do Comitê Central Executivo Pan-Ruso, o artigo de Lênin já utilizado aqui, *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*.

Entre as medidas sugeridas figurava a introdução dum sistema de fichas em que se registrava a produtividade de cada operário, a introdução de regulamentos de fábrica em cada empresa, o estabelecimento de uma quota de produção por repartição com o fim de fixar a produção de cada

¹⁰ Como colocamos anteriormente, os congressos dos “*soviets*” só tinham o nome, pois a autonomia e decisão não estavam mais nas mãos dos trabalhadores, mas nos burocratas do partido e do estado.

operário e o pagamento de prêmios pelo aumento da produtividade (BRINTON, 1975, p. 113)

Em dezembro de 1919, Trotsky¹¹ apresenta ao Comitê Central do Partido as famosas “*Teses sobre a transição da guerra para a paz*”. Um dos focos deste documento é a questão da militarização do trabalho. Lênin apoia a questão da militarização proposta por Trotsky¹². De acordo com Brinton (1975, p. 125), “A Guerra Civil conduziu à transformação de toda a grande indústria numa organização logística do Exército Vermelho. Isso fez da política industrial um assunto de estratégia militar”.

A militarização do trabalho foi idealizada de maneira impositiva e autoritária no sentido de que não havia sequer uma preocupação de diálogo com os próprios trabalhadores.

“Não se pode deixar a classe trabalhadora a vagabundar através da Rússia”, anunciou Trotsky no [Nono] Congresso [do Partido, em 1920]. “Devem ser colocados aqui e ali, ordenados, comandados, exactamente como soldados”. “O trabalho obrigatório atingirá o seu zênite durante a transição do capitalismo para o socialismo”. “Os desertores do trabalho devem ser reunidos em batalhões punitivos ou postos em campos de concentração”. Advogava ainda “prêmios incentivos para os trabalhadores eficientes”, “emulação socialista” e falava da “necessidade de adoptar a essência progressiva do Taylorismo” (BRINTON, 1975, p. 152).

[Em agosto de 1920] Concederam-se a Trotsky, Comissário do Transportes, vastos poderes de emergência para experimentar as suas teorias sobre “militarização do trabalho”. Começou por colocar os maquinistas e pessoal das reparações sob a lei marcial. Quando o sindicato dos ferroviários protestou, ele demitiu pura e simplesmente os seus dirigentes e, com o apoio completo e total e a aprovação da chefia do Partido, “nomeou outros, dispostos a sujeitarem-se. Repetiu o processo noutros sindicatos e trabalhadores dos transportes” (BRINTON, 1975, p. 162, grifos do autor).

Mesmo com o fim da guerra civil russa, Trotsky colocava que a arregimentação, militarização e coerção do trabalho não eram tão somente medidas de emergência devido a contexto extremos como uma guerra. O estado soviético tinha direito, mesmo em uma situação estável, de coagir qualquer cidadão a fazer qualquer trabalho e em qualquer altura (DEUTSCHER, 2005). Esta fala de Trotsky foi

¹¹ A propósito de curiosidade, Trotsky também, ao defender a ideia de militarização na Rússia, tinha apresso pelo taylorismo. Além de “prêmios incentivos para os trabalhadores eficientes” colocava também da “necessidade de adoptar a essência progressiva do Taylorismo” (L. Trotsky, Sochineniya, vol. XV, p. 126 apud BRINTON, 1975).

¹² “Mais tarde toda uma mitologia foi construída pelos trotsquistas e outros segundo o qual “Trotsky talvez se tivesse enganado na militarização do trabalho”, mas que Lenine sempre se opôs a Trotsky nessa questão doze meses mais tarde, no fim de 1920” (BRINTON, 1975, p. 143).

feita no III Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, onde Lênin igualmente se gaba de ter apoiado a gestão de apenas um indivíduo desde o início (TRADE UNIONS IN SOVIET RUSSIA, 1920 apud BRINTON, 1975).

Todo esse processo dominador não foi aceito de forma passiva pelos trabalhadores russos e indivíduos envolvidos nesta questão. A resistência foi enorme. Levantaram-se greves, organizações anti-bolcheviques começaram a ecoar no território russo e no interior do partido começaram a surgir divergências internas. Ao contrário de como a historiografia tradicional coloca, Lênin enfrentou uma ferrenha oposição ao tentar aplicar o taylorismo na Rússia. Já naquela época, Bogdanov, militante da Proletkult, colocava que o taylorismo seria inadequado para a indústria moderna socialista, pois a “repetição constante da mesma tarefa poderia levar a um embrutecimento dos sentidos podendo ser contraproducente para as necessidades da indústria avançada” (SOCHOR apud BRYAN, 1992, p. 454). Alexandra Kollontai, representando a Oposição Operária, expressava que a produtividade do trabalho, numa sociedade que almejava a transformação social, não viria a partir de técnicas que foram bem-sucedidas numa sociedade e relações de produção capitalistas, “mas de uma nova organização do trabalho fundada na criatividade e iniciativa do trabalhador” (BRYAN, 1992, p. 475). No segundo número da revista *Kommunist*¹³, Osinsky faz uma denúncia sintomática¹⁴:

Nós somos pela construção da sociedade proletária pela criatividade de classe dos próprios operários, e não pelos chicotes dos capitães da indústria [...] Se o próprio proletariado não é capaz de criar os requisitos necessários para a organização socialista do trabalho, ninguém mais poderá fazê-lo nem ninguém poderá obrigá-lo a fazê-lo. A ameaça, se for feita contra os operários, sê-lo-á por uma fora que ou está sob a influência de outra classe social ou está nas mãos do poder soviético [...] O socialismo e a organização socialista ou serão construídos pelo próprio proletariado ou não poderão ser construídos de modo algum. Em seu lugar será construída outra coisa: o *capitalismo de Estado* (OSINSKY, 1918 apud BRINTON, 1975, p. 111, grifos nossos).

A emergência e nascimento do que ficou conhecido como comunistas de conselhos (especialmente Pannekoek, Gorter, Ruhle, etc.) apontava para a radical

¹³ Jornal dos “comunistas de esquerda”, editado por Bukharin, Radek e Osinsky e posteriormente Smirnov.

¹⁴ *Kommunist*, nº 2, abril de 1918, p. 5.

rejeição do bolchevismo e da ideia de vanguarda, partido, etc. Foram eles que expressaram, teoricamente, o movimento revolucionário do proletário. Os trabalhadores, igualmente, forjaram suas armas e reivindicaram o resgate da autogestão de suas lutas, denunciando a dominação bolchevique. A revolta dos marinheiros de Kronstadt, já em 1920, foi uma das mais dramáticas revoltas contra o estado soviético:

O aperto estatal não afrouxa quando termina a guerra em dezembro de 1920 [a guerra civil russa]. A subordinação dos soviets à vontade exclusiva do Partido, a militarização dos sindicatos já privados de independência, a supressão dos mercados e as exigências mais duras que já atingiram o campesinato provocaram um descontentamento que é partilhado tanto pelo proletariado quanto pelo campesinato. É nesta situação explosiva que os marinheiros de Kronstadt, cuja maior parte é de origem camponesa, e que são apoiados por uma importante fração da população operária de Petrogrado, lançam um apelo pelo retorno à democracia soviética. De certo modo, esse é o último ato de uma comoção revolucionária que, realizada graças à conjunção dos soviets autônomos e de um partido rigorosamente disciplinado, encaminha-se inexoravelmente para a ditadura exclusiva do Partido Comunista (ARVON, 1984, p. 15).

No final deste íterim, o taylorismo, enquanto sistema acabado, não foi totalmente efetivado na Rússia, como almejava Lênin e outros indivíduos do Estado Bolchevique. Empenho não faltou, inclusive muitos dos elementos anunciados por Taylor, para maior produtividade da cadeia produtiva, foram implementados: aprofundamento entre concepção e execução, pagamento por peças, maior controle do trabalho, etc. Em toda a história do capitalismo estatal russo, do final de 1917, até a sua dissolução, em 1991, os trabalhadores não tiveram o mínimo meio de influenciar e autogerir os acontecimentos que giravam em torno da produção, muito menos de sua vida na totalidade. A burocracia teve papel fundamental na castração das lutas e conquistas feitas pelos próprios trabalhadores. Como bem lembra Ingolf Diener:

Um Lombardo Radice, por exemplo, fala de "Socialismo Despótico"; outros falam de "Socialismo de Estado"; outros, ainda, de "Capitalismo de Estado". Na verdade, tudo depende do ponto de vista. Se considerarmos o ponto de vista do operário, que vende sua força de trabalho, como mercadoria, ao Estado já que é o Estado que gerencia a economia e as empresas - para ele, operário é o mesmo que viver sob o capitalismo (DIENER, s/d).

Mais a frente, no entanto, houve uma tentativa de desenvolvimento maior da implantação do taylorismo e uma das propagandas envolvidas relacionava-se à ideia de operário padrão. Este padrão foi criado a partir de um operário, chamado

Stakhanov que supostamente teria aumentado a produtividade de seu trabalho em um período muito curto de tempo¹⁵. As propagandas soviéticas do período stalinista se aproveitaram dessa história para impor ainda mais aos operários a ideia de produtividade do trabalho, acabando com a “vadiagem”, como diria Taylor.

Além disso, ainda no período em que Lenine era o líder soviético, havia Gastev, o burocrata responsável por desenvolver as especificidades de como se daria o taylorismo efetivamente no território soviético. O interessante é apontar que Gastev fazia parte, anteriormente, aos movimentos de vanguarda artística. Portanto, as suas ideias vão além do âmbito produtivo, no sentido de idealizar uma sociedade altamente mecanizada. A máquina era vista de maneira extremamente positiva e valorizada. E o ser humano, como uma máquina¹⁶. Enfim, o taylorismo desenvolveu diversas consequências além do interior das fábricas, influenciando também a cultura soviética e demais âmbitos desta sociedade.

À guisa de conclusão: que interesse tem Lênin sobre o taylorismo?

Há várias interpretações e respostas para a pergunta-chave que nomeia o nosso tópico. A principal delas, hegemônica, e que se apresenta como oficial do leninismo, é a avaliação acrítica e dogmática blindando Lênin dos julgamentos das suas escolhas. Trata-se da aceitação das teses de Lênin sobre a aplicação do taylorismo na Rússia, acolhendo os argumentos proposto por ele. Fala-se, inclusive, de um possível “taylorismo soviético”, “taylorismo socialista”, etc. Esta é, sem dúvidas, a maneira mais débil e acrítica de se interpretar essa questão. Passados 100 anos da experiência de tomada do poder do Estado pelo Bolchevique e da publicação de *Princípios de Administração Científica* de Frederick Taylor (além de sua aplicação e utilização nas relações de produção capitalista), já nos é possível ter uma ideia clara e cristalizada, dado ao distanciamento temporal, sobre os significados históricos e consequências ao movimento operário do taylorismo.

¹⁵ Cf. Augustin (2015); Lazagna (2002; 2017); Rago e Moreira (1984).

¹⁶ Sobre a influência do taylorismo nas artes, bem como o as ideias de Gastev, cf. Miguel (2007).

Se compreendermos o taylorismo enquanto um processo de controle da força de trabalho a partir dos moldes racionais (no sentido de racionalização) e que tem como objetivo a extração de mais-valor relativo (aumento da produtividade), então as demais formas posteriores de organização científica do trabalho¹⁷ são derivadas e são extensões e adaptações históricas do sistema de Taylor, ligadas, sobretudo, às necessidades e ao desenvolvimento da acumulação de capital. Os mais de 100 anos de experiência com essa maneira racionalizada de se pensar o controle da força de trabalho já é o suficiente para demonstrar a impossibilidade de sua utilização para benefício dos trabalhadores e, sobretudo, para sua emancipação. Logo, esta maneira de pensar, essa justificativa espúria leninista não faz sentido e é meramente uma forma de aceitar os interesses ocultos de Lênin sobre essa questão.

Uma outra forma de interpretar o significado das teses de Lênin acerca do sistema Taylor é a partir da justificção. Nesta forma de pensar há uma aceitação crítica das escolhas de Lênin, constrangido pelo contexto histórico que enfrentava a Rússia no início do século. Aqui as adversidades históricas encontradas pelo Partido Bolchevique justificam muitas das escolhas feitas pelo comitê central. A desolação e conflito da primeira guerra mundial, o contexto da fome e da miséria generalizada, o período da guerra civil que durou anos, a intervenção de exércitos estrangeiros – alemães, ingleses, norte-americanos e checos – auxiliados, por algumas regiões no interior do território russo, por generais czaristas (como Kolchak, Denikin, Wrangel), que possuíam o interesse de restabelecer o capitalismo privado (TRAGTENBERG, 2008). Para esta forma de pensar, todas essas adversidades devem ser consideradas, posto que o partido bolchevique teve tanto que enfrentar todo esse contexto, quanto “reorganizar” a “economia” russa e elaborar (de cima para baixo, diga-se de passagem) a “nova sociedade” soviética¹⁸. Portanto, para eles, é justificável. A população precisava comer, as invasões deveriam ser contidas, etc. e, para isso, medidas deveriam ser tomadas. O vislumbre do taylorismo veio sob essa esteira.

¹⁷ Fordismo, fayolismo, toyotismo, etc.

¹⁸ “Lênin e Trotski criam algo original: uma república soviética sem sovietes!” (TRAGTENBERG, 2008, p. 48).

Será? A utilização deste argumento, em nossa perspectiva é inválido nessa questão; até mesmo traiçoeiro. A linha tênue entre o que de fato foi impelido pelo contexto histórico ou estruturado a partir de uma forma, sistemática, da mentalidade burocrática e de uma forma de organização política igualmente burocrática, serve, por vezes, a interesses de ofuscamento da verdadeira questão posta. Maurice Brinton, se deparando exatamente com essa questão, responde:

Nesta altura talvez venha o propósito um comentário acerca da atitude dos revolucionários para com “as medidas drásticas” necessárias à salvação da Revolução. Através da história, as massas estiveram sempre preparadas para fazer enormes sacrifícios quando sentiam que estava em jogo qualquer coisa de fundamental. *O verdadeiro problema não é, contudo, discutir se esta ou aquela medida foi ou não “demasiado drástica”. O problema é o de saber de quem proveio a decisão.* Foi tomada por instituições controladas pela base ou foi tomada por algum organismo auto-nomeado e que se auto-perpetua divorciado das massas? Os membros do Partido opostos às medidas propostas nessa altura viram-se numa contradição insolúvel. Denunciaram a política dos chefes do Partido sem realmente entenderem até que ponto as suas concepções organizativas tinham contribuído para o que estava a acontecer à Revolução. Só alguns membros da Oposição Operária de 1921 (até certo ponto) e o Grupo de Operários de Myasnikov de 1922 (em maior grau) começaram a aperceber-se da nova realidade (BRINTON, 1975, p. 144, grifos nossos).

Temos acordo com os argumentos de Brinton. A partir do momento que os trabalhadores, autodeterminados, despossuídos de controle de suas próprias decisões, impotentes ante a dominação burocrática posta pós-tomada do Poder em Outubro de 1917, então qualquer medida feita por cima, pela cúpula burocrática (mesmo essa dizendo representar os interesses dos trabalhadores) já estará em dissonância com o vislumbre revolucionário, posto que é justamente a nova sociabilidade criada pelas organizações autogestionárias dos trabalhadores que possibilitam o desenvolvimento do embrião de uma nova sociedade.

O caráter anticapitalista e socialista da luta operária não se mostra simplesmente nas reivindicações colocadas em pauta, mas também no fato de o proletariado, no processo da luta, criar “organizações horizontais”, igualitárias – comitês de greve, comissões de fábrica, conselhos operários [soviets]. O que corrói o capitalismo é a criação dessas organizações, pois elas negam o verticalismo dos organismos existentes, seja o Estado, o partido ou o sindicato. Estes são despojados de sua finalidade de controle de mão-de-obra, através da ação direta dos trabalhadores (TRAGTENBERG, 2008, p. 14).

Rejeitamos, portanto, tanto a aceitação acrítica quanto a justificação, via “contexto histórico” posto pelos leninistas e pela historiografia tradicional sobre o

taylorismo nos escritos de Lênin e sua tentativa de efetivação integral na Rússia pós-1917.

Qual a nossa perspectiva? Só podemos entender e efetivar o processo analítico se considerarmos a dinâmica das lutas de classe posta na Rússia daquela época. Nesse sentido, é necessário perceber as ações do Partido Bolchevique enquanto ações com determinados interesses de classe. E como já colocamos no início deste trabalho, são os interesses da burocracia. Não retomaremos a discussão acerca desta classe, que já fizemos em trabalho anterior (FERREIRA; TELES, 2017), que pode ser vista em outros autores (LAPASSAGE, 1989; MAKHAISKI, 1981; RIZZI, 1983 e outros) e de formais mais desenvolvida do ponto de vista marxista (VIANA, 2015).

A resolução dos conflitos, para Lênin, só poderia se dar a partir de uma mentalidade burocrática. O taylorismo, então, caiu como uma luva para os problemas da produção capitalista, para aumentar a produtividade. A obra de Lênin significa, historicamente, a tentativa de modernizar o capitalismo de modo estatizante.

Por isso o taylorismo tem um papel importante em seus escritos e na sua prática política enquanto dirigente máximo do estado soviético. Além disso, uma das consequências do sistema Taylor é o aumento dos “gerentes científicos”, encarregados de aplicar o conhecimento técnico-científico na organização de trabalho e controlar os trabalhadores. Estes “gerentes científicos”, nada mais são que os burocratas empresariais – mas diferente do capitalismo privado norte-americano e europeu da época, a especificidade da burocracia empresarial na Rússia era que também estavam ligados, de certa maneira, a burocracia estatal e partidária ou, ainda, eram os mesmos burocratas empresariais do antigo capitalismo privado russo¹⁹. Brinton, ao comentar o texto de Lênin *As Tarefas Imediatas do Governo*

¹⁹ “Os operários não podiam construir o socialismo sem um período de aprendizagem com a inteligência burguesa. O pagamento de altos salários e de prêmios aos especialistas burgueses foi, portanto, sancionado. Era o preço que o novo Estado proletário tinha de pagar aos técnicos e cientistas burgueses pelos serviços que não podia dispensar” (BRINTON, 1975, p. 138)

Soviético²⁰ e suas resoluções propostas (e posteriormente aprovadas pelo comitê central) que busca controlar mais ainda a força de trabalho, coloca:

Teria Lenine pressentido os aspectos potencialmente nocivos destas propostas? Nunca saberemos. Uma coisa é certa, contudo, ele nunca os mencionou. De qualquer maneira, não é preciso muita imaginação para pensar que os escriturários (assentando a “produtividade de cada operário”) e os empregados (controlando a “quota de produção por repartição”) iriam tornar-se os elementos constitutivos de uma nova camada burocrática (BRINTON, 1975, p. 113).

O que Brinton chamam de “uma nova camada burocrática” é justamente a emergência dessa burocracia empresarial a qual comentamos. Trata-se de um dos interesses imediatos da burocracia enquanto classe sendo posta em funcionamento: a sua própria ampliação, a constituição de novos departamentos (ou chama-se lá o que quiser) e cargos para a efetivação de maior controle e dominação.

Em síntese, o taylorismo estava de acordo com a ação de Lênin em desenvolver o capitalismo, na forma estatal, na Rússia. Técnicas capitalistas para fins e relações de produção capitalistas.

A conclusão que retiramos do itinerário tanto histórico quanto teórico a qual expressamos aqui é claro: Lênin, a partir de seus escritos, legitimou, de forma ideológica, a contrarrevolução burocrática na Rússia. Seu papel foi fundamental e é o representante intelectual máximo da burocracia a qual ele representava. Cumprimos o objetivo do texto efetivando mais uma crítica ao leninismo, pois ele ainda perdura enquanto uma pedra no sapato do movimento operário. Lênin e o leninismo não possui nada de revolucionário; é necessário deixar claro isso tanto para os trabalhadores, quanto por militantes bem-intencionados que, lubrificados pelas deformações leninistas, buscam contribuir para a transformação social em organizações burocráticas. Não é possível criar o novo reproduzindo o velho.

²⁰ Sobre o título deste artigo do Lênin, há um fato curioso: cada tradução coloca um título de diferente. Por exemplo, a versão brasileira da Expressão Popular (2017) e da Alfa & Ômega (1980) nomeia como *As Tarefas do Poder Soviético*; a tradução portuguesa, da editora Afrontamento (1975) coloca como *As Tarefas do Governo Soviético*. As traduções, com qualquer outra produção social, não escapam das lutas de classes. Entre **poder** e **governo** há uma diferença muito grande.

Referências

- ARVON, A. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984
- AUGUSTIN, A. C. Gestão das fábricas na URSS: é possível um taylorismo socialista?. In: *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/9303344/Gest%C3%A3o_das_f%C3%A1bricas_na_URSS_%C3%A9_poss%C3%ADvel_um_taylorismo_socialista. Acesso em: 02 de out. de 2017.
- BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- BRYAN, N. A. *Trabalho, Tecnologia e Educação*. 1992. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1992, v. I e V II.
- DEUTSCHER, I. *Trotski: O Profeta Armado [1879-1921]*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, A; TELES, G. Período de Transição ou Contrarrevolução Burocrática? Crítica ao Leninismo e seus Desdobramentos Históricos. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 12, N. 21, jan./jun. 2017.
- LAPASSADE, G. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- LAZAGNA, A. *Lenin, as forças produtivas e o taylorismo*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- _____. Lenin e o “taylorismo soviético”: uma abordagem crítica. *Ponto e Vírgula*, PUC-SP, n. 21, primeiro semestre de 2017, p. 36-53. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/33632>. Acesso em: 02 de out. de 2017.
- LENIN, V. El taylorismo es la esclavización del hombre por la máquina. *Debates*, La juventud, 22 de set. de 2013b, p. 4.
- _____. As tarefas imediatas do poder soviético. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 02, 1980.
- _____. Sistema “científico” de estrujar el sudor. *Debates*, La juventud, 22 de set. de 2013a, p. 4.
- _____. Tarefas imediatas do poder soviético. In: NETTO, J. P (org). *Lenin e a Revolução de Outubro*. Textos no calor da hora (1917-1923). São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 307-353.
- MAKHAISKY, J. Ciência Socialista, A Nova Religião dos Intelectuais. In: TRAGTENBERG, M. (org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional*. 6. edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MIGUEL, J. D. O taylorismo soviético como front cultural. *Projeto História*, São Paulo, n. 34, jun. 2007, p. 109-131. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2469>. Acesso em: 02 de out. de 2017.

NOBLE, D. *La loucura de la automatización*. Barcelona: ALikornio, 2001.

PANNEKOEK, A. *Os conselhos operários (1936)*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/conselhos.htm>. Acesso em: 02 de out. de 2017.

RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. *O que é taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIZZI, B. *A Burocratização do Mundo*. 1º parte, Lisboa, Antígona, 1983.

RUTKOWSKI, J.; LIZAN, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: LASSANCE JR, A. et al. *Tecnologia Social - uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 167 a 186.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

VIANA, N. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

O desenvolvimento do conceito de ditadura do proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels

Analisar o desenvolvimento do conceito de ditadura do proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels é, acima de tudo, perceber que as mudanças pelas quais o conceito passou não são resultados de abstrações teóricas, mas sim, correspondem às respectivas mudanças pelas quais o próprio movimento operário europeu passou durante aquele momento, resultando assim em uma dialética entre teoria e prática do movimento operário.

O caminho percorrido pelos autores passou, necessariamente, pela tomada de consciência da necessidade de uma emancipação humana e não somente uma emancipação política como pregava a burguesia. Esse primeiro desenvolvimento foi realizado fundamentalmente na obra *Sobre a questão judaica* [1843], em que Karl Marx, ao realizar a crítica da luta dos judeus por sua emancipação política, fora acusado de reprodução das discriminações que eles sofriam perante um Estado cristão.

Ao problematizar a emancipação judaica, e não somente aceitá-la como uma ação a ser realizada, Marx perpassou outros problemas que estavam envolvidos diretamente com a posição defendida pelos judeus¹. O mais importante foi o papel que coube ao Estado nesse processo de emancipação política, como a defendida pelos judeus, e a emancipação humana, como defendida por Marx. Porém, Marx sabia que o máximo que era possível na sociedade burguesa era a emancipação política e que ela constituiu um passo importante na emancipação humana, não devendo ser, no entanto, enxergada como o fim último das lutas.

* Professor de História do IF Goiano – Campus Morrinhos. Militante autogestionário.

¹ Os judeus são entendidos por Marx não somente como o povo, mas sim como os detentores do capital financeiro, uma vez que, na Alemanha, a maioria dos bancos estava em suas mãos.

O fato dos judeus e Bruno Bauer defenderem o papel do Estado como o responsável pela emancipação, só demonstra que eles buscavam que o Estado permitisse que todos os cidadãos tivessem direitos iguais na sociedade. Porém, para Bauer, era necessário ir além, uma vez que, o próprio judeu deveria se emancipar da religião. Como Marx demonstrou, o papel que Bauer defendia, não era um posicionamento real, uma vez que, ele pedia que tanto os judeus quanto o Estado abrissem mão da religião, só assim conseguiriam a sua verdadeira emancipação. O Estado, como afirma Marx, poderia se separar da religião, mas ele não poderia exigir que a população viesse a deixar sua religião no âmbito privado, isso contrariaria o próprio princípio da emancipação política.

A cisão homem em *público* e *privado*, o deslocamento da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade *real* do homem (MARX, 2010, p. 42).

A abordagem de Marx para compreender o papel do Estado no processo de emancipação política passou pela crítica que se realizava da divisão entre *Estado político* e *sociedade burguesa* - como em Bauer, que enxergava os dois como antagônicos. Assim como exposto na citação acima, essa divisão do homem público e do homem privado, do Estado e da sociedade burguesa foi somente uma maneira de como se expressa, no capitalismo, a divisão entre as esferas de poder, sendo que, na realidade, esses dois elementos eram interconectados organicamente uns aos outros, não sendo possível avançar na discussão de um sem entender as implicações causadas ao outro.

É o avanço deste debate aqui, que interessa mais particularmente, principalmente a compreensão do que verdadeiramente representa a emancipação humana. Este debate levou Marx a se aprofundar nos estudos sobre o papel do sentido da emancipação durante os levantes revolucionários na França entre 1848 e 1871. Destes desdobramentos, tem-se aquilo que é o ponto chave para a discussão sobre a ditadura do proletariado. Isso se refere ao ponto de apreender que a emancipação política foi a emancipação que a sociedade burguesa conseguiu atingir, pois a sua defesa da liberdade dos seres humanos nada mais foi do que a defesa do ser humano ao direito à propriedade privada. Esse ponto foi reforçado pela ideia do

autor de que a burguesia não fez uma revolução social, mas sim uma revolução política sendo que, desta forma, a emancipação política foi o maior degrau de liberdade que a burguesia pode defender, isso porque, a revolução política “decompõe a vida burguesa e de seus componentes sem revolucionar esses mesmos componentes nem submetê-los à crítica.” (MARX, 2010, p. 53).

Este posicionamento de Marx é uma constatação de que não é possível se amparar no Estado político burguês para que possa ocorrer a emancipação humana, uma vez que para que ela ocorra é essencial que seja quebrado o direito burguês da propriedade privada. Porém, ainda não é possível visualizar, aqui, o que Marx define como sendo o “sucessor” e o responsável pela emancipação humana, algo que só ficará claro nos seus próximos textos.

Após a escrita de *Sobre a questão judaica* foi que começou a ocorrer uma evolução do pensamento dos autores em relação à percepção da propriedade privada e do proletariado enquanto elemento central de combate ao capitalismo. Mais precisamente, após a sua entrada na Liga dos Comunistas, organização que se pautava pelos princípios do comunismo como meio de organização do proletariado. Neste período, já foi possível visualizar a posição adotada por Marx e Engels de que somente o princípio do comunismo é a abolição das classes

La condición de la emancipación de la clase obrera es la abolición de todas las clases, del mismo modo que la condición de la emancipación del tercer estado, del orden burgués, fue la abolición de todos los estados y de todos los ordenes. [...] Sólo en un orden de cosas en el que ya no existan clases y antagonismo de clases, las evoluciones sociales dejarán de ser revoluciones políticas (MARX, 1979, p. 142-143).

Porém, foi no *Manifesto do Partido Comunista* que Marx e Engels articularam pela primeira vez, de forma mais acabada, o conceito de ditadura do proletariado, resolvendo, em partes, as questões deixadas sem resposta em *Sobre a questão judaica*. Pelo tipo de texto que é característico do *Manifesto*, um programa da Liga dos Comunistas, ele expôs, de maneira concisa e didática, os principais pontos de discussão que eram necessários para se posicionar perante as outras forças políticas.

Foi no *Manifesto* que se encontrou, de modo mais explícito até então, a diferenciação entre a burguesia e o proletariado e, conseqüentemente, a diferença entre os projetos de sociedade desses dois grupos. Essa diferenciação foi

demonstrada ao longo do *Manifesto*, através do processo que o operariado teve que percorrer e que deveria combater com o intuito de que o proletariado se constituísse em partido político, algo que até então não havia ocorrido.

Ao demonstrar, através da análise do processo de produção, que o proletariado era enxergado pela burguesia apenas como um instrumento responsável pela fabricação de mercadorias e que na verdade era ela que detinha o poder do Estado e o utilizava como forma de perpetuação da dominação e da exploração, sendo que ainda esta fazia de tudo para aplacar a luta de classes, demonstrando-a como uma coisa ultrapassada, pois o verdadeiro inimigo – o antigo regime – tinha sido derrotado com a ação conjunta das duas classes que naquele momento começavam a se opor. Porém, essa visão romântica da burguesia foi desarticulada de maneira contundente no *Manifesto*, cabendo a Marx e Engels desfazerem a leitura enviesada da burguesia e demonstrarem como deveria se portar o proletariado e quais os objetivos a serem alcançados. O primeiro objetivo foi demonstrar como o proletariado era, na verdade, a classe responsável por sustentar a economia capitalista, pois ele era o responsável por produzir a riqueza da sociedade e, por ser a classe subordinada, foi a única capaz de, ao se libertar, libertar também a humanidade inteira, o que implicaria na abolição de todas as classes sociais. O segundo objetivo foi concretizar a burguesia como o verdadeiro inimigo do proletariado, descartando as antigas lutas que estes realizaram em conjunto e classificando as classes do antigo regime como inimigos da burguesia. Ao recorrer a essa exposição, os autores quiseram demonstrar que a experiência até ali acumulada contra as antigas classes – em especial a nobreza – deveriam se voltar contra a burguesia e o seu modo de vida.

No entanto, ao demonstrar a diferença entre a sociedade comunista e a sociedade burguesa em relação à cultura, aos valores e à economia e de como se estruturaria a sociedade comunista após a revolução, Marx e Engels deram destaque excessivo à importância da tomada de poder do Estado. Em nenhum momento no texto, os autores citaram de fato o conceito de *ditadura do proletariado*, porém se entende que o próprio programa comunista foi expresso no livro e perpassado por esse conceito, como neste trecho:

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não é de espantar que no curso de seu desenvolvimento ela rompa da maneira mais radical com as ideias tradicionais.

Vimos acima que o primeiro passo na revolução operária é a *elevação do proletariado à classe dominante* [grifo meu], a conquista da democracia (MARX,

É somente com os eventos de 1848 na França que Marx falou pela primeira vez de uma ditadura do proletariado de fato. Isso ocorreu porque o operariado reconheceu que a sua ligação revolucionária com a burguesia se constituiu em um erro, pois, como em todas as revoluções anteriores que haviam ocorrido, com essa junção de forças, o proletariado saiu perdendo. Com essas lições, o proletariado percebeu que era necessário haver uma ruptura com essa prática, algo que já ocorreu em 1848 e expressou-se de modo mais drástico em 1871.

A revolução de 1848 foi classificada como a primeira revolução em que o operariado saiu como protagonista, mesmo que, num primeiro momento, isso não tivesse ocorrido. A mudança de posicionamento do proletariado frente aos acontecimentos – destituição da aristocracia financeira da sua estrutura de poder dentro do Estado francês (que eles acreditavam ser a verdadeira burguesia, a ponto de proclamarem o fim desta com a revolução), a proclamação da república que vinha a atender aos interesses da configuração do capital na França e o afastamento dos trabalhadores do centro de decisão do novo Estado instituído.

Para Marx, o real problema que os operários passavam naquele momento era ainda não terem maturidade o suficiente para tocarem uma revolução própria, por isso, em um primeiro momento, a sua palavra de ordem não foi a ditadura do proletariado, mas sim, república democrática, isso para o caso alemão. O autor atribuiu essa falha, em grande parte, ao pouco desenvolvimento que o operariado francês tinha naquele momento, pois para ele a falta de um operariado industrial (os mais destacados dentre os trabalhadores) foi fundamental para a não radicalização da revolução no primeiro momento de 1848.

O processo que se segue foi de uma tomada de consciência propiciada pelas condições de descaso pela fração da burguesia que ascendeu ao poder em fevereiro de 1848. A burguesia acreditava que, ao deixar o ministério do trabalho para os Louis Blanc e Albert, representantes dos trabalhadores, estes conseguiriam contornar as

reivindicações e acalmar o furor que se sentia nas classes mais baixas. Porém, a falta de estrutura para o trabalho, o desemprego, as *workhouses* francesas e a fome, que se seguiu a fevereiro, eram demais para o proletariado, uma vez que, ainda eram obrigados a assistir ao pagamento das dívidas do Estado à aristocracia financeira, a mesma a quem eles haviam decretado a morte. A partir deste momento, o proletariado foi capaz de caminhar com as suas próprias pernas e não mais se sustentar em promessas e acordos com a burguesia, pois não cabia mais a luta pela república democrática como fim, mas sim à ditadura do proletariado.

O proletariado de Paris foi *obrigado* pela burguesia à insurreição de Junho. Já nisto havia a sentença que o condenava. Nem a sua necessidade imediata e confessada o levava a querer derrubar violentamente a burguesia, nem estava à altura de tal tarefa. O *Moniteur* teve de fazer-lhe saber oficialmente que o tempo em que a república se vira obrigada a prestar homenagem às suas ilusões já tinha passado, e só a sua derrota o convenceu desta verdade: que, *no seio* da república burguesa, a mais pequena melhoria da sua situação é uma *utopia*, uma utopia que passa a ser crime logo que queira realizar-se. Em vez das reivindicações exaltadas na forma, mas mesquinhas no conteúdo e mesmo ainda burguesas, cuja satisfação ele queria forçar a república de Fevereiro a conceder, surgiu agora a audaciosa palavra de ordem revolucionária: *Derrube da burguesia! Ditadura da classe operária!* (MARX, 2008, p.93-94).

A revolução de Junho de 1848, apesar de estar ainda incompleta na sua maturidade, expressou um dos primeiros momentos do desenvolvimento histórico da classe operária com a sua radicalização e autonomização da classe. A Comuna de Paris foi a responsável por constituir o primeiro governo operário da história do mundo. A experiência que os operários demonstraram através da Comuna fez até mesmo Marx revisar alguns de seus posicionamentos em relação ao papel do Estado.

O maior feito da Comuna foi estabelecer, durante os dois meses da sua real existência, um governo de cunho popular e operário, com o desmantelamento do Estado burguês (através de instituições como exército, a instituição do registro civil em separação à Igreja entre outros) e a construção de uma estrutura política e organizacional baseada em comissões que eram responsáveis por atenderem a todos os setores da sociedade.

A Comuna era composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não um organismo parlamentar, mas um corpo activo, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente

despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. O mesmo se deu com os outros funcionários de todos os ramos da administração. Desde os membros da Comuna até ao fundo da escala, a função pública devia ser assegurada com salários de operários. Os benefícios habituais e os emolumentos de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram ao mesmo tempo que os altos dignatários. Os serviços públicos deixaram de ser propriedade privada das criaturas do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado, foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2008, 402-403).

Esta estruturação da Comuna em comissões foi a maior herança da Comuna, que foi repetida significativamente em todas as principais revoluções do século XX (Revolução Russa de 1905 e 1917, Revolução Alemã de 1919, Guerra Civil Espanhola, Revolução Húngara de 1956 e o Maio de 1968 parisiense). Ela foi responsável também por colocar em Marx a dúvida: basta realmente a tomada do poder do Estado? No prefácio de 1872 do *Manifesto*, Marx trouxe a sua visão da mudança de pensamento em relação ao conteúdo do que havia escrito, uma vez que, a Comuna, ao se estabelecer, não procurou usurpar o Estado, mas aboli-lo imediatamente, pois compreendeu que não era possível construir uma nova sociedade baseada na usurpação de um Estado de essência burguesa, pois a sua estrutura era de repressão.

A aplicação prática destes princípios — o próprio *Manifesto* o declara — dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias historicamente existentes, e por isso não se atribui de modo nenhum qualquer peso particular às medidas revolucionárias propostas no fim da secção II. Este passo teria sido hoje, em muitos aspectos, redigido de modo diferente. Face ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária, face às experiências práticas, primeiro da revolução de Fevereiro, e muito mais ainda da Comuna de Paris — na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante dois meses —, este programa está hoje, num passo ou noutro, antiquado. A Comuna, nomeadamente, forneceu a prova de que "a classe operária não pode simplesmente tomar posse da máquina de Estado [que encontra] montada e pô-la em movimento para os seus objetivos próprios"². (MARX, 2004, 26-27).

Todo esse percurso percorrido por Marx e Engels para compreender o que era a ditadura do operariado e qual o seu objetivo ao ser instalada, gerou um série de leituras desconexas e até mesmo opostas pelos marxistas posteriormente. A posição defendida era que não havia uma única interpretação correta, mas sim realidades diferentes em que algumas condições se sobrepunham às outras. A tentativa de

historicizar essas posições foi o modo encontrado de trazer as referências sobre a ditadura do proletariado, demonstrando a sua posição como uma sociedade sem classes, para o debate sobre a direção que a revolução social deveria seguir, em especial no período compreendido entre 1917 – 1920 quando vários países europeus experimentaram um levante revolucionário por parte do operariado.

A polarização em torno do conceito de ditadura do proletariado durante as revoluções russa, alemã e italiana: a síntese entre partido e conselhos operários

Depois de ser criado por Karl Marx e Friedrich Engels, o conceito de ditadura do proletariado encontrou uma série de desenvolvimentos diferentes por parte dos diversos partidos e grupos políticos marxistas que surgiram após a sua configuração inicial. Estas divergências surgiram já no final do século XIX com o nascimento da II Internacional e a perspectiva reformadora da nascente social-democracia alemã que, primeiramente, com Eduard Bernstein e posteriormente, com Karl Kautsky, começou a priorizar a perspectiva de que era possível fazer a passagem ao comunismo através da inserção no sistema capitalista, abdicando da revolução para atingir os seus objetivos.

As primeiras críticas a esta posição da social-democracia alemã partiram da própria ala mais à esquerda do partido que tinha entre seus principais nomes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Rosa Luxemburgo em *Reforma ou revolução* já expunha os traços característicos desse que seria um dos primeiros debates no seio revolucionário sobre o destino da ditadura do proletariado e o desvirtuamento que o partido social-democrata alemão começava a esboçar.

Da teoria à prática: Lênin e o papel do Estado na Ditadura do Proletariado

A Revolução Russa de 1905 expôs um novo traço que fez com que a revolução desencadeada naquele momento, mesmo com o baixo nível de industrialização presente na Rússia, tomasse uma proporção capaz de pôr em risco o Estado czarista e que a revolução proletária se tornou uma possibilidade concreta naquele momento, através dos conselhos operários.

A emergência dos conselhos operários traduziu uma forma de auto-organização proletária que era resultado de mobilizações anteriores e de formas de lutas que os operários russos já vinham travando contra o governo. Eles surgiram num momento em que ocorria o acirramento da luta de classes, no período de fevereiro de 1905, durante uma deflagração de greve, como bem demonstra Viana (2010)

o fundamento dos conselhos operários é um conjunto de organizações de base que surgem no processo da luta operária, especialmente os conselhos de fábrica, também chamados “comissões operárias” ou “comissões de fábrica”. Os conselhos de fábrica geralmente são produtos da luta operária e é um desdobramento de outras organizações operárias gestadas na luta cotidiana. Estas organizações que precedem os conselhos de fábrica, e às vezes, convivem com elas, são comitês de greve, uniões de ajuda mútua, comissões internas de prevenção de acidentes, etc. No caso da Revolução Russa de 1905, os predecessores foram principalmente os comitês de greve, as juntas de ajuda mútua e as comissões operárias (VIANA, 2010 p. 10).

No entanto, a derrota da Revolução Russa de 1905 e a violenta repressão do governo czarista contra o operariado e os soviets, fizeram com que estes se dissolvessem e só voltassem a ser recriados no próximo período revolucionário que o país conheceu em 1917.

O contexto de nascimento do período revolucionário russo de 1917 remete ao momento em que o operariado russo já se encontrava em maior número do que na Revolução de 1905 (apesar de não ser ainda a maioria da população); as mazelas da Primeira Guerra Mundial assolavam de maneira alarmante a população russa, causando fome e uma série de greves que exigiam a saída da Rússia da Guerra e a normalização do abastecimento; e o renascimento dos soviets, como instrumento de luta do movimento operário, decorrente especialmente do grave processo de crise social que atingia a Rússia durante a Primeira Guerra.

Baseado na relação entre o papel que os conselhos operários e o partido bolchevique desempenhavam na Revolução Russa de 1917, para a construção da ditadura do proletariado, que foi observado como se desenvolveu a discussão a respeito da forma como a Revolução deveria ser conduzida (pela vanguarda do partido ou pelos conselhos operários) e realizada (com a tomada ou a destruição do Estado).

Lênin era o revolucionário russo que melhor sintetizava o que deveria ser e como deveria ser conduzida a implementação da ditadura do proletariado durante a Revolução Russa, buscando nos escritos de Marx e Engels a fundamentação necessária para combater o revisionismo e também construir um modelo russo deste processo. É, principalmente nos escritos do período em que a revolução está em curso – aqui cabe destaque ao livro *O Estado e a Revolução* – que se conseguiu ver com maior clareza os desdobramentos das suas propostas.

Em *O Estado e a Revolução*, Lênin tem por objetivo compreender o papel do Estado e a sua posterior função dentro de uma sociedade comunista. Defendia a tese de que o Estado era um produto desenvolvido para mediar os conflitos de classes, sempre pendendo as suas resoluções para o lado da classe dominante. Com essas atitudes era impossível uma transformação da sociedade capitalista baseada no processo de conciliação entre a burguesia e operariado em um governo conjunto. A sua análise se constituiu enquanto uma crítica ao processo que estava ocorrendo na Rússia no momento em que Lênin escrevia o referido livro – entre a revolução de fevereiro e a de outubro – uma vez que as práticas repressivas e de esmagamento da Revolução realizadas pelos mencheviques e socialistas revolucionários, que haviam ascendido ao governo em fevereiro, eram comparáveis às que o governo czarista tinha colocado em prática.

O papel de todo governo que age dentro de um Estado capitalista é defender a ordem vigente a todo o custo não importando os meios empregados, visto que ele deve assegurar os interesses de uma minoria sobre uma maioria explorada, sendo que esta maioria é que é a responsável por realmente produzir a riqueza com que se sustentam as bases sociais desse Estado. Desta forma, para Lênin, induzir uma tentativa de transição para uma sociedade comunista que não fosse através de uma revolução violenta em que os agentes desse Estado burguês fossem destituídos e que se iniciasse um processo de “definhamento” do Estado, não levaria a lugar algum e só repetiria as formas da burguesia no poder.

Apesar da crítica de Lênin ao papel do Estado e de compreender seu caráter repressivo, mesmo na ditadura do proletariado, pois compreendia que era necessária, após a vitória do proletariado, a manutenção de um Estado que servisse

como processo de transição para as derrotas das antigas classes dominantes que ainda subsistiam contra o proletariado enquanto classe dominante, sendo, desta maneira, necessário ainda ter um Estado com caráter repressivo.

Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente (LENIN, 2007, p. 43).

Porém, o Estado que o proletariado teria em mãos se diferenciaria do antigo Estado capitalista por não buscar uma permanência, mas sim, estar em situação de “definhamento”, ou seja, em processo de extinção sobre o qual, no final, estaria implantada a sociedade comunista. A diferença principal entre estes dois tipos de Estado ocorreria sobre o modo de lidar com os principais aparelhos de dominação: a burocracia e o exército. Cabe ao Estado proletário, que era definido pelo autor como a primeira fase do comunismo, combater esses dois elementos, levando em consideração a substituição de todos os burocratas por membros eleitos e remunerados de acordo ao salário de um operário, sendo que poderiam ser substituídos do cargo a qualquer momento; e, a troca do exército formal pelo povo em armas, que seria responsável pela defesa da Revolução. Com estas medidas tomadas, o Estado “definharia” e desapareceria. Estas propostas de Lênin sobre a burocracia e o exército eram pautadas nas ações da Comuna de Paris, descritas por Marx, e responsáveis por erguer pela primeira vez o proletariado ao papel de classe dominante. Porém, esta formulação que Lênin criou, equivocadamente, a entendendo como a interpretação correta, sofreu um forte desvio quando colocada em prática, demonstrando que os embates que a transição enfrentava, na prática, eram mais complicados do que o líder previa.

Isto pode ser observado nos debates entre Lênin e a Oposição Operária sobre os rumos do processo de produção e de condução do processo revolucionário na Rússia pós-1917. Para Alexandra Kollontai³ (1980), a necessidade de ter outras classes

³ Alexandra Kollontai foi um dos principais nomes da Oposição Operária, grupo formado no interior do Partido Bolchevique e que defendia uma maior participação dos operários nas decisões do rumo do país e, sobretudo do controle dos meios de produção. Foi a primeira mulher no mundo a exercer a função de embaixadora.

em apoio ao operariado e ao campesinato, como a baixa burguesia ou intelectuais, por exemplo, era necessária para ter a vitória no decurso do processo revolucionário, mas a sua postura se diferenciou da de Lênin ao não concordar que esses grupos assumissem o papel de protagonistas no desenvolvimento do Estado operário. Kollontai (1980) apontou que ao colocar antigos gerentes de fábricas nas mesmas funções após a Revolução e não operários para comandar o processo de reformulação nas fábricas, o Partido estava perdendo a oportunidade de revolucionar o método de produção e apenas compactuava com o desenvolvimento do trabalho nos moldes do capitalismo.

A proposição de Lênin sobre o “definhamento” do Estado era, sem sombra de dúvidas, um dos principais argumentos para a defesa da necessidade de se manter um Estado proletário “formal” após a conquista do poder através da revolução. A sua argumentação se baseava no desenvolvimento das ideias de Engels de que a Revolução destruía somente o Estado burguês, e que o modelo implantado posteriormente – que Lênin chamava de “plena democracia” – só tendia a diminuir e suas intromissões, na vida social, tornaram-se desnecessárias e então, ele morreria. De certo modo, essas visões e prognósticos do autor sobre o desenvolvimento do Estado operário eram mais idealizações do que ele previa como seria o desenvolvimento do que realmente se via na prática, apesar das suas visões se basearem nas revoluções do século XIX.

Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, “por esse meio, abole o Estado como Estado”. [...] De fato, Engels fala em “abolição” do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e “morte” do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que substituem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não “morre”; é “aniquilado” pelo proletariado na revolução. O que morre “depois” dessa revolução é o Estado proletário ou semiestado (LENIN, 2007, p.35).

Esta demarcação de posição era feita, sobretudo, para se demarcar a posição sobre a questão da “abolição” do Estado perante as correntes anarquistas, que propugnavam uma abolição imediata do Estado depois da tomada do poder pelas classes oprimidas. Para Lênin, isso não era só impossível como também demonstrava as falhas na concepção dos anarquistas para definirem o que eles entendiam como revolução e de como ocorreria este processo, uma vez que, as suas posições se

mostravam contraditórias ao pregarem uma revolução e serem antiautoritários. Porém, essas posições anarquistas eram mais linhas gerais para uma ação do que necessariamente um programa fixo que deveria ser seguido.

Uma questão que Lênin abordava indiretamente neste livro, mas que é de fundamental importância para compreender a sua definição de ditadura do proletariado é quem ou quais organismos são responsáveis por conduzir a ditadura do proletariado. Como exposto anteriormente, ele previa que a presença de membros eleitos para cargos burocráticos no governo era um ponto importante, mas não explicitava de onde e a quem esses membros deveriam responder.

Através de outros escritos é possível perceber quem era o condutor para Lênin da ditadura do proletariado, este era o partido. Esta defesa preponderante do partido era feita desde 1902 em seu livro *O que fazer?*, e também, com a Revolução de 1905, uma vez que os soviets tinham uma influência muito grande dos mencheviques.

Tornou-se agora. Nós, o partido bolchevique, *convencemos* a Rússia. *Conquistámos* a Rússia — dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Agora devemos administrar a Rússia. E toda a peculiaridade do momento que vivemos, toda a dificuldade consiste em compreender as *particularidades da transição* da tarefa principal de convencer o povo e esmagar militarmente os exploradores para a tarefa principal de *administrar*.

Pela primeira vez na história mundial, um partido socialista conseguiu concluir, nos seus traços principais, a obra da conquista do poder e de esmagamento dos exploradores, conseguiu *abordar* a tarefa da *administração* (LENIN, 1918, s/n).

Mesmo com todo o desenvolvimento que ocorreu com os soviets e a as suas ações revolucionárias em 1905 e 1917, Lênin não acreditava nos conselhos como o elemento central para o desenvolvimento deste Estado proletariado que estava sendo construído na Rússia. Para ele, os soviets eram um apêndice do partido e, como tal, deveriam estar subordinados às suas diretrizes, somente assim, seria possível não retornarem para as reivindicações economicistas, uma vez que, naquele estágio em que a revolução se encontrava, esta barreira já havia sido transposta, mas, com o desenvolvimento da guerra civil e as dificuldades pelas quais o país passaria, essas reivindicações poderiam retornar e acabar sabotando o curso da revolução.

A visão de Lênin sobre o papel dos sovietes no desenvolvimento da ditadura do proletariado, relegando esses instrumentos da classe trabalhadora a um papel secundário, foi exposto por Brinton (1975) como o início do processo de incorporação dos sovietes à estrutura do partido. Este processo desembocou em algumas restrições que acabaram imobilizando os sovietes, uma vez que, sua autonomia era cortada, como por exemplo, o fato dos delegados de sovietes só poderem assumir este posto se fossem membros do partido bolchevique.

Remetendo às posições de Marx e Engels e às de Lênin que foram analisadas até neste momento, a melhor definição para a diferenciação do conceito de ditadura do proletariado entre ambos era produzida por Maurício Tragtenberg (2011): “Marx caracteriza como “ditadura do proletariado” uma forma de *sociedade*, enquanto Lênin caracteriza-a como uma forma de *governo*”.

O debate sobre a ditadura do proletariado durante a Revolução Alemã

Diferentemente dos russos que dividiram, em 1912, o Partido Social Democrata Russo em Bolchevique e Mencheviques, o Partido Social Democrata Alemão permaneceu uno até o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial rompendo e transformando-se em dois partidos – com a criação do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha – em 1917.

Era a ala à esquerda do Partido Social-Democrata Independente Alemão que participou efetivamente do processo revolucionário que ocorreu na Alemanha entre 1918 e 1919 e que, diferentemente do processo russo, não teve à frente o partido, mas sim, os conselhos operários e de soldados.

A Revolução Alemã teve seu início muito semelhante à Revolução Russa, com a formação dos conselhos operários contra as condições de vida pelas quais passava a população por causa da guerra, formando assim, uma corrente de manifestações que ocasionou, no final de 1918, a queda do Império Germânico e a instauração de uma república que acabou nas mãos do Partido Social-Democrata Alemão.

Para entender a Revolução Alemã é preciso compreender que os conselhos de operários e soldados detinham de fato o poder entre o final de 1918 e o início de 1919,

isso se expressava principalmente porque “os conselhos controlavam, nos primeiros meses, a produção e limitavam fortemente o poder dos capitalistas nas empresas” (HAJEK, 1985, p. 175) . Desta forma, a constituição de um Partido Comunista na Alemanha, diferentemente do Russo, não teria função de uma tomada de poder, mas sim, de auxiliar as massas na conquista do seu objetivo, da instauração do socialismo, como deixava claro Rosa Luxemburgo no panfleto de apresentação da Liga Spartakus que, alguns meses mais tarde, se transformaria no Partido Comunista Alemão

A Liga Spartakus não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa operária ou servindo-se da massa operária. A Liga Spartakus é apenas a parte mais consciente do proletariado que indica a cada passo às grandes massas do operariado suas tarefas históricas, que, a cada estágio particular da revolução, representa o objetivo final socialista e que, em todas as questões nacionais, defende os interesses da revolução proletária mundial (LUXEMBURGO, 2009, p. 128)

Para entender o que Rosa Luxemburgo compreendia por ditadura do proletariado é necessário entender que a sua noção de partido, que se baseava em um partido de massas, em que a direção serviria somente como um meio de encaminhamento das propostas decididas na base, e não um partido de vanguarda, como no caso russo, em que a direção decidia os caminhos e a base tinha de acatar os comandos. Desta forma, a noção de ditadura do proletariado baseada nos conselhos operários denota outra forma de construção do poder e da sociedade comunista.

É interessante notar a defesa dos conselhos operários por parte de Rosa Luxemburgo entre os períodos de novembro e dezembro de 1918, quando estes ainda não tinham entre os seus principais objetivos a construção de uma sociedade socialista, mas sim buscavam elementos de estabilização da sociedade alemã, que se encontrava em caos desde a proclamação da guerra, como: “declaração do governo por uma paz sem anexações; supressão do estado de sítio e da censura; libertação dos prisioneiros políticos; abolição da lei do trabalho obrigatório; sufrágio universal igual e direito em todos os níveis.” (LOUREIRO, 2005, p. 67). Mesmo não tendo uma forte inserção dentro dos conselhos operários e mesmo os conselhos assumindo propostas para a construção de uma democracia social (isso no final de 1918), os integrantes da Liga Spartakus acreditavam que esses instrumentos eram os novos

meios de construção do poder socialista, uma vez que eram construídos a partir da base, de forma independente e expressando a auto-organização do movimento que estava em curso.

Em 1919, a proclamação da República dos Conselhos da Baviera demonstra o processo de amadurecimento e de radicalização pelo qual os conselhos operários alemães passaram no período, sobretudo pela instauração de medidas que tentavam dar uma dinâmica operária no governo, visando o apelo popular como a declaração da greve geral e da formação de um exército vermelho.

Max Adler (1976) é outro militante que enfatiza a questão da ditadura do proletariado partindo da perspectiva dos conselhos operários ao ter como parâmetro as Revoluções Russa e Alemã. Para ele, o que ocorreu com Lênin é que a sua teoria do partido queria se tornar uma teoria universal do comunismo, fazendo com que ocorresse uma bolchevização dos processos revolucionários em curso, quando na verdade esta era só mais uma tática, que se mostrou apropriada para este país.

Pelo fato de Lênin ter associado a ditadura do proletariado a um período de extrema repressão não compatível com a democracia – uma vez que Adler entendia a ditadura do proletariado como a realização da verdadeira democracia – e pelo fato de sua análise ter se tornado dominante, isto passou a ser compreendido como a ditadura do proletariado. Mas, na verdade, isso representou o “espírito do despotismo iluminado que tão evidentemente se opõe à democracia e que é uma autêntica caricatura do *Manifesto Comunista*.” (ADLER, 1976, p. 52).

Contra essa visão de Lênin, Adler propôs uma ditadura do proletariado baseado nos conselhos operários e na democracia, caracterizando assim, a verdadeira essência do comunismo, uma vez que, sendo os conselhos operários expressão do movimento operário real, traziam nas suas práticas os elementos capazes de construir a sociedade comunista.

[...] é necessário que a educação revolucionária dos conselhos operários no espírito marxista da luta de classes e do socialismo seja considerada como uma segunda tarefa capital e permanente, juntamente com o trabalho de administração⁴. Só assim se poderá impedir que os conselhos se limitem a

⁴ Que Max Adler coloca como a primeira tarefa.

um simples trabalho de reformas e percam de vista o seu fim supremo: serem os principais instrumentos da transformação social, da supressão da sociedade capitalista⁵. (ADLER, 1976, 120)

Baseados na junção de questões como a de Rosa Luxemburgo e Marx Adler, e agregando com as discussões dos comunistas de esquerda – sobretudo, os alemães como Anton Pannekoek e Otho Rühle⁶ – foi que se desenvolveu, na década de 1920, uma corrente, dentro do movimento comunista internacionalista, denominada comunismo de conselhos que trouxe as teses da função contrarrevolucionária do partido e a essência da revolução nos conselhos operários.

Antonio Gramsci e os conselhos operários na Revolução Italiana

Do período revolucionário do final da década de 1910, Antonio Gramsci foi quem objetivou uma síntese entre o papel do partido e dos conselhos operários no período revolucionário. Gramsci participou ativamente do levante revolucionário em Turim durante 1919-1920, participando das ocupações de fábricas, dos conselhos operários e das Assembleias que decidiam o rumo das ações.

Para Gramsci, o Estado Operário já existia nas instituições da classe trabalhadora, como o Partido Socialista, os Sindicatos, os Comitês de Fábricas e os Comitês de Bairro. Era necessário, durante o processo revolucionário, saber articular estes elementos para fazer com que a composição do poder fosse distribuída de acordo com as suas competências e as suas designações. Ao Partido e ao Sindicato caberia a função de educador, guarda moral e disciplinador; os Comitês de Fábricas cuidariam das instituições e da democracia operária, sendo que, neles, Gramsci reconhecia o verdadeiro embrião do poder operário; e, os Comitês de Bairro que

⁵ Idem, *Ibidem*, p.120.

⁶ Otho Rühle era membro da Liga Spartakus e foi um dos fundadores do Partido Comunista Alemão (K.P.D) no final de 1918. Expulso em 1919 entra no Partido Comunista Operário Alemão (K.A.P.D), cisão conselhistas do K.P.D. Após sua passagem pelos dois partidos, adquire uma posição crítica em relação a essas organizações pois considera que “A revolução não é uma tarefa de partido. Os três partidos social-democratas têm a loucura de considerar a revolução como tarefa sua, própria de partido e de proclamar como seu objectivo partidário a vitória da revolução. A revolução é tarefa política e económica da totalidade da classe proletária. Só o proletariado enquanto classe pode levar a revolução à vitória.” (RÜHLE, 2011, s/pg.). Aqui há que se registrar que o KAPD, conforme manifesto escrito pelo próprio Rühle “não era um partido propriamente dito”.

seriam responsáveis pela organização da classe na sua área de habitação. Estes elementos destacados por Gramsci estão presentes em todo o desenvolvimento da noção de ditadura do proletariado que este revolucionário quis construir.

Assim como Lênin, Gramsci compreendia a ditadura do proletariado como um Estado de transição, em que ainda não se atingiu plenamente a instalação de um Estado socialista, em que era necessário haver uma repressão contra a burguesia para que se conseguisse chegar ao objetivo da Revolução. Um ponto destacado por Gramsci, que Lênin não chegou a adentrar, era o fato de reconhecer que a ditadura do proletariado ainda se constituiria como um Estado nacional, mas que buscava a sua superação através da aliança internacionalista, pois entendia que era nela que ocorreria a vitória final da Revolução.

Sobre o papel dos conselhos operários na Revolução, Gramsci enxergava que eles eram o principal elemento do Estado proletário, desta forma, teve que se desenvolver, no curso da Revolução, como forma e meio de expressar essa posição. Gramsci analisou o papel destacado do conselho operário em relação ao sindicato, isso ocorreu porque “O conselho (...) realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade.” (GRAMSCI, 2004, p.364). Essa diferença entre o sindicato e o conselho ocorreu, pois o autor enxergava o sindicato como algo voltado a reivindicações das condições de trabalho e vida na sociedade capitalista, mesmo reconhecendo a importância desses na luta de classes e nos momentos de embates revolucionários, porém, o sindicato era visto como uma construção “positiva”, que trouxe no seu cerne o poder libertador do capitalismo. Apesar desta visão, é interessante notar como Gramsci compreendia que os conselhos não eram órgãos perfeitos, mas sim estavam perpassados pelas contradições que acarretavam a noção de Estado operário e que estas contradições só seriam resolvidas no decorrer da ditadura do proletariado.

Com o surgimento dos conselhos operários e a fundação da III Internacional, Gramsci observou que o Partido Socialista não conseguia atender mais às demandas revolucionárias daquele período. Para isto, era necessário uma reformulação do Partido (esta reformulação se baseava na mudança de programa e de nome, sendo

que agora deveria se chamar Partido Comunista) que para Gramsci era a necessidade de se tornar efetivamente uma instituição capaz de caminhar na construção da Revolução junto aos trabalhadores. Este Partido não deveria se portar como o detentor da verdade revolucionária, pois era preciso compreender que

A revolução proletária não é ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão “proletariado”) num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões “modo de propriedade individual”, “modo de propriedade capitalista”, “sistema de fábrica” e “modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar”). [...] O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratualista, como são o partido político e os sindicatos profissionais” (GRAMSCI, 2004, p. 361-362).

Era por este motivo que Gramsci defendia a reestruturação do Partido, uma vez que o Partido Socialista ainda estava muito preso ao jogo parlamentar e não conseguia acompanhar as novas mudanças que o movimento operário trazia. Nesta citação, é o ponto onde é possível observar de modo mais claro o porquê da defesa de Gramsci do papel dos conselhos. Estes não eram frutos do jogo parlamentar-institucional, mas nasceram do seio do operariado como forma de autogerir as suas lutas e a produção.

Apesar desta visão de Gramsci sobre os conselhos operários, ele não pode ser considerado um conselhistas, como o Otto Rühle por exemplo. Isso ocorre pelo fato de Gramsci, em nenhum momento, negar que o Partido era importante no processo revolucionário.

Considerações Finais

Pode-se perceber que as diferentes visões defendidas sobre a ditadura do proletariado por Lênin, Rosa Luxemburgo, Max Adler e Antonio Gramsci são influências diretas do processo histórico-social de cada um de seus países. Sendo que em todos eles o papel dos conselhos operários foi em algum momento evocado. Marx e Engels procuram demonstrar como a ditadura do proletariado não é uma fase específica, mas sim o próprio alcance de uma sociedade autogerida. Para isso a

importância de se destacar os conselhos operários como fonte de organização operária para que não ocorra, aquilo que Marx destaca como a tomada de posse da Máquina do Estado, que acaba na verdade criando um outro Estado que se diz representar os trabalhadores, mas na verdade o oprime, como ocorreu no decorrer da Revolução Russa, com a atuação do Partido Bolchevique.

Referências

ADLER, Max. *Conselhos operários e revolução*. Coimbra: Centelha, 1976.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

COGGIOLA, Osvaldo. *Bolchevismo, Gramsci, Conselhos*. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 193- 219.

GRAMSCI, Antonio. *O Conselho de Fábrica [1920]*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Escritos políticos, Vol. 1 [1910 – 1920]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 361 – 367.

HÁJEK, Milos. *A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha*. In: HOBBSAWN, Eric. *História do marxismo VI: O marxismo na época da Terceira Internacional: Da internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 169-196.

KOLLONTAI, Alexandra. *A oposição operária, 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.

LÊNIN. *A Situação Internacional da República Soviética da Rússia e as Tarefas Fundamentais da Revolução Socialista (1918)*. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm> Acesso: 10/04/2011.

LÊNIN. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã [1918 – 1923]*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. *O que quer a Liga Spartakus? (1918)*. In: LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp 119 – 130, p. 128.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França – de 1848 a 1850* In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARX, Karl. *Miseria de la filosofia*. Moscou: Editorial progresso, 1979, p142-143.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. Socialismo ou Estatismo? In: Teoria e ação libertária. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 59-62.

VIANA, Nildo. *A Revolução Russa de 1905 e os conselhos operários*. Revista Em Debate. Florianópolis, nº 4 , p. 42-58 , 2010.



MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO
[HTTP://MOVAUT.NET](http://MOVAUT.NET)
[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET)